

UNIVERSIDADE LUTERANA DO BRASIL
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO



AS CAMPANHAS DE VOLUNTARIADO NA ESCOLA

Ana Solange Müller

Orientador: Alfredo Veiga-Neto

Canoas, 2008

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

UNIVERSIDADE LUTERANA DO BRASIL
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO



AS CAMPANHAS DE VOLUNTARIADO NA ESCOLA

Ana Solange Müller

Orientador: Alfredo Veiga-Neto

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Luterana do Brasil como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Canoas, 2008

E chegou o dia em que o risco que representava permanecer encerrada no casulo era mais doloroso que o risco de florescer.¹

¹ Anaïs Nin – Nascida em 1903, em Paris, foi modelo e dançarina antes de se dedicar por inteiro à escrita. No erotismo sutil de sua obra sente-se a influência do surrealismo francês e psicanálise. Disponível em: www.annaisblogspot.com.

Dedico essa dissertação:

às mulheres que me antecederam em especial a minha mãe Inke Braun (in memoriam),
às mulheres que me acompanham e vivem o meu tempo, em especial, as minhas filhas Marília e Ana
Carolina,

às mulheres que virão depois de mim.

Um carinhoso beijo!

Escrever é sempre um caso do devir, sempre inacabado, sempre em via de fazer-se e que extravasa qualquer matéria visível ou vivida. (Deleuze, 1997).

Inspirada pelas palavras de Deleuze dedico esse enunciado ao meu Querido Orientador.

Agradecimentos

Gostaria de agradecer a minha grande amiga Roberta Acorsi, pelas longas horas de estudo em comum, agradecer a possibilidade, a oportunidade de trilharmos um caminho de pensar a Educação. Que a amizade e os estudos permaneçam muito além de...

Gostaria de agradecer a minha família, Nestor, Marília e Ana Carolina pela compreensão e carinho.

Agradecer de todo o coração ao meu Orientador Alfredo Veiga-Neto, por ter sido referência na construção da dissertação, por ter instigado: o rigor nos estudos, na escrita, na pesquisa, um trabalho criterioso e por ter estado perto de mim no percurso do Mestrado.

A Professora Elí Fabris, João Paulo Pooli, Iara Bonin por aceitaram o convite para fazerem parte da banca examinadora da proposta de dissertação: As campanhas de Voluntariado na Escola. Pela leitura atenta e rigorosa, pelas sugestões indispensáveis que possibilitaram transformar uma proposta, um esboço em um trabalho de dissertação. Muito obrigada!

Agradecer as minhas queridas irmãs Fabiana Braun e Luciana Braun Reis, pelas valiosas contribuições, sempre pertinentes.

Agradecer pela amizade de Magali Elisa Baller Röhsig, por tudo!

Sumário

9	Resumo
10	Abstract
11	Apresentação
14	Capítulo I
14	1. Estranhar e questionar: a construção de um outro olhar
17	1.1. A educação escolar e as interferências da mídia
20	Capítulo II
20	2. Refinando o olhar: a constituição do objeto
22	2.1. Materiais empíricos e metodologia
33	2.2. A catequese do voluntariado como regimes de verdade
34	Capítulo III
34	3. Fragmentos Históricos
37	3.1. De um currículo aprendiz para um currículo em rede
42	3.2. Para um currículo em ação...

45	3.3. Novas formas de se pensar Educação.
49	Capítulo IV
49	4. Mas afinal, o que entendemos por cidadania?
52	4.1. As bases da cidadania moderna.
65	4.3 Os “revolucionários” nômades: Organizações não-governamentais e a cidadania Global
71	Capítulo V
71	5. O <i>Império</i> e os cidadãos do <i>Império</i> .
89	Capítulo VI
89	Em tempo, mais alguns desdobramentos e análises...
92	Enunciado 1: individual x coletivo
97	Enunciado 2: o agendamento
101	Enunciado 3: da fluidez das informações
109	Considerações finais
112	Referências Bibliográficas

Resumo

Problematizar o que observamos na escola e o que nos interpela como educadores que vivem a escola é perceber que novos acontecimentos surgem a cada momento. Muitos deles relacionados à era globalizada na qual estamos imersos e ao movimento que a mídia representa neste contexto. Instrumentos como o computador, internet agilizam iniciativas antes não vistas na escola. As campanhas de voluntariado aparecem em um cenário em que a mídia oportuniza os convites à participação e divulgação do voluntariado organizado. Nesta dissertação, tratarei especificamente da Campanha desenvolvida pela Organização Não-Governamental *Parceiros Voluntários* no Estado do Rio Grande do Sul, o Programa destinado a alunos e alunas da Educação Básica, por intermédio da ação *Tribos nas Trilhas da Cidadania*. A ONG *Parceiros Voluntários* tem por objetivo o voluntariado organizado apresentando-se como organização que valoriza o exercício da cidadania através de um movimento de voluntariado dinâmico. Este trabalho tem por objetivo a análise de discurso dos enunciados da referida campanha e como esses discursos articulam educação, voluntariado e cidadania na escola, fortalecendo o voluntariado organizado. Para discutir estes conceitos, tomo como ferramentas analíticas a teorização foucaultiana, especialmente os conceitos de discurso, biopoder e biopolítica. O material empírico foi classificado em três categorias de análise, que aqui chamo de enunciados. São eles: *Enunciado 1: individual X coletivo*, *Enunciado 2: agendamento*, *Enunciado 3: fluidez das informações*. A partir da discussão e problematização desses enunciados, foi possível realizar uma leitura que visualiza a educação a partir de uma lógica que localiza o voluntariado organizado na escola como um poderoso dispositivo de biopoder permitindo o movimento da biopolítica. Ao agir dentro da escola atinge o seu objetivo quando governa condutas individuais tendo como alvo governar o coletivo, a população.

Palavras-chaves: educação, voluntariado e cidadania.

Abstract

Problematizing what we observe in school and what must be clarified by us, educators, is perceiving new events happening in each and every minute. Many of them are related to the globalized age we are now in and to the movement represented by the media in this context. Tools such as computers and the internet make faster actions previously not seen in school. Volunteer work campaigns appear in circumstances in which the media promotes participation and informs on organized volunteer work. This paper will focus on the campaign developed by the Non-Governmental Organization *Parceiros Voluntários* (Volunteer Partners) in the State of Rio Grande do Sul, more specifically the Program addressing Basic Education students *Tribos nas Trilhas da Cidadania* (Tribes heading for Citizenship). The purpose of *Parceiros Voluntários* is organized volunteer work in which citizenship is lived through a dynamic volunteer work movement. This study aims at performing a discourse analysis of the enunciations of the above mentioned campaign, as well as to find out how this discourse articulates education, volunteer work and citizenship in school, strengthening organized volunteer work. The Foucaultian theorization, especially the concepts of discourse, biopower and biopolitics were used as analytical tools to discuss these concepts. The empirical material was classified into three analysis categories, that I name enunciations, namely: *Enunciation 1: individual X collective*, *Enunciation 2: agenda-setting*, *Enunciation 3: information fluidity*. From the discussion and problematization of these enunciations, it was possible to have a reading that sees education from a viewpoint that places organized volunteer work within the school as a powerful biopower device, enabling the biopolitical movement. When acting within the school, it reaches its goal by ruling individual conducts, having as a target ruling the collective scope, the population.

Key-words: education, volunteer work and citizenship.

Apresentação

É preciso pegar as coisas para extrair delas as visibilidades. E a visibilidade de uma época é o regime de luz, e as cintilações, os reflexos, os clarões que se produzem no contato da luz com as coisas. ²

Em uma “sociedade circulante do espetáculo” ³ é que visualizamos o quanto nesses tempos contemporâneos à comunicação ganha espaço, e como a educação e a cultura estão submetidas a essa lógica. É quando começamos a analisar o nosso redor, para buscar algumas saídas para a educação, percebemos que o que nos é visível é o resultado de profundas articulações poder-saber, que imbricados forjam uma realidade deslocada do que acontecia na modernidade. A visibilidade que está aí, em nossa sociedade nos convoca a pensar como educadores. Não para trazer a luz o aluno que na modernidade necessitava ser iluminado pelo conhecimento. Aluno significava sem luz. As visibilidades atuais refletem uma época que está à procura de desvendar “gatilhos de luz”, “regimes de luz” que possam por algum momento representar cintilações em novas formas de entendimento em Educação, de novos formatos de *vontade de saber*. Em movimento constante, os efeitos de nossos estudos refletirão em nossas ações, que inquietas poderão representar pontes, ainda que provisórias, para sustentar a nossa força de vontade de ir além, de transgredir.

² Deleuze (2000, p.120).

³ Hardt e Negri (2005, p.368).

O que tentei com a dissertação foi extrair a visibilidade das coisas para dessa forma entender um regime de luz de uma determinada época, suas cintilações, seus reflexos, efeitos, do contato dessa luz com as coisas. Essas “coisas” nessa pesquisa tratam da campanha de voluntariado que vem produzindo um regime de luz específico do mundo Contemporâneo.

A visibilidade dos discursos se torna possível a partir das posições que os sujeitos ocupam dentro de uma determinada trama social. Posicionar os sujeitos dessa ou daquela forma, nesse ou naquele lugar, localiza os discursos dentro de um determinado regime de visibilidade, datado e localizado precisamente. Dessa forma, apresento os capítulos que compõem a dissertação.

No Capítulo 1: *Estranbar e questionar: a construção de um outro olhar*, descrevo como se deu a minha proximidade com o tema da Dissertação, a escola a qual estou vinculada, a influência da mídia no contexto escolar. Além disso, discuto nesse capítulo as indagações que surgiram a partir desse olhar interessado que lancei sobre a escola e que surgiu como resultado da minha experiência.

No Capítulo 2: *Refinando o olhar: a constituição do objeto*, trago a metodologia utilizada nesta Dissertação, as ferramentas conceituais, a descrição dos materiais empíricos, referencial teórico sobre a análise do discurso e o entendimento do voluntariado como uma catequese que institui regimes de verdade.

No Capítulo 3: *Fragmentos históricos*, faço uma retrospectiva histórica de como se deu a constituição da educação escolarizada através do tempo. De um currículo aprendiz para um currículo em rede, em que a mídia se encarrega de modificar o formato de escola aprendiz para uma escola que se conecta em rede, em que novos arranjos de saberes são ordenados com a criação de conteúdos, termos e discursos. De um currículo passivo para um currículo ação, preconizado aqui pelas novas modalidades de educação que são incorporadas a escola, como o caso das campanhas de voluntariado. Em novas formas de se pensar educação, descrevo informações trazidas pelo *site* aqui analisado.

No Capítulo 4: *Mas afinal, o que entendemos por cidadania?*

Faço uma descrição de como a palavra cidadania está sendo veiculada pela mídia. Em *As bases da cidadania moderna*, uma retrospectiva de como o conceito cidadania modificou-se de acordo com o contexto histórico. Em *Os “revolucionários” nômades: Organizações Não-Governamentais e a cidadania global* discuto como a constituição nômade das ONGs organiza a cidadania em rede pelo mundo, o seu surgimento e crescimento no Brasil.

No Capítulo 5: *Império e os cidadãos do Império*. Trago as discussões de Hardt e Negri que contribuem com sua obra à medida que analisam a nova organização social a qual estamos imersos a partir da globalização. Discuto também a transição da era Moderna de lógica Imperialista para a Pós-Moderna de lógica Imperial, em que a mão-de-obra da comunicação, cooperativa e cordial é valorizada.

No Capítulo 6: *Em tempo, mais alguns desdobramentos e análises...*, trato das questões finais, em que seleciono categorias para análise dos enunciados que constituíram meu corpus de análise. Feita esta breve apresentação de minha pesquisa, deixo-a para os leitores.

Capítulo I

1. Estranhar e questionar: a construção de um outro olhar

tateio, fabrico, como posso, instrumentos que são destinados a fazer aparecer objetos. [...] Procuo corrigir meus instrumentos através dos objetos que penso descobrir e, neste momento, o instrumento corrigido faz aparecer que o objeto definido por mim não era exatamente aquele. É assim que eu hesito ou titubeio, de livro em livro.⁴

Ao passar pela experiência única e singular da sessão de qualificação, sinto que a busca por novas formas de entendimento em educação, a *vontade de saber* e conhecer um pouco mais se intensifica e me mobiliza a continuar novamente à procura, assim como quando iniciei esse curso de Mestrado em Educação. Agora, uma outra modalidade de saber-conhecer se configura. Saber, porque parto de onde outros já se aventuraram em seus estudos. Conhecer, porque a iniciativa desse recorte de pesquisa me permite novas formas de ver e pensar as diferentes configurações que a educação e a escola vêm assumindo na Contemporaneidade. Assim, ao armar novas formas de ver, ao criar instrumentos e lentes que me levaram a pensar novos e incessantes caminhos investigativos em um cenário que está impregnado por mudanças que advém com a Pós-Modernidade, inicio a escrita desta Dissertação.

⁴ Foucault (2003, p.229).

Esse tempo de estranhamento e questionamento me fez perceber que as mudanças da Contemporaneidade não cabem em fórmulas ou em concepções estruturalistas, mas me permite, enquanto educadora interessada em pesquisa, me aventurar por novos caminhos e pensar novas possibilidades de como se colocar nesse tempo, deixando em suspenso àquelas verdades que me acompanharam até aqui.

Esse novo caminho traçado me fez perceber que o currículo escolar, enquanto um conjunto de práticas educativas conserva paradigmas rígidos de um tempo com características modernas. Porém, em tempos que têm sido classificados como Pós-Modernos e sob a égide do pós-estruturalismo podemos perceber que passamos por um período de muitas dúvidas no campo da educação escolarizada. O desafio está em entender a educação como um reflexo do que ocorre cotidianamente na medida em que a educação escolarizada produz e é produzida no e pelo meio na qual está inserida. Torna-se então, fundamental inserir nesse contexto outros saberes que incluem práticas discursivas e não-discursivas. Novas problematizações e conseqüentemente novas teorizações se multiplicam no sentido de contemplar o descompasso existente entre a escola formal e as rápidas transformações do mundo atual.

No momento em que dou continuidade a esta pesquisa, penso que seja preciso voltar o olhar para minhas experiências e eleger aquelas que foram condições de possibilidade para que eu chegasse até aqui. Percebo o quanto que minha trajetória de vida pessoal e profissional estiveram imbricadas. Ao eleger aquelas que irão compor este texto, sinto que minhas diferentes identidades – a de artista plástica como pintora, a de pedagoga e a de psicopedagoga – me formaram e me transformaram, permitindo que em diferentes momentos e situações, fosse possível armar outras perspectivas para trabalhar em educação.

De forma especial, gostaria de assinalar a minha atuação no IECEG - Instituto de Educação Cenicista General Canabarro, Instituição em que trabalho até hoje. Nessa Instituição tenho percebido e estranhado o quanto novas demandas, saberes e práticas vêm configurando o cenário educacional. Assim, idéias que em meus estudos havia entendido como “para sempre” agora não comportam uma realidade que desestabiliza e que transforma a escola formal em um grande queijo suíço, com buracos simbólicos que permitem a entrada de vários artefatos culturais. Tais novidades guardam para a escola uma outra configuração, muito diferente da que preconizava a escola moderna. Por isso, esta pesquisa procura apontar não a verdade, mas sim, possibilidades de entendimento, mediação e compreensão da tarefa de ensinar e aprender em um contexto de mudanças. Pensando nas variáveis que fazem parte do processo escolar em uma realidade em que os muros das instituições são simbólicos, é que

ingressei neste Programa de Pós Graduação em Educação e, além disso, justifica minha escolha de pesquisa.

Nesta retrospectiva olho para minhas experiências, e o faço no sentido que nos ensina Jorge Larrosa, em suas próprias palavras:

A experiência, a possibilidade que algo nos aconteça ou nos toque, requer um gesto de interrupção, um gesto que é quase impossível nos tempos que correm: requer parar para pensar, parar para olhar, parar para escutar, pensar mais devagar, olhar mais devagar, e escutar mais devagar; parar para sentir, sentir mais devagar, demorar-se nos detalhes, suspender a opinião, suspender o juízo, suspender a vontade, suspender o automatismo da ação, cultivar a atenção e a delicadeza, abrir os olhos e os ouvidos, falar sobre o que nos acontece, aprender a lentidão, escutar aos outros, cultivar a arte do encontro, calar muito, ter paciência, dar-se tempo e espaço.⁵

Através do “gesto de interrupção” é que me lanço na tarefa de compor, não aquarelas como pintora, mas de compor com saberes, com conceitos uma experiência de pesquisa. A interrupção é válida. Parar o que é corrente na prática do dia-a-dia, o que é natural, nos permite outras perspectivas. Parar e ver, perceber como as coisas estão se constituindo. Analisar o verso para ver o reverso. “Parar para pensar” e estudar o campo teórico dos Estudos Culturais em uma vertente pós-estruturalista, especialmente através do pensamento foucaultiano, foi condição de possibilidade para a elaboração desta Dissertação.

Essa incursão teórica possibilitou o aprimoramento da minha caixa de ferramentas: selecionando campos conceituais, instrumentos necessários para “pensar”, para “suspender o juízo” para “suspender a vontade” e a comodidade de deixar-me levar pela corrente. Esse movimento de olhar, escutar, estudar, “sentir mais devagar” permitiu que eu me apropriasse de conceitos para criticar e suspeitar dos meus próprios conhecimentos, aquilo que Veiga-Neto chama de hiper crítica⁶. Através desse exercício de hiper crítica, esse trabalho assumirá uma postura de construção e composição de práticas e teorizações. Ao “suspender o automatismo da ação” e “demorar-se nos detalhes”, ao retornar muitas vezes as mesmas leituras, ao voltar inúmeras vezes ao material empírico transformando-o em *corpus* de análise, ao vivenciar as práticas da campanha com os alunos do IECEG, esta Dissertação foi tomando forma. Assumir que a pesquisa está se completando implica pensar que retomá-la significa entendê-la não como uma proposta, como um projeto que busca por acabamento, como um quadro a procura de um toque que o finalize, não como algo acabado, mas sim, como algo que

⁵ Larrosa (2002, p. 24).

⁶ Para maiores esclarecimentos vide VEIGA-NETO, Alfredo. *Crítica pós-estruturalista e educação*. Porto Alegre: Sulina, 2005.

nos faça pensar em outras maneiras de se pensar educação em um contexto que se dinamiza por muitas influências. Ampliarei um pouco mais essa discussão, no capítulo que segue.

1.1 A educação escolar e as interferências da mídia

No que tange ao *apego à razão*, repetidamente tenho insistido que, dado que nunca é possível fixar o sentido do que fazemos e dizemos, é preciso sempre lutar para que aquilo que fazemos e dizemos faça o maior sentido possível para nós e para os outros, aqueles que nos lêem e nos escutam. Isso me parece tão mais crucial e eticamente imperioso no nosso caso, na medida em que nos movimentamos no campo da Educação. Esse “fazer sentido” só acontecerá se formos capazes de minimamente dar “razões racionalmente racionais” para aquilo que fazemos e dizemos, ainda que de modo sempre provisório, incompleto, contingente, escorregadio e nômade.⁷

Com a prática escolar no IECEG foi possível a escolha do tema desta pesquisa. Nos últimos anos tenho notado uma crescente demanda da sociedade em envolver as escolas em campanhas de voluntariado. Poderia citar vários convites que recebemos de emissoras de rádio, sindicatos, ONGs e outros. Segundo Hohlfeldt,⁸ “as ONGs representam instituições que tem uma prática de fornecimento de informações ativa, pois tornam públicas suas avaliações, seus posicionamentos e suas ações”. Nesse sentido, achei pertinente analisar os discursos que articulam educação, voluntariado e cidadania. Assim problematizo especialmente a campanha dos *Parceiros Voluntários*, com a ação *Tribos nas Trilhas da Cidadania* e sua cultura de voluntariado organizado. Busco descrever os veículos pelos quais as escolas e os alunos têm acesso à campanha.

De fato, várias são as interferências que a escola vem colhendo com a Pós-Modernidade. Tais mudanças são incorporadas ao processo escolar em uma realidade em que os muros das instituições são simbólicos. A mídia⁹, com seus modernos aparatos de comunicação, tem participação eficaz na Educação, uma vez que também ensina, através de mensagens que permeiam as arestas educacionais. Podemos pensar em duas analogias com relação ao formato desse evento. Segundo Bauman¹⁰: deixamos na Modernidade a condição pesada, sólida, para uma condição mais dinâmica, líquida. Assim podemos comparar a mídia como um líquido que penetra as arestas e fendas que se produziram nas Instituições

⁷ Veiga-Neto (2005, p. 25).

⁸ (2001).

⁹ As discussões que tratam sobre a questão da mídia podem ser tomadas a partir de diferentes significados conforme o referencial teórico em que nos posicionamos, mas sempre estará ligado com a comunicação (meios, veículos, massa).

¹⁰(2001).

Educacionais. Ou ainda, podemos comparar a mídia com um éter, que segundo Hardt e Negri,¹¹ é um gás, volátil em termos de efeito. Diante disso, negar a influência dos efeitos produtivos das campanhas de voluntariado na escola ou a existência desse meio espetacular na constituição educacional seria o mesmo que negar que ele existe por si só e nos interpela cotidianamente, subjetivando-nos.

Frente a esse cenário que se desenha nas escolas contemporâneas, onde a mídia invade suas fronteiras cada vez mais flexíveis, a escola acaba, portanto, abrindo espaço, tanto no currículo quanto estruturalmente para a entrada de instituições que têm como objetivo auxiliar a escola no cumprimento do projeto de educação idealizado pela Modernidade. Tal projeto que se mantém até os dias de hoje, tem como objetivo a formação de cidadãos conscientes e capazes de interagir na sociedade. Exemplificando: há alguns anos, levando em conta tais mudanças, no que se refere à abordagem educacional, é que passei a participar juntamente com os alunos do IECEG das campanhas dos *Parceiros Voluntários* com a ação *Tribos nas Trilhas da Cidadania* que é endereçada aos alunos e alunas da Educação Básica. Esse projeto tem por objetivo olhar para fora da escola, para outras realidades e envolver os estudantes em ações de voluntariado organizado. Além disso, ele também pretende programar ações que venham a amenizar necessidades de instituições carentes e trazer à tona, ao debate, situações que envolvam o meio ambiente, a cultura e a paz. Através desses caminhos que são trilhadas ações que tem como objetivo o exercício da cidadania¹². O “exercício da cidadania”, conforme trabalhado pelo IECEG, é marcado pela problematização da realidade e por ações que possam envolver os alunos no auxílio de instituições carentes. Possibilitando assim, outras formas de conhecer e pensar cidadania.

A participação do IECEG na campanha aconteceu, em certa medida, para complementar ações que já faziam parte do cotidiano da escola e da comunidade. Assim, aderir a uma campanha maior com esse mesmo propósito permitiu a concretização dos objetivos traçados pela instituição escolar de interação com a comunidade, e também, conhecer e interagir com outras escolas e outros alunos que procuram realizar ações de voluntariado. A exposição dos cartazes de divulgação da campanha na escola, a navegação pelo site, à adesão e a organização da campanha são realizadas em conjunto com os alunos. A escolha do tema, as estratégias, as combinações sobre as ações demandam atividades que os

¹¹(2005)

¹² Procura-se beneficiar o Asilo Opahaus e a ONG que é responsável pela Casa de Passagem do Vale do Taquari e a Casa de Passagem de Teutônia. As Casas de Passagem são casas que abrigam mulheres que sofrem agressão em seus lares e necessitam de refúgio até que a justiça faça os devidos encaminhamentos.

alunos realizam em horário escolar e extraclasse. Essas atividades possibilitam a articulação entre a escola e a família por se tratarem de ações que envolvem a comunidade. O trabalho realizado com os alunos é um trabalho de parceria, já que todos participam das decisões.

A realização desta Dissertação se justifica por essa história de caminhos, de escolhas, de curiosidades, de *vontade de saber*. Com isso, não tenho a pretensão de analisar minuciosamente a questão do voluntariado, mas sim, me proponho a realizar uma pesquisa que tenha a ver com a inserção da campanha da ONG dos *Parceiros Voluntários* com o projeto *Tribos nas Trilhas da Cidadania* nas escolas. A intenção deste trabalho de pesquisa não é julgar a validade de tal programa e sim, analisar os discursos que constituem a campanha de voluntariado *Tribos* nas escolas. Pretendo inquietar, trazer dados, compartilhar este estudo com outros pesquisadores que são seduzidos, assim como eu, com a aventura da pesquisa.

A seguir, estão as questões que havia colocado na Proposta de Dissertação:

- Como se produziu a necessidade e o interesse pela vinculação da educação com o voluntariado e com a cidadania?
- Quais os discursos que articulam educação, voluntariado e cidadania?
- Os efeitos de tais discursos são maiores em escolas particulares ou em escolas públicas?
- Como o conceito cidadania vem sendo constituído?
- Quais as mídias principais que fazem com que as campanhas sejam veiculadas nas escolas?
- Qual a trilha escolhida que tem maior participação das escolas (a trilha meio ambiente, cultura ou paz)?
- Qual o papel desempenhado pelas imagens que compõe os cartazes de divulgação no processo de subjetivação dos jovens que participam das campanhas?

Dentre essas, optei por manter a seguinte:

Frente ao cenário pós-moderno onde os muros das instituições se tornam cada vez mais simbólicos e as configurações sociais autorizam outras instituições a assumir funções que antes eram exclusividade da escola, como os discursos que articulam educação, voluntariado e cidadania na escola, fortalecem o voluntariado organizado?

Capítulo II

2. Refinando o olhar: a constituição do objeto

Não basta aprender o que tem de se dizer em todos os casos sobre um objeto, mas também como devemos falar dele. Temos sempre de começar por aprender o método de o abordar.¹³

Pensar na educação como algo que está na cultura, no currículo, no fazer pedagógico, no ensinar e no aprender, e entendendo-a a partir de um contexto com muitos atravessamentos é assumir que através dela, novas práticas estabelecem diversas formas educativas e de subjetivação.

As seqüências históricas da Modernidade trouxeram ao campo metodológico a linearidade de modos de pesquisa mais estáveis do que os quais nos deparamos atualmente. A nova configuração que vivemos com o tempo pós-moderno, resultou em uma virada no que se refere à perspectiva epistemológica. “Portanto, toda vez que muda o contexto histórico, muda também o método. Não existe um método ‘para sempre’, universal.”¹⁴ A metodologia empregada em estudos de pesquisa deve abarcar a diversidade para a análise do cenário social.

O tema, as campanhas de voluntariado na escola, é pertinente porque retrata um pouco as variadas formas de interferência da cultura no contexto escolar. Isso em função das

¹³ Wittgenstein (1987, p. 431).

¹⁴ Negri (2003, p.88).

mudanças ocorridas nas escolas na Contemporaneidade. Ressalto a mídia e o acesso à internet, como fatores que contribuem para as mudanças no cenário educacional possibilitando nesse caso todo o aporte para que as escolas e os voluntários interajam por meio de informações que são veiculadas sobre a campanha. Quero dizer que a internet torna-se fundamental nesse processo. Os alunos, cada vez mais, possuem acesso a uma variada gama de opções em uma rede que se conecta pelo mundo. Dessa forma cria-se um mundo com fronteiras borradas em que a hibridização das culturas se torna forte. O acesso às várias manifestações culturais que também educam, subjetivam e marcam o indivíduo dentro e principalmente fora da escola. As campanhas entram na escola, ocupando um espaço que antes, era preenchido pelo rigor de um currículo dado pela legislação e configurado pelos livros didáticos. A mídia por sua vez, se encarrega da implantação das campanhas através de sedutores instrumentos que tentam capturar e envolver os alunos a participarem. Esse movimento é amplo, uma vez que a mídia, como veículo de comunicação, com todo o seu aparato tecnológico, busca ditar “como devem ser”: comportamentos, moda, enfim o consumo.

Feitas minhas escolhas, desenvolvo nesta pesquisa uma análise a partir de algumas das ferramentas conceituais oferecidas por Michel Foucault. Conforme sugere o próprio autor, pretendo realizar esta pesquisa como uma “atividade, um modo de ver as coisas”¹⁵, instigada pelo desafio proposto pelo filósofo.

Frente à densa produção de Michel Foucault, escolho como instrumento de pesquisa aquele caracterizado por Veiga-Neto¹⁶ como o segundo domínio foucaultiano: ser-poder. Esse domínio ser-poder busca “o entendimento dos processos pelos quais os indivíduos se tornam sujeitos como resultado de um intrincado processo de objetivação que se dá no interior de redes de poderes, que os captura, dividem, classificam.”¹⁷ O segundo domínio foucaultiano, ou sua fase genealógica em que o funcionamento e a materialidade histórica são levados em conta, é explicado por Veiga-Neto: “a analítica foucaultiana não é feita para lastimar ou acusar um objeto analisado [...], mas sim para compreendê-lo em sua positividade, isso é, compreendê-lo naquilo que ele é capaz de produzir, em termos de efeitos.”¹⁸ Para o desenvolvimento desta pesquisa, tomo como ferramentas de análise os conceitos de biopolítica, de biopoder e de discurso trabalhados por Michel Foucault.

¹⁵ Foucault *apud* Veiga-Neto (2005, p. 76).

¹⁶ (2004).

¹⁷ Veiga-Neto (2005, p. 65).

¹⁸ Veiga-Neto (2005, p. 78).

Busco também autores que vêm desenvolvendo trabalhos de inspiração foucaultiana, dentre os quais, Hardt e Negri, Veiga-Neto, Silva, entre outros, para compor esse estudo. Tais autores auxiliam a entender, de acordo com Foucault os conceitos e a delinear o cenário no qual estamos vivendo.

2.1 Materiais empíricos e metodologia

Escolhidas as minhas ferramentas de análise, e escolhidos os autores para a discussão conceitual desta Dissertação, penso em determinar como material empírico o material de divulgação da campanha nas escolas e o *site*. Os cartazes de divulgação representam também o convite à participação direcionados aos alunos. A análise discursiva tanto dos cartazes quanto do *site* possibilitará caminhos para o conhecimento de uma modalidade de educação estabelecida por organizações não-governamentais que nos dias atuais são agentes de intervenção na sociedade através do trabalho de parceria com instituições educacionais desenvolvidas pelo crescente discurso que se amplia na sociedade que é o exercício da cidadania através do voluntariado organizado nas escolas.

O *site* das *Tribos* contempla várias formas de linguagem e interação. O *site* www.tribosparceiros.org.br representa o que Hardt e Negri denominam de trabalho imaterial e afetivo¹⁹. Possibilitado pela ferramenta que podemos denominar de universal, o computador. Tal instrumento favorece a interação entre as pessoas, como o *msn*, *orkut* e outras modalidades de trocas. Também no *site* das *Tribos* aparecem *links* em que os participantes das campanhas podem trocar informações a respeito das ações, sentimentos e outros. Além do conhecimento relativo à cidadania e ao voluntariado organizado proposto pela ONG, outros conhecimentos são dados a ver: o dos integrantes das ações, e o resultante de apresentações e trocas entre escolas que a ONG usa para legitimar seu discurso e ir ao encontro do que a “galera” e as escolas esperam. A esse movimento Hardt e Negri denominam de trabalho afetivo. O material de divulgação que é disponibilizado para as escolas, traz linguagens que se constituem através de palavras e imagens. Como exemplos disso, seguem imagens digitalizadas do material de divulgação.

¹⁹ Trabalho imaterial e afetivo são conceitos que serão trabalhados no decorrer dos capítulos.



Cartaz de divulgação enviado às escolas no ano de 2007.



Cartaz de divulgação enviado às escolas no ano de 2006.



No detalhe, indicação dos patrocinadores e também o chamado ao *site*.

MAPA DAS TRILHAS 2006

Fóruns Tribais Regionais Outubro

Envio do Diário da Tribo Até 20 de outubro

Fóruns Tribais

Definição e Execução das Ações 3 de junho a 30 de setembro

Inscrições 17 de abril a 14 de maio

7 8:19

TRIBOS

NAS TRILHAS DA CIDADANIA

Realização:

Patrocínio:

Cartaz de divulgação indicando o mapa das trilhas.

MAPA DAS TRILHAS

- 1 Inscrições e escolha da TRILHA
(01 de março até 16 de abril)
- 2 Encontros Colaborativos
(Lançamento Local - abril/malo)
- 3 Execução das Ações
(maio até outubro)
- 4 Fóruns Tribais Municipais
(outubro)
- 5 Fóruns Tribais Regionais
(outubro até 15 de novembro)
- 6 Envio dos Diários Tribais
(até 30 de novembro)

TRIBOS
NAS TRILHAS DE CIDADANIA
2007

Realização: **Parceiros**
Voluntários

Patrocínio:

BANCO REAL
SEM LIMITE

GERDAU

Instituto UNIBANCO

REFAP
Associação de Fomento - 1999-2007

As inscrições serão realizadas...

Cartaz de divulgação indicando o mapa das trilhas.

Quando falamos em trabalho afetivo posso exemplificá-lo pelas imagens que lembram desenho animado, histórias em quadrinhos, e imagens fotografadas de jovens em ação, com expressões alegres como se estivessem participando de uma festa ou de atividades de integração prazerosas. O material de divulgação, assim como o *site*, brinca nesse entrecruzamento lúdico, afetivo, de integração entre os jovens. Imagens em que o cenário é desfavorável, em que a execução do trabalho social se faz importante não aparecem.

São linguagens que permeiam culturas, instituições, comunidades e buscam através da educação a forma de oportunizar ações que envolvam os alunos em questões sociais. Esse movimento que é organizado e articulado favorece práticas educacionais que se dão na cultura. A mescla de identidade produz subjetividades e a constituição de diferentes significados, que falam por diversas linguagens, que não se estabelecem apenas no código escrito, mas também na expressão, na autoria e nos sentimentos. De acordo com Fabris,²⁰ “esses significados contribuem com a produção de identidades bem como com a regulação da conduta social. Um meio privilegiado através do qual o significado é produzido da linguagem”. Assim como nos indica Hall,

A linguagem falada usa o som, a linguagem escrita usa palavras, linguagem musical usa notas em uma escala, ‘a linguagem do corpo’ usa gestos físicos, a indústria da moda usa itens de vestimenta, a linguagem da expressão facial usa maneiras de arranjar suas características, a televisão usa pontos na tela produzidos eletrônica ou digitalmente, os semáforos, usam vermelho, verde, amarelo, - para ‘dizer algo’. Esses elementos – sons, palavras, notas, gestos, expressões, roupas – são partes do mundo material ou natural, mas sua importância para a linguagem não é o que eles são, mas o que eles fazem, sua função, eles constroem e transmitem significados. Eles significam. Eles não têm qualquer significado claro em si mesmos. Em vez disso, eles são os veículos ou meios que carregam significados porque eles operam como símbolos, os quais afirmam ou representam (isto é simbolizam) o significado que nós desejamos comunicar. Para usar outra metáfora, eles funcionam como signos. Signos afirmam ou representam nossos conceitos, idéias e sentimentos, de modo que nos torna capazes de ‘ler’ o outro, decodificar ou interpretar seus significados de maneira geral, do mesmo modo que nós fazemos.²¹

O que busco ao trazer o conceito de linguagem é ilustrar as várias formas de linguagens utilizadas no material de divulgação e *site*. De acordo com Fabris,²² “entender a linguagem como sistema de representação não é compreendê-la como um código escrito, ou falado, mas como possuindo algum elemento para representar o que nós queremos dizer, expressar ou comunicar”.

²⁰ (1999).

²¹ Hall (1997, p. 4).

²² (1999).

A título de exemplo, seguem algumas imagens do *site*:



Página de abertura do *site*. Acesso em 06.01.2008.



“O que ta rolando”. Acesso em 06.01.2008.



“O projeto”. Acesso em 06.01.2008.



“O cronograma”. Acesso em 06.01.2008.



“Bússola”. Acesso em 06.01.2008.



“Memória”. Acesso em 06.01.2008.



“Mapa da Mina”. Acesso em 06.01.2008.

Diante dessas imagens, penso que o material empírico está inscrito em uma variada gama de linguagens, que usa efeitos discursivos distintos. As linguagens são reveladoras de conteúdos em que saber e poder estão intimamente ligados, produzindo *regimes de verdade*. Dentre esse universo de materiais disponíveis, seleciono para compor o corpus de análise desta dissertação, os cartazes de divulgação e também o conteúdo presente no *site*. Além desse material, utilizo também alguns *e-mails* recebidos diretamente em meu endereço pessoal para materializar as questões que venho apontando até o momento.

Foucault assume a linguagem como constitutiva de um sentido maior, entendendo este sentido como o meio pelo qual circulam as idéias, “sendo a linguagem constitutiva de nosso pensamento e, em conseqüência, do sentido que damos às coisas, a nossa experiência, ao mundo.”²³ O conceito de discurso para Foucault está ligado àquilo e pelo que se luta, ou se quer apoderar, ou o sentido que damos a nossas intenções e ao mundo. Para Foucault o discurso se constitui em parceria com a linguagem. O discurso traz o que é recorrente à ordem da linguagem em geral. A campanha *Tribos nas Tribos da Cidadania* oferece material empírico de

²³ Veiga-Neto (2004, p.107).

prática com material que muda a cada edição da campanha, bem como o *site* que oferece constantemente espaço a participação dos jovens, sendo assim muito contingente. Assim, percebemos que a linguagem utilizada como ferramenta de análise, não está fixada no signo em si utilizado, mas está no sujeito ativo, produto de desejo e energia que se conecta em rede.

O discurso que se estabelece em rede, está fundamentado em percursos, *mapas de minas* instituídos de forma preliminar pela campanha, bem como a linguagem dos jovens, como o internetês²⁴. O sujeito que participa das campanhas mescla a sua identidade com outras *tribos* o que o torna partícipe de um grupo, de uma “galera”, assim constituído, incluído, formado e regulado por um discurso já existente. Ainda assim os discursos estão vinculados a acontecimentos e ações; e a poderes, efeitos das ações, aqui, ações voluntárias por trilhas de meio ambiente, cultura e paz. Os discursos estão vinculados a “poderes que o acontecimento coloca em circulação.”²⁵ À medida que o discurso toma forma, se institui como uma maneira de proceder, intervir na comunidade como cidadão e o voluntariado organizado busca ser entendido como a forma de educação para a cidadania. O discurso é constituído de enunciados que se conectam com *regimes de verdades*. “Isso equivale a dizer que as práticas discursivas moldam nossas maneiras de constituir o mundo, de compreendê-lo e de falar sobre ele.”²⁶ Aquele que enuncia, traz em si, uma ordem que lhe é anterior, a um campo de circulação de práticas discursivas e não-discursivas.

O material de divulgação das campanhas e o *site*, enquanto material empírico oferece grande possibilidade de deslindar enunciados, discursos, linguagens que produzem a cultura do voluntariado organizado, e o que a cultura com seus atravessamentos vem legitimando como exercício da cidadania. A visibilidade dos discursos se torna possível a partir das posições que os sujeitos ocupam dentro de uma determinada trama social. Posicionar os sujeitos dessa ou daquela forma, nesse ou naquele lugar, localiza os discursos dentro de um determinado regime de visibilidade, datado e localizado precisamente.

²⁴ “É uma linguagem surgida no ambiente da internet, baseada na simplificação formal da escrita, como objetivo principal de tornar mais ágil e rápida, a comunicação fazendo dela uma linguagem taquigráfica, fonética e visual. Abreviações, simplificações, símbolos criados por combinações de caracteres, símbolos gráficos próprios e uma grande diversidade de recursos de comunicação por imagens utilizados na internet são as principais características nas mensagens que utilizam essa linguagem” (Wikipédia, 2008).

²⁵ Veiga-Neto (2004, p.111).

²⁶ Idem (2004, p.112).

2.2. A catequese do voluntariado como regimes de verdade

As campanhas de voluntariado oferecem uma variada gama de estratégias e discursos, que fazem de seus instrumentos, sedutores meios de interação para que cada vez mais este movimento se torne eficaz em seus objetivos, que é o fortalecimento do voluntariado organizado, promovido por instituições empresariais.

Sobre isso, Klein²⁷ escreve que: “é na área educacional que tais discursos desdobram-se, na tentativa de formar sujeitos engajados, conscientes, responsáveis, solidários com a sociedade onde estão inseridos”. A sociedade tem depositado nas instituições educacionais, além do compromisso de educar, também a tarefa de através da educação, formular receitas para que os cidadãos que por ali passam estejam preparados para a resolução dos problemas que afligem as questões sociais, ambientais e éticas. Em muitas comunidades a escola tornou-se o núcleo de movimentos sociais que buscam por organização, legitimando cada vez mais o fato de que cabe à escola o papel de possibilitar uma educação redentora: “transformadora da sociedade”.

As campanhas apóiam-se em modernos artefatos midiáticos e tencionam várias áreas do conhecimento que permitem formular estratégias discursivas que colocam os conteúdos a serem desenvolvidos pela campanha em uma ordem de discurso adequada; às várias demandas do tempo atual, instituindo novas palavras, linguagens e verdades, instituindo signos e imagens. A comunicação como uma linguagem em ação produz mensagens que se alimentam da e se espalham na cultura. Explicando melhor, da cultura se combinam e se criam os signos, e na cultura espalham-se novas construções de sentido. Assim, tenho pensado a cultura das campanhas de voluntariado como uma catequese que institui versões de verdades a partir de uma realidade cultural que passam a ser naturalizadas no ambiente escolar.

Tomo emprestado o termo catequese da doutrinação cristã de fiéis, uma vez que a história da educação escolarizada se dá com a influência da Igreja. A educação escolarizada foi assim reconhecida como instituição alicerçada para ensinar a disciplina, a obediência, o bem, a caridade e, atualmente, a solidariedade, a cidadania e o voluntariado organizado. Pensar sobre isso, sobre tais mudanças e tendências, representa expandir as novas atribuições da escola e de seus agentes nesse tempo que desafia a educação.

²⁷ Klein (2007, p. 154).

3. Fragmentos históricos

Não se busca dotar a história de um caráter magistral e pedagógico entre outras coisas porque um olhar retrospectivo deste tipo é também fruto das instituições escolares. Pretende-se, pelo contrário, aplicar o método genealógico para abordar o passado a partir de uma perspectiva que nos ajude a decifrar o presente, a rastrear continuidades obscuras por sua própria imediatez, e a determinar os processos de montagem das peças mestras, seus engates, para que servem e a quem, a que sistemas de poder estão ligados, como se transformam e disfarçam, como contribuem, enfim, para tornar possíveis nossas condições atuais de existência.²⁸

Para entender a configuração que a escola contemporânea assume, é indispensável voltar o olhar para a sua constituição, buscando, em um *a priori* histórico, as condições de possibilidade para entender tanto as mudanças que vêm ocorrendo, quanto os motivos da tão comentada crise²⁹ na educação escolar. Essa aparente crise que invade as escolas na Contemporaneidade não é um fato que se apresenta nos dias de hoje. Comenius, pensador do século XVII, já anunciava preocupação em apontar alternativas de como e o que ensinar.

A partir do século XVI a Igreja, na busca por garantir a conservação e a ampliação de seus poderes frente ao Estado, estruturou suas práticas de forma diferenciada. Procurou por modificações que assegurassem o poder eclesiástico por meio de vários dispositivos, dentre os quais as pregações públicas e a manipulação sutil da alma dos jovens, através de ensinamentos

²⁸ Varela; Alvarez-Uría (1992, p. 69).

²⁹ Ao trazer a idéia de crise, o faço no sentido como é tomada pelo senso comum, como um momento de tensão que precisa de soluções urgentes para retomar a harmonia. Não tenho como objetivo aqui aprofundar essa discussão.

religiosos. Havia na Europa um movimento de católicos e protestantes em busca de espaço. A partir desse movimento parece natural que os indivíduos de mais tenra idade passassem a receber ensinamentos.

A Igreja começou a assumir forte influência na formação dos saberes que nortearam a educação escolar, surgindo nesse contexto instituições com o objetivo de educar as classes abastadas. Destacavam-se os jesuítas como os primeiros incumbidos em tal tarefa. No século XVII, os jesuítas foram relevantes no cenário do ensino porque preconizavam uma vigilância amorosa em favor do disciplinamento, direção espiritual, organização do espaço e tempo, programação de conteúdos de acordo com a idade, aplicação de métodos de ensino e do estímulo ao estudo. Os colégios jesuítas fundaram um modelo único de ensino, no qual formação e aprendizagem passaram a se distanciar cada vez mais da prática.

As escolas surgiram próximas às Igrejas, e essas, pouco a pouco, passaram a formar jovens pobres, especificamente meninos, na moralidade e doutrina cristã. A educação passou então a naturalizar a sociedade de classes através da separação dos alunos e de formas educativas diferenciadas de acordo com a classe social. Não havia delimitação de idade para caracterizar uma ou outra faixa etária, e também não havia idade para começar o ensino das letras. No entanto, havia o interesse que desde cedo começasse a aprendizagem da fé e dos bons costumes.

O investimento sobre “a inocência infantil é uma conquista posterior, e feito, em grande medida, da aplicação de toda a ortopedia moral sobre o corpo e a alma dos jovens”.³⁰ A meninice era considerada etapa ideal para o indivíduo ser moldado. As etapas de desenvolvimento não eram distintas nesse momento histórico em que se inicia a configuração da infância. Dessa forma, a ciência pedagógica surge nas instituições que se ocuparam da instrução da infância, nas quais aconteciam as observações para a elaboração dos saberes de como orientar e dirigir a educação. A separação por faixa etária, a seriação, aconteceu pouco a pouco por razões morais e de disciplina.

No século XVIII, iniciou-se a diferenciação da primeira infância, antes não considerada, tendo a primeira etapa da vida limites imprecisos, em que somente a juventude era considerada. No início do século XIX a educação escolar estava ligada firmemente à tarefa profética da fé cristã, surgindo ao final do mesmo século a categoria de “aprendiz”. As crianças e jovens eram compreendidos nessa categoria que foi gradativamente sendo naturalizada.

³⁰ Varela ; Alvarez-Uría (1992, p. 72).

Houve distinção quanto às fases infância e adolescência. Isso ocorreu inicialmente nas classes abastadas, enquanto que nas classes populares essa distinção se manteve imprecisa, relação ao fato e à nomenclatura. Houve clara distinção entre a infância “rica” e a “pobre”, uma vez que a infância era relacionada com a constituição das classes sociais. A infância “rica” seria moldada para também governar. A constituição da infância de qualidade vinculava-se à família. Para as famílias carentes, havia intervenção direta do Estado, ficando a infância pobre sob a responsabilidade do poder público.

As novas instituições fechadas, destinadas ao recolhimento e instrução da juventude, que emergem a partir do séc. XVI (colégios, albergues, prisões, casas de doutrinas, casas de misericórdia, hospícios, hospitais, seminários...) têm em comum esta funcionalidade ordenadora, regulamentadora e sobretudo transformadora do espaço conventual.³¹

O isolamento converteu-se em um dispositivo natural à demarcação espaço-temporal da infância. A ortopedia moral sobre corpo e alma; o disciplinamento. A lógica disciplinar está em plena naturalização de seus instrumentos, descritos por Foucault: vigilância hierárquica, sanção normalizadora e exame. “O professor não possuiu tanto um saber, mas técnicas de domesticação, métodos para condicionar e manter a ordem; não transmite tanto conhecimento, mas uma moral adquirida em sua própria carne na sua passagem pela Escola Normal.”³² A partir desse modelo regulamentador e disciplinar, todo um conjunto de saberes foi extraído do trato direto com os alunos. “Em suma, conhecimento do que hoje se denominam de organização escolar, didática, técnicas de ensino e outras ciências sutis de caráter pedagógico que tiveram seus começos na gestão e no governo de jovens.”³³

Assim, um processo de ensino, denominado de *pedagogização dos conhecimentos* teve início. Segundo Júlia Varela³⁴, esta naturalização ocorreu não só nos colégios jesuítas, mas em outras instituições educacionais. Esse processo marcava cada vez mais uma diferenciação do que era adequado às crianças e do que era compatível à educação dos adultos. Um currículo escolhido conferiu à atividade escolar um amálgama regido pelos princípios morais e éticos da doutrina religiosa cristã, surgindo a “ciência pedagógica”. Os mestres passaram a ser detentores da verdade, à medida que a invenção da educação escolar acontecia alheia às transformações sociais isto quer dizer que a ênfase à aquisição dos conhecimentos era basicamente teórica, sem envolvimento com a prática. Um aparato disciplinar configurou esta maquinaria que se aperfeiçoava na fabricação de discursos e conceitos tidos como verdades absolutas.

³¹ Idem, p. 76.

³² Idem, p. 82.

³³ Idem, p. 80.

³⁴ Varela, Júlia (2002, p. 87).

3.1. De um currículo aprendiz para um currículo em rede

O currículo escolar foi constituído na Modernidade a partir de arranjos de saberes, a partir de teorias que determinavam o tipo de ser humano adequado para um tipo de sociedade. De um modelo tradicional, teórico e técnico, para um modelo que reverencia o *status quo*, que valoriza conceitos que permitem entender o que dele resulta. Nesse contexto, vários termos foram criados, a fim de contemplar e nomear o produto dos processos curriculares.

A fabricação de conteúdos, a criação de termos, nomes e discursos originaram, segundo Popkewitz³⁵, a criança “escolar” (*scholar*) assim chamada no início do século XIX. O mesmo autor ainda argumenta que no final do mesmo século o termo criança “escolar” dá espaço para o termo “criança aprendiz”. Essa nomenclatura é considerada como natural ainda nos dias de hoje. Já no século XX outras categorias surgem como naturais no ambiente escolar. As categorias de estudante e aluno reconstituíram a “[...] ‘criança’ como objeto de escrutínio por parte do professor”.³⁶ Transformar as crianças em aprendizes significava naturalizar um sujeito que daria “atenção às coisas do mundo”, ao invés de atribuir significados somente na fé cristã. A criança passa a adquirir uma identidade racional sendo levada em conta pelos outros também como tal. De acordo com Popkewitz: “a criança ‘moderna’ é um exemplo desta transformação; a criança não está mais relacionada a concepções de tempo e espaço restritas à própria comunidade. Uma criança pode agora ser vista em relação a elementos universais, independentemente de seu local geográfico”.³⁷

Ao analisarmos o currículo como uma trajetória escolar constituída de valores e conteúdos culturais em um contexto histórico, podemos perceber o quanto é contingente. Posso citar as disciplinas de *Moral e Cívica* que tratavam de conteúdos relativos à moral, ao civismo; e *OSPB – Organização Social e Política Brasileira*, que algumas décadas atrás pautaram os currículos escolares brasileiros e hoje desapareceram dos mesmos. Em tais disciplinas era possível o estudo sobre civismo, o que talvez hoje possa ser considerado cidadania. Tais currículos são construídos e fomentados por relações de poder quer sejam elas políticas, econômicas, sociais, inscritas em uma história que marca o seu tempo por meio de fatos e objetos que passam a ter sentido e são naturalizados por uma ordem de entendimento

³⁵ Popkewitz (2002, p. 177).

³⁶ Idem.

³⁷ Idem.

preconizado por discursos. É na passagem de uma lógica moderna para uma lógica contemporânea que o currículo assume como característica um caminho a ser percorrido. De acordo com Veiga-Neto, “currículo é um conjunto de conhecimentos, valores e práticas retiradas de uma cultura e tidas como importante em determinado momento histórico.”³⁸ As metodologias e o fazer escolar passam a ser estratégias que objetivam as crianças, os aprendizes, os estudantes, os alunos “todas as quais moldam e modelam aquilo para o qual se deve olhar e a forma como aquele olhar deve conceber as ‘coisas’ no mundo”.³⁹ O currículo e as metodologias tornam-se seletivos à medida que são escolhidos alguns conteúdos em detrimento de outros, colocando o que “interessa” em uma ordem que sinaliza um caminho escrutinado por discursos. O projeto moderno vislumbrava um sujeito que, novamente nas palavras de Popkewitz⁴⁰, entendia

a moderna criança escolar é a pessoa que aprende a ser “cidadão”, que tem responsabilidades abstratas relacionadas ao governo do Estado, que tem “potencial” como trabalhador, que aprende habilidades e sensibilidades culturais para o “uso” futuro e que é automonitorada em seu desenvolvimento afetivo e cognitivo.

O projeto da Modernidade era constituído de saberes tradicionais vinculados à história embora não tão contingentes quanto os que atualmente se abrem às influências da Contemporaneidade. Por isso, pensar na educação escolar atual representa pensar um contexto repleto de mudanças e em crises que se alastram nos discursos que representam uma era globalizada. Esse cenário pode ser visualizado na educação escolar. Talvez o que apareça de forma mais evidente é o que fazer e o que pensar de fato quando o assunto é escola, em um tempo diverso e complexo. A procura por caminhos, melhores práticas e reflexão estão constantemente fazendo parte da realidade dos profissionais que, interessados, atuam na área. A pesquisa tem favorecido a descoberta de novos percursos, já que a Modernidade ficou com as soluções e as grandes verdades.

O currículo escolar contemporâneo é composto por saberes e conteúdos que são privilegiados pela história, no entanto, também interpelados e constituídos por tudo o que o contexto traz, na realidade em que a escola está inserida. Antes de ser somente teórico, o currículo pede sentido, prática e ação. Um currículo regido por lei apresenta lacunas e permite que outros conteúdos tomem a cena escolar. Muito se tem pensado e nomeado a esse respeito; mas a instituição escolar pouco tem mudado em relação a sua função, porém, ao mesmo tempo vem adotando diferentes estratégias epistemológicas e práticas, reforçando o seu papel

³⁸ Veiga-Neto (1996).

³⁹ Popkewitz (2002, p. 179).

⁴⁰ Popkewitz (2002, p. 179).

enquanto um dispositivo capaz de auxiliar no governmentamento da população. De acordo com Popkewitz,⁴¹

vejo o currículo como um conhecimento particular, historicamente formado, sobre o modo como as crianças tornam o mundo inteligível. Como tal, esforços para organizar o conhecimento escolar como currículo constituem formas de regulação social, produzidas através de estilos privilegiados de raciocínio. Aquilo que está inscrito no currículo não é apenas informação – a organização do conhecimento corporifica formas particulares de agir, sentir, falar, e “ver” o mundo e o “eu”.

Uma vez que o currículo oficial⁴² é constituído por conteúdos que correspondem em alguma medida ao ritmo contemporâneo, há a necessidade de outras complementações, como o caso das campanhas que atuam de maneira focada para um objetivo, como as que têm como tema a cidadania. A cultura representada na rotina escolar e as interferências da mídia têm ocupado grande parte das discussões no ambiente escolar, e é no cruzamento de vários fatores, entre eles: currículo, mídia, cidadania, entre outros, que se justifica o objetivo desta Dissertação: *as campanhas de voluntariado na escola*. Esse fato, para não dizer fenômeno, nos mostra um movimento cultural que fomenta e legitima através da invenção de termos, discursos e práticas. Movimento esse que agrega interesses sociais, econômicos, culturais, políticos em torno das questões educacionais. O crescimento de tais interesses revela que a educação escolar é interpelada pela história social e cultural que estamos vivenciando. Exemplo disso, o voluntariado organizado, que grande em sua dimensão em rede, com discursos bem articulados, criam e recriam currículos em nome de uma cidadania. E assim somos levados por uma correnteza que trilha o fazer escolar. De um currículo aprendiz que visava “transmitir o conhecimento científico, [...] formar um ser humano, supostamente racional e autônomo e em moldar o cidadão e a cidadã da moderna democracia representativa”.⁴³ volta-se para um currículo em rede, que representa o advento da internet, que possibilita a campanha *Tribos nas Tribos da Cidadania* representar uma campanha de impacto. O objetivo dessa ação que é o exercício da cidadania, através do voluntariado organizado parece completar o que a sociedade busca para a solução de suas mazelas. E então passamos a nos perguntar: ao participar de uma campanha de tal envergadura, cumprimos o nosso papel de educadores? Será que ser cidadão na Contemporaneidade é ser voluntário? Ser cidadão é mais que ser voluntário? Percebo que uma campanha como a das *Tribos* se faz complexa e articulada. Um conteúdo em forma de campanha, o que representa? Penso ser ela eficaz em termos de efeito, de mobilização, mas

⁴¹ Popkewitz (2002, p. 174).

⁴² O currículo oficial ao qual me refiro aqui é aquele organizado pelas escolas tendo como base os Parâmetros Curriculares Nacionais.

⁴³ Silva (2005, p. 112).

frágil se pensarmos a dimensão que recebe o sentido de cidadania, tendo o seu significado elaborado de acordo com concepções neoliberais. Penso que cidadania é muito mais, então cabe pensar o que mais? Deixo essas questões como estímulo para continuar escrevendo.

A escola conserva nos dias de hoje atributos e funções de séculos anteriores. No entanto, percebemos que algumas características que foram conservadas através dos tempos como naturais e verdadeiras estão sendo colocadas em xeque em um tempo de incertezas e de profundas mudanças nos mais variados campos do conhecimento humano. A organização de saberes determinados por relações de poder esteve presente na história da educação e está de fato tornando o cenário educativo aberto às mais variadas intervenções e contribuições, sejam elas também ditadas pelo consumo. A organização do currículo torna-se contingente. Essa sensação cotidiana de crise que estamos vivendo

talvez esteja dando um fim à generalizada crise da Modernidade e introduzindo uma proliferação de crises menores, mais localizadas e indefinidas. A grande crise da Modernidade parece estar se fragmentando em microcrises capilarizadas, muitas delas relacionadas às transformações nas representações espaços-temporais.⁴⁴

A crise que se estabelece na Contemporaneidade assume um significado bastante diferente daquele presente na Modernidade. Segundo Acorsi,⁴⁵ “o conceito, ou a idéia de crise, se intensifica nos tempos pós-modernos para descrever os problemas do mundo e a nossa incapacidade de mantê-lo sólido”. Assim, a idéia de crise, segundo Bauman⁴⁶, passa de um momento de tomada de decisão como era na Modernidade, para um momento de impossibilidade de decisão.

Sobre essas transformações que se dão no contexto escolar, Veiga-Neto⁴⁷ explica que:

livros e artigos de muitos especialistas trazem descrições históricas, fartamente documentadas, sobre como foram se combinando certas modificações nas práticas pedagógicas – envolvendo novos usos do tempo e do espaço, criando outros artefatos escolares, instituindo novas discursividades, de modo a constituir, a partir da passagem do século XVI para o XVII, um novo e muito especial tipo de indivíduo, em conexão indissociável com a constituição de um novo tipo de sociedade.

Ainda de acordo com Veiga-Neto, podemos pensar que a escola moderna é descrita como uma maquinaria que constituiu o sujeito na era Moderna. O poder e o saber estavam

⁴⁴ Saraiva (2006, p. 3).

⁴⁵ Acorsi (2006, p.12).

⁴⁶ (2000).

⁴⁷ Veiga-Neto (2004, p. 139).

firmemente ligados de modo a tornar legítima a instituição escolar através da História. Poder-saber, saber para conhecer na prática e ter o poder de atingir a alma⁴⁸ dos indivíduos através do convencimento, da disciplina. A lógica disciplinar que tem por objetivo a criação de corpos dóceis, ou corpos maleáveis em que a vigilância auxiliava para sua eficácia, abre espaço, na Contemporaneidade, à lógica de controle em que a informação passa a ser a tônica. Embora essa transição não tenha significado uma ruptura, podemos perceber um abrandamento, uma mudança nessa lógica disciplinar na sociedade. Abre-se espaço para novas lógicas em que a Educação está sendo sacada para além dos muros escolares. Considero possível estabelecer uma relação entre as transformações na educação e a sensação de crise que é imanente a essas mudanças, as quais têm feito da educação um porto seguro para as mais diversas ancoragens. Com isso refere-se que vários segmentos da sociedade têm navegado para esse canal que historicamente adquiriu um *status* positivo, de bem, ética e de boas intenções no que se refere à melhoria na condição de vida do homem. A educação adquire o *status* de que por meio dela poderemos avançar como sociedade.

Uma ampla discussão conceitual instiga os interessados pela análise escolar a partir da lógica disciplinar e de controle. A lógica de controle, no entanto, diferentemente da disciplinar, não é relacional, evasiva. Penetra nas instituições escolares por meio de várias arestas: caminhos como o da internet que possibilitam esta Dissertação. A Contemporaneidade está aberta a essa lógica ainda não bem descrita, embora muito discutida e que nos faz pensar, porque é difusa. Os efeitos de tal prática, e se a lógica disciplinar está implícita na lógica de controle, trazem à tona de pesquisa motivos para as mais diversas indagações. A minha contribuição nesse sentido, observando a minha prática na escola, é que a lógica disciplinar e de controle são de ordens diferentes, mas brincam de mimetismo, se entrelaçam e imbricam. De fato não são a mesma coisa e suas abordagens são diversas, no entanto, a meu ver, estão ancoradas sob o jugo da contingência da cultura.

Partindo de uma demanda de globalização, de criação de ONGs, a cultura dá o tom e a medida para o arranjo dessas lógicas. A campanha *Tribos* foi produzida a partir de discursos que articulam disciplina, controle, currículo, conteúdo, estratégia metodológica, internet, apenas para citar alguns exemplos. Assim a meu ver, passam a ser mais produtivos a análise e o entendimento das lógicas disciplinares e de controle se levarmos em conta o gatilho que as

⁴⁸ Segundo Foucault (1987, p.28), devemos estar atentos ao fato de que a alma “é o elemento onde se articulam os efeitos de um certo tipo de poder e a referência de um saber, a engrenagem pela qual as relações de poder dão lugar a um saber possível, e o saber reconduz e reforça os efeitos de poder”.

arranjou, a contingência da cultura que combinou tais lógicas, o quanto uma se curva a outra, quais os conteúdos que compuseram os currículos, seus discursos e seus efeitos.

3.2. Para um currículo ação...

A passagem de um currículo cuja ênfase está colocada na passividade para um currículo cuja ênfase está colocada na ação guarda íntima conexão com a lógica do Império. A lógica imperial atua remetendo suas intenções a discursos que nos ensinam através de várias formas. Quando falamos em representações espaços-temporais, podemos entender que estamos falando de um movimento discursivo que é composto a partir de um espaço e de um tempo. A internet tem contribuído para a disseminação de várias campanhas de participação escolar. Convites são lançados constantemente na rede, assim como, premiações às ações desenvolvidas. Mesmo sem a presença física de alguém, de uma pessoa que venha organizar ações voluntárias nas escolas, há um movimento de intercâmbio em todo o Estado do Rio Grande do Sul no que se refere especificamente ao projeto *Tribos*. Então, a internet permite aos internautas que a rapidez e agilidade desse mecanismo aproximem alunos dos mais diversos cantos do Estado oportunizando ações solidárias em comunidades locais. De acordo com Giroux⁴⁹,

o currículo envolve a construção de significados e valores culturais. O currículo não está apenas envolvido com a transmissão de “fatos” e conhecimentos e “objetivos”. O currículo é um lugar onde, ativamente, se produzem e se criam significados sociais. [...] há pouca diferença entre, de um lado, o campo da pedagogia e do currículo e, de outro, o campo da cultura. O que está em jogo, em ambos, é a política cultural.

Apreciado pelos alunos, esse currículo encanta porque é ao mesmo tempo virtual e real, porque favorece a interação, a prática e a convivência. No currículo oficial o conceito de cidadania pode ser trabalhado no Ensino Médio nas disciplinas de Sociologia e Filosofia, de acordo com a lei⁵⁰. A referida lei explica: “os conteúdos de Sociologia no ensino médio têm como finalidade o exercício da cidadania do educando, sem especificar o momento e os conteúdos que serão trabalhados”. Mesmo que o currículo oficial ofereça espaço para que seja trabalhado o conceito de cidadania, campanhas como: *Tribos nas Trilhas da Cidadania, Selo Escola*

⁴⁹ Silva (2005, p. 56).

⁵⁰ Em 7 de julho de 2006, o Conselho Nacional de Educação aprovou o Parecer CNE/CEB nº 38, com homologação publicada no Diário Oficial da União de 14 de agosto de 2006, e a Resolução CNE/CEB nº 4, de 16 de agosto de 2006, que tornam obrigatória a inclusão de Filosofia e Sociologia no currículo do ensino médio.

Solidária, Faça parte, Amigos da Escola, entre outras, completam e em alguns casos até possibilitam que isso aconteça, já que especificam o momento e os conteúdos a serem trabalhados e também as ações em que serão visualizados. O exercício efetivamente acontece a partir de convites das mais variadas fontes, quer sejam elas instituições do terceiro setor, ONGs, empresas, sindicatos e associações comerciais e industriais de cada município. A ONG *Parceiros Voluntários* estabelece intercâmbio com associações a fim de poder agilizar a entrega de materiais como banners e folder's. Também através das associações é que acontece o agendamento de cursos para professores e a organização de transporte para os eventos, entre outros. Esses convites além de serem feitos por material impresso, chegam às escolas via *e-mail*. Além disso, a mídia em horário nobre também se encarrega de disseminar uma prática que sensibiliza os envolvidos no processo escolar. Quero dizer que essas campanhas endereçam sua participação para a comunidade na qual a escola está situada, colocando cidadania e voluntariado como sinônimos. Vivemos em um tempo de mobilização em cadeia a partir das várias abordagens dispostas pela mídia para o desenvolvimento de ações que levem à sensação do dever cumprido na esteira de práticas cidadãs, mesmo sendo em sua grande maioria ações que simbolicamente representem um analgésico especialmente para a parcela da população que necessita de intervenções mais pontuais.

A mídia televisiva pode ser comparada a um fenômeno que perpassa todas as camadas sociais. Pode ser considerada como o centro da sociedade de informação na qual vivemos. A produtividade do sistema capitalista também se dá nesse espaço. A mídia como um todo, rádio, jornais, internet, desafia a vida social a transformar a cultura, a instituir gostos, costumes, formas de comportamento. E, ao fazermos uma analogia com o currículo escolar, seleciona o que deve ser veiculado, mediado, o que deve estar na pauta do dia-a-dia. O efeito dos seus processos é ilimitado, oportunizando a criação de um espaço descoberto na Modernidade, o espaço virtual, o ciberespaço. Uma nova linguagem está no ar: a linguagem digital que uniu som, imagem e texto num único *bit*. Três letras que unidas representam um advento que é poderoso, e útil no dias atuais, pois reproduzem som, imagem e texto. A educação escolar está incluída nesse processo instantâneo que traz informação, conteúdo, imagem, música de todos os gostos. Fazer uso desse instrumento, dessa tecnologia passa a ser um dos desafios da escola na atualidade, “pois é nessa instância que são legitimados determinados valores. E são eles que nos impulsionam a agir”.⁵¹

⁵¹ Guareschi (2005, p.42).

Dessa forma, posso inferir que a prática cidadã através de uma campanha torna o currículo e a escola ativos⁵² em seu contexto social, e que possibilita por sua vez a escola ser vista não como destaque nos esportes, em exposição de trabalhos artísticos; mas em algo que hoje está em pauta, está na moda, na ordem do discurso, que é o exercício da cidadania através de ações voluntárias na comunidade onde a instituição escolar está situada.

Estamos vivendo um período em que a instituição escola está sendo intimada a mudar rapidamente. Com isso quero dizer que a história nos conta que mudanças que aconteceram em séculos hoje levam décadas. É o ritmo vertiginoso de um tempo que explode em mudanças nas mais variadas áreas do conhecimento humano. Assim, o professor, educador, agora passa a pesquisador, mediador, entendendo que a educação escolar necessita de alguém que aponte caminhos aos alunos de como usar o instrumento digital. O quadro negro talvez tenha sido uma das invenções que caracteriza a escola, e que permanece no tempo. A era digital está trazendo algumas substituições que trazem o preço da quebra de paradigmas, que trazem outras epistemologias e outras lógicas. E, ao mesmo tempo em que alguns afirmam que a escola permanece em crise e não atende as demandas da sociedade, cada vez mais ela é necessária, pois a tendência de que ela seja integral é uma mudança do nosso tempo. Ou seja, ao mesmo tempo em que os discursos sublinham a fragilidade da escola, ela se fortalece através de estratégias como a abertura de seus portões às campanhas de voluntariado, por exemplo, e com isso amplia progressivamente o tempo de permanência dos alunos no seu interior, através de atividades extraclasse. A escola atual busca nessas estratégias a possibilidade de ressignificação de suas práticas, configurando-se assim em um espaço adequado para os sujeitos século XXI, um espaço que busca sentido nos processos de criação pedagógica.

Sobre essa ressignificação das configurações espaçotemporais da escola contemporânea, valho-me de uma longa, porém pertinente, citação de Acorsi⁵³, quando escreve que:

mesmo em um momento onde [sic] a escola dispõe de instrumentos para reciclar seu projeto educativo, e de certa forma o faz, ela continua apostando na formação de um sujeito com “atitude de modernidade”. [...] Assim, diante deste contexto, [...] estas estratégias adotadas pela escola não dão conta de recuperar o encaixe com a sociedade na medida em que cada uma “vive” o tempo de forma distinta. Porém, penso que estas estratégias estão a serviço da escola no cumprimento de seu projeto educativo e da formação dos sujeitos e são cada vez mais úteis a essa sociedade que se reorganiza cotidianamente. Da mesma forma, estas estratégias contribuem para que a escola recupere, ou reforce, seu *status* de excelência em educação

⁵² Apenas para esclarecer, tomo aqui a palavra ativos relacionando-a com a idéia de ação.

⁵³ Acorsi (2007, p.98-99).

e pelo menos amenize os discursos que tem a colocado “em crise”, uma vez que está cumprindo com seu papel historicamente adquirido.

A escola tem a sua significação ampliada frente às intangíveis determinações da ordem Imperial. Dessa forma, como instrumento dessa ordem, amplia o seu domínio, através da reorganização do tempo e do espaço e dando espaço, e se abrindo às novas tecnologias e novas estratégias, que podem ser relativas ao acolhimento de uma campanha, a ampliação do tempo de permanência das crianças na escola, apenas para citar alguns exemplos. Assim a escola se multiplica em outros formatos educativos para tornar-se flexível à condição pós-moderna e se coloca, como explicarei mais adiante, a serviço da ordem Imperial.

3.3 Novas formas de pensar educação

A constituição da educação escolar se deu através da História como uma invenção que serviu para disciplinar o indivíduo através de um modelo que foi sendo instituído como natural.

Na medida em que o descompasso entre escola e sociedade aumenta significativamente, a escola passa a abrir seus portões para encontrar parceiros que contribuam na formação daqueles cidadãos idealizados pela Modernidade. Nesse contexto, entram em cena as campanhas de voluntariado, que aparecem como aliados da escola para a promoção do “exercício da cidadania”. Nesse sentido, as campanhas anunciam uma lógica, um apelo, e passam a ensinar e a subjetivar os indivíduos. Assim, funcionam como uma rede discursiva que tem em seu interior relações de poder e lógicas comerciais que atravessam e se manifestam na produção de subjetividades pautadas pelo consumo. A educação como produtora de subjetividades não está somente vinculada aos limites institucionais; essa flexibilidade torna-se parte fundamental na formação das identidades. Essas identidades que formam um jeito de ser e marcam um grupo, como é o caso do título da campanha destinada a jovens que analiso nesta dissertação. A campanha intitula-se: *Tribos nas trilhas da cidadania*. O próprio *site*⁵⁴ anuncia uma riqueza de significados para esse título. Segundo ele: *Tribos* diz respeito a um grupo, a um monte de gente com vontade de agir em sua comunidade. *Trilhas* diz respeito a caminhos que as *Tribos* fazem para mudar o mundo, com o objetivo de desenvolver a cidadania.

⁵⁴ Fonte: <[http:// www.parceirosvoluntários.org.br/](http://www.parceirosvoluntarios.org.br/)>; acesso em 2 nov. 2006.

Esse olhar interessado sobre o título da campanha e os significados que são colados a ele pela ONG responsável por sua execução, permite entender a educação – enquanto campo de práticas e de saberes correlatos a essas práticas – como aquilo que se passa no âmbito do que se pode denominar mundo da vida contemporânea. De acordo com Veiga-Neto⁵⁵,

não podemos dissociar as práticas e saberes educacionais do mundo social, onde existe uma relação de imanência. [...] As relações que existem entre as práticas e saberes educacionais e o mundo social (econômico, cultural, político etc.) são relações de imanência, de modo que se torna impossível não apenas tratá-los em separado como, até mesmo, tratá-los como se entre eles houvesse relações de causa-e-efeito, sobredeterminação ou procedência de um em relação ao outro.

Em suma: a mídia – os meios de comunicação, internet e TV – permeia a nossa vida cotidiana interpelando os indivíduos, subjetivando-os a partir de interesses políticos e de grandes corporações, o que acontece igualmente no ambiente escolar como é o caso das campanhas governamentais e não-governamentais que têm por objetivo a divulgação de enunciados sobre saúde, educação para a cidadania, meio ambiente, paz e outros.

Na Contemporaneidade, somos interpelados a cada momento por uma vasta gama de informações, novos apelos invadem a vida cotidiana. A internet passou a representar uma ferramenta à disposição de uma variada rede de comunicação à qual especialmente as gerações mais jovens têm acesso, assimilam com facilidade o seu uso, dominando assim essa ferramenta espetacular. A escola abre espaço à essa ferramenta indispensável no mundo em que vivemos. Auxilia a dominar seu uso através dos famosos LABINs (Laboratórios de Informática), que ganham espaço na estrutura e no currículo escolar. De fato, o que se veicula na Internet foge em grande parte ao controle institucional, pois ele se dá dentro e fora das instituições escolares porque é integrada à ampla rede que se conecta pelo mundo, uma rede discursiva que possibilita ao sujeito ser livre, sentir-se livre para navegar. Contudo, no que se refere à ação *Tribos* é possível observar que há uma liberdade que é disciplinada pelo ordenamento de como participar do voluntariado organizado e também uma liberdade controlada pelas informações solicitadas de quem participa bem como da avaliação do relatório de atividades. A Internet foge à disciplina e ao controle institucional passando a ser monitorada por redes de informação, fora da escola. Dada à facilidade de acesso, a Internet passou a divulgar as campanhas que convidam a sua participação, pois agregam grande número de pessoas.

⁵⁵ Veiga-Neto (2005, p. 25).

No caso específico dos *Parceiros Voluntários*, no *site*⁵⁶ podemos encontrar uma vasta gama de informações de como se tornar voluntário e os diversos segmentos em que o voluntário pode cadastrar-se: voluntário pessoa física, voluntário pessoa jurídica, parceiros jovens voluntários, escolas e Organizações da Sociedade Civil (OSC). A *Parceiros Voluntários* oportuniza uma modalidade de serviço voluntário organizado, uma vez que ordena em segmentos os sujeitos que querem prestar serviço voluntário e as entidades que querem receber apoio, e ajuda. A seguir, temos uma mostra dos segmentos das diversas entidades, com o percentual de participações. São eles:

Organizações da sociedade civil, que são cadastradas a fim de receber ajuda: Asilos (idosos), 3%; Instituições especializadas para o atendimento de portadores de necessidades especiais, 14 %: área da saúde: câncer, drogas, e DST/AIDS, 14%; área dos direitos humanos e desenvolvimento social, 19%; creches, escolas e cursos profissionalizantes, 50%.⁵⁷

Podemos notar que há um número expressivo de instituições educacionais interessadas em receber intervenção da ONG *Parceiros Voluntários*. A ONG *Parceiros Voluntários* comporta um *site* de onde derivam os outros segmentos, como é o caso do *link* destinado a jovens voluntários. Encontramos um *site*⁵⁸ organizado também para a participação de alunos da escola básica. Nesse *site* o discurso é identificado com a forma de falar dos jovens. Aparecem palavras como: “galera”, “tribo” etc. e a linguagem chamada hoje de internetês com a abreviação de letras e de palavras, além de imagens atraentes que lembram desenho animado, mapa da mina, e muitos outros atributos, que remetem a questões afetivas. Em ambos os *sites* encontramos uma articulação que dá legitimidade a uma cidadania organizada, a um projeto de trabalho voluntário organizado. Os *sites* são organizados de forma interessada e por isso, endereçada, no sentido de possibilitar um canal para que os jovens voluntários possam exercer o “correto exercício da cidadania⁵⁹”. A disposição, a organização do trabalho voluntário ofertado pela ONG, divulgados pelo *sites* colocam os jovens envolvidos com o projeto em uma mesma “ordem do discurso”, fazendo parte, incluídos em uma rede discursiva organizada, fazendo parte do fluxo Imperial.

A divulgação e o convite à participação, além do meio virtual, também se dão pelas Associações Comerciais de cada cidade, bem como pelo correio através de folders, cartas. A partir da minha experiência no IECEG, posso afirmar que existe um número crescente de

⁵⁶ Fonte: <[http:// www.parceirosvoluntarios.org.br/](http://www.parceirosvoluntarios.org.br/)> acesso em 2 nov. 2006.

⁵⁷ Fonte: <[http:// www.parceirosvoluntarios.org.br/](http://www.parceirosvoluntarios.org.br/)> acesso em: 2 nov. 2006.

⁵⁸ Fonte: <[http:// www.tribosparceiros.org.br/](http://www.tribosparceiros.org.br/)> acesso em: 2 nov. 2006.

⁵⁹ Ao colocar essa expressão entre aspas, faço com o objetivo de marcar a intenção da ONG em apontar a forma correta para o exercício da cidadania, através do voluntariado organizado.

convites à participação de campanhas de “conscientização” e voluntariado como forma de educação. As campanhas tornam-se eficazes, uma vez que focadas, possibilitam ações mais direta sobre seus objetivos. Tenho percebido também que outros discursos passam a integrar propostas escolares, que incluem muitas vezes o que são ou poderiam ser os chamados “temas transversais”⁶⁰, o que de certa maneira necessitaria ser trabalhado por todas as disciplinas do currículo escolar. Alguns deles: meio ambiente, saúde, cultura, paz, ética, cidadania, entre outros. Dada à complexidade da realidade atual, iniciativas governamentais e não-governamentais passam a trazer à circulação nas escolas campanhas focadas no discurso sobre responsabilidade social com o envolvimento do terceiro setor⁶¹.

O primeiro setor é representado pelo governo que é responsável pelas questões sociais. O segundo setor é o privado, responsável pelas questões individuais. O terceiro setor é representado pelo setor privado que presta auxílio a questões sociais, através de inúmeras Instituições. É constituído por Organizações sem fins lucrativos e Não Governamentais, que têm por objetivo gerar serviços de caráter público. Destacam-se Fundações, Entidades Beneficentes, Entidades sem fins lucrativos, ONGs - Organizações Não-Governamentais, Empresas com responsabilidade Social, Pessoas Físicas, Imprensa e outros.

O terceiro setor busca o desenvolvimento político, econômico, social e cultural no meio que atua.⁶² Dessa forma as campanhas servem de instrumento pois auxiliam tais organizações em suas práticas. As ONGs bem como Fundações, Entidades Beneficentes gerenciam e organizam as informações para quem objetiva a ação e oferecem o caminho de como colaborar: práticas que favorecem uma conduta cidadã. Mas afinal, o que é ser cidadão? O que é cidadania? Como o conceito cidadania vem sendo constituído e quais foram às condições sociais para a atribuição de tantos sentidos? É sobre isso que irei tratar no próximo capítulo.

⁶⁰ Os Temas transversais estão dispostos e são regidos pelos Parâmetros Curriculares Nacionais.

⁶¹ Fonte: <<http://www.filantropia.org/> acesso em: 9 jan. 2007.

⁶² Fonte: <<http://www.setor3.com.br>.

Capítulo IV

4. Mas afinal, o que entendemos por cidadania?

O movimento atual, maciço e quase universal, no sentido de maior participação e influência dos cidadãos, é um fenômeno novo. Não está sendo promovido por uma estrutura universal. Não possui endereço fixo. Não busca convertidos nem militantes políticos. Seu alvo não é o poder do Estado. Em seu centro está a figura do cidadão.⁶³

Cidadania é umas dessas palavras que seguidamente encontramos veiculadas pela mídia, e tem feito parte de vários contextos, sejam eles educacionais, políticos, empresariais. Exercer a cidadania parece estar na moda, ainda mais agora, em um tempo que traz consigo problemas sociais, como a violência, que atualmente ocupa o centro dos debates em nosso país. A partir desse cenário, a sociedade de uma maneira ampla procura por soluções, saídas, a fim de minimizar problemas que envolvem os mais variados setores da sociedade. O agendamento em horário nobre pela mídia, especificamente na rede Globo com a chamada: *Cidadania a gente vê por aqui!*, exemplifica o que de fato percebemos a cada dia, isso parece servir para contrapor um pouco, o pesado noticiário em rede nacional, como, por exemplo, o Jornal Nacional. A chamada: *Cidadania a gente vê por aqui!* é um exemplo que convoca. Convoca o indivíduo a exercer aquilo que se denomina cidadania, esse exercício parece fazer com que aquelas mazelas não resolvidas pelo poder público, somente, ficam sob responsabilidade de

⁶³ Oliveira e Tandon *apud* Naves (2005, p.567).

toda a sociedade. Uma sociedade que é convocada a fazer a sua parte nesse movimento que procura trazer soluções aos bocados. E, assim, diferentes iniciativas são veiculadas e postas em evidência, trazem ao debate alternativas e comportamentos que já nos parecem naturais, como, por exemplo, o voluntariado. A educação para o exercício da cidadania tem sido apontada como uma das possibilidades de abrandar as mazelas sociais com as quais vivemos neste mundo globalizado com fronteiras indefinidas. Pensar a cidadania no Brasil ou globalmente passa a ser uma imposição da realidade na qual vivemos.

Ainda se tratando da visibilidade que a necessidade do exercício da cidadania recebe atualmente pela mídia, um anúncio televisivo⁶⁴ chamou a minha atenção. Apresentava o *Dia Global do Voluntariado Jovem* como “a maior celebração mundial de jovens voluntários fazendo a diferença.” De acordo com o *site*⁶⁵.

O Natal Voluntários é uma organização não-governamental, sem fins econômicos, apartidária, que tem como função promover o voluntariado e a responsabilidade social; além de disseminar e valorizar o exercício da cidadania e da solidariedade, estimulando a articulação entre os diversos setores da sociedade. O Dia Global de Voluntariado Jovem, promovido desde 2000 pela oitava vez em mais de 120 países, será celebrado no Brasil, nos dias 27, 28 e 29 de abril de 2007, com jovens voluntários trabalhando em conjunto com a sociedade civil organizada e as iniciativas públicas e privadas.

Posso citar outro exemplo de chamada⁶⁶ também veiculada pela Rede Globo trazendo a divulgação de um manual de como ensinar a ser voluntário promovido pela campanha *Faça Parte*⁶⁷.

A globalização trouxe para a “vitrine” algumas palavras e expressões que às vezes dizem muito e às vezes têm o seu significado esvaziado pelos diferentes significados atribuídos em vários contextos discursivos. Quero dizer que ninguém sabe ao certo a amplitude do seu significado e que talvez seu conteúdo não contemple a complexidade de eventos que surgem a cada dia em nossa sociedade. Palavras que, na Contemporaneidade tem o seu sentido e significado expandidos como, por exemplo, as palavras globalização, voluntariado, cidadania. Conforme aponta Veiga-Neto⁶⁸:

⁶⁴ Chamada veiculada no dia 14 de abril de 2007, às 20h na Rede Globo.

⁶⁵ <http://www.diaglobal.org.br>

⁶⁶ Chamada veiculada no dia 20 de abril de 2007, às 19h.

⁶⁷ *Faça Parte* é uma organização com a missão de promover a cultura do voluntariado, estimulando a participação da juventude na promoção do voluntariado educativo. Maiores informações: www.facaparte.org.br

⁶⁸ Veiga-Neto (2006, p. 157).

são palavras mágicas. Mágicas porque funcionam como moeda forte: em muitas situações basta pronunciá-las para que muitos pensem que se está dizendo algo importante, sério, verdadeiro. Perigosas justamente por isso, e também porque, não sendo cuidadosamente delimitadas, tais palavras facilmente violam qualquer acordo tácito que deve reger um discurso que se pretenda ético e rigoroso.

Historicamente, a palavra cidadania adquiriu esse “poder mágico”. Isso aconteceu porque a história da cidadania está vinculada com a própria história do homem e nos remete a buscar em tempos passados, os indícios de como esse conceito veio a contribuir na constituição da história humana⁶⁹. Não com o objetivo de um estudo do passado pelo passado, mas com o objetivo de pensarmos o passado para dialogarmos com o presente. Tendo em vista que esse conceito não é estanque e que foi se modificando de acordo com as configurações de espaço e tempo, podemos concordar com Pinsky,⁷⁰ quando afirma que “ser cidadão significa ter direito à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei, é ter direitos civis. Poder votar e ser votado, ter direitos políticos e ter direitos sociais, quer dizer poder participar das riquezas coletivas, como o direito à educação, ao trabalho, saúde e outros”⁷¹.

De acordo com o autor, e entendendo esse conceito como um conceito histórico, aquilo que parecia em determinada época subversão à ordem, em outro é considerado normal, como o direito ao voto conquistado pela mulher. Não existiu na História um processo linear de evolução da cidadania, mas sua instauração se deu a partir de movimentos de luta, como a Independência da América do Norte e a Revolução Francesa. Esses dois eventos romperam com paradigmas, estruturando os direitos dos cidadãos. “Nesse sentido pode-se afirmar que, na sua acepção mais ampla, cidadania é a expressão concreta do exercício da cidadania”.⁷² Dessa forma, pretendo trazer alguns fatos históricos para ilustrar como o conceito cidadania modificou-se através do tempo, por isso a parte que segue é constituída por recortes que procuro alinhar com uma base cronológica.

⁶⁹ Pinsky (2005).

⁷⁰ Jaime Pinsky e Carla Bassanezi Pinsky são autores que organizaram a Obra História da Cidadania que vou abordar nesse capítulo.

⁷¹ Pinsky (2005, p. 9).

⁷² Pinsky (2005, p. 10).

4.1 As bases da cidadania moderna

Considerar aspectos históricos que possam favorecer um diálogo para o entendimento do presente parece-me que foi o objetivo dos autores que organizaram o referencial teórico que vou utilizar neste capítulo. Os autores são professores que atuam na USP e UNICAMP em áreas correlatas que permitiram a construção desta obra. Em breves recortes apresentam alguns subsídios para pensarmos o momento histórico pelo qual estamos passando. É através da *História da Cidadania*⁷³ que busco elementos para elaborar esta parte histórica que é composta por vários períodos e descrita por autores que se propuseram a “elaborar uma obra de referência e organizar uma discussão sobre um assunto de que tanto se fala e tão pouco se sabe”⁷⁴.

As bases da cidadania moderna estão na história dos hebreus que há quase trinta séculos, criaram os profetas sociais. Uma época de guerras, soldados, exércitos, conquistas e o culto a deuses guerreiros. Os hebreus deixaram o legado de criação de um deus que não só ajudava o exército, mas também solicitava o comportamento ético dos soldados, que deveriam ser comprometidos com a fome, pobreza, exclusão. A doutrinação dos profetas sociais estabelece as bases das grandes religiões ocidentais: cristianismo, islamismo, judaísmo.

De acordo com as aspirações da população pobre, do senso comum do que seria uma sociedade justa, a nostalgia de uma tradição que se mantivera viva, em que os pobres eram protegidos e os bens estavam ao alcance de todos, é que os profetas sociais eram escolhidos para serem os mensageiros de um deus revolucionário. Amós, com o seu deus, mostrou o caminho que a sociedade deveria tomar contra a injustiça, rompeu com os costumes e partiu em mar aberto, criando assim o deus da cidadania que não cabia em templos e nem estava de acordo com a monarquia hebraica.

Segundo Pinsky,⁷⁵ “os grandes profetas utilizaram-se de uma exterioridade, de uma forma de ser já existente [...] para dar um novo conteúdo a ela. Eles partiram de um formato presente e familiar ao mundo em que atuavam, dando-lhes nova dimensão”. Os profetas representavam aqueles que não possuíam voz em seu tempo.

⁷³ Título da obra que utilizo neste capítulo sobre cidadania.

⁷⁴ Pinsky (2005, p. 13).

⁷⁵ Pinsky (2005, p. 21),

Na Grécia, entre os séculos IX e VIII a.C. as cidades-estados contemplaram um grande intercâmbio entre pessoas e culturas por todo o Mediterrâneo. Impérios guerreiros do Oriente Médio estavam à procura de ferro, assim como de outras inovações como: a arquitetura de pedra, o uso de materiais preciosos, escrita alfabética e um exército comum que garantisse a defesa das terras. As cidades-estados representavam uma forma social de organização que não tinha um poder superior que regulava as relações entre a população. Suas diferenças levaram à necessidade da criação de mecanismos que pudessem resolver seus conflitos, um lugar de uma lei comum composta por conselhos de anciãos ou de “cidadãos” que se impôs como norma escrita. Tal espaço público também agregava o culto comum, festividades, matrimônios e um exército para a segurança do território.

Segundo Pinsky e Pinsky, as cidades-estado foram criadas e reinventadas por mecanismos que produziram o cidadão e uma identidade comunitária com cultos, moeda, língua, leis e costumes fechando-se em si mesma. Pertencer à comunidade significava participar de uma rotina própria que, no entanto, não era apenas inclusiva. Havia os excluídos que participavam do território com o seu trabalho e não integravam de maneira efetiva o ciclo da vida cotidiana. Dentre esses estavam estrangeiros, prisioneiros e escravos, mulheres e crianças. Desigualdades foram cada vez maiores, e as diferenças entre pobres e ricos acarretaram mudanças na organização das cidades-estado. A abertura de espaço público como espaço político permitiu que, por meio do voto, cidadãos ativos representassem a si mesmos. As cidadanias locais não desapareceram, passaram a submeterem-se às determinações do centro. Com o intenso fluxo de riquezas e as tensões internas, intensificaram-se as guerras civis e ampliaram-se os movimentos para a disputa por terras e também por cidadania. “Tratou-se de um processo crucial: a cidadania deixou de representar a comunidade dos habitantes de um território circunscrito, para englobar os senhores de um império, fossem ricos ou pobres, [...] sem que perdessem, por outro lado, a cidadania de suas comunidades de origem”.⁷⁶ O espaço público tornou-se espaço político de conflitos entre ricos e pobres.

Segundo Fumare⁷⁷, para os romanos o conceito de cidadania designa os membros da sociedade que têm direitos e decidem o destino do Estado. Do latim, a palavra *civis* gerou *civitas*, “cidadania”, “cidade”, “Estado”, constituindo um único conceito. Essa designação leva em conta previamente a existência de cidadãos, e homens livres. Roma foi fundada em 753 a.C. caracterizando-se pela diversidade de povos e costumes. Havia diferenças entre patrícios, detentores das riquezas e nobreza de “sangue”, detentores de plenos direitos e plebeus,

⁷⁶ Pinsky (2005, p. 43).

⁷⁷ (2005).

subalternos excluídos da cidadania. A História de Roma é escrita sob essa dualidade, uma luta pelos direitos sociais e pela cidadania por patrícios e plebeus, respectivamente. Estes últimos fortaleceram as conquistas de espaços na organização da sociedade romana e conquistaram avanços em direitos no que se refere ao exercício da cidadania. Ocorreu grande avanço em iniciativas jurídicas dos cidadãos, como: a invenção do voto, a implantação da corte de jurados, a oratória. O Fórum tornou-se símbolo de um sistema de participação cidadã. As eleições de Roma constituem um avanço na cidadania da época, primeiramente com o voto sendo concedido por grupo e depois sendo instituído o voto secreto, ao final da República.

Uma vez obtida, a cidadania romana trazia consigo privilégios legais e fiscais importantes permitia a seu portador o direito e a obrigação de seguir as práticas legais do direito romano em contratos, testemunhos, casamentos, direitos de propriedade e de guarda de indivíduos sob sua tutela (como mulheres da família e parentes homens com menos de 25 anos). No entanto, os direitos advindos da cidadania romana não desobrigavam o indivíduo de obedecer à cidadania original em uma cidade específica. O direito, de certa forma, controlava e moldava a estrutura social.⁷⁸

Outro legado curioso dos romanos refere-se à opinião pública ou ao “clamor do conjunto de cidadãos”. Foi naquela época que surgiu o conceito de opinião ou “impressão”, verdadeira ou falsa: dando a idéia de imprecisão. Formulações que valiam mais que a própria realidade, mas que expressavam opiniões de uma maioria. Nas paredes de Pompéia eram registradas epígrafes cujo sentido era explicado pela expressão da cidadania romana. Contudo, a opinião pública aceitava todos os níveis sociais, entre eles: mulheres, pobres e libertos. Os romanos possuíam um conceito de cidadania aberto aproximando-se do conceito de cidadania moderno.

O Cristianismo propiciou a formação de uma rede que contemplava indivíduos negligenciados pela administração romana. No interior do movimento cristão estavam indivíduos à margem que procuravam à melhoria de vida. A lei romana possibilitava que homens que tivessem a mesma profissão se reunissem e formassem associações ou *confraternitates*. Essas organizações tiveram a adesão de cristãos e representavam elos democráticos no interior da sociedade romana, que possibilitavam serviços no campo social e com isso apoio popular. O êxito do cristianismo do século II não se deu apenas pela evangelização dos bispos, sacerdotes, mas também “se deu por atuação persistente e corajosa

⁷⁸ Funari (2005, p. 66).

na base do edifício social e político da sociedade. Constitui-se numa ‘utopia que funciona’ no seio do submundo romano”.⁷⁹

O Renascimento constitui um momento histórico da cidadania e nos remete a um “indivíduo” que possuía direitos e deveres relativos ao Estado e à sociedade. Nesse período compreendido entre o séc. XIV e XVI, a cidadania era entendida em sua concepção ampla. O mercantilismo iniciava o seu apogeu e a mercatura representava a eflorescência capitalista que caracterizava os séculos XV e XVI. As atividades que progrediram eram as atividades ligadas ao comércio e ao financeiro. A burguesia conquistou o poder posicionando-se contra a aristocracia, a nobreza perdeu seus privilégios, emergindo uma massa, ou um exército revolucionário. O Renascimento propicia a descoberta do homem e do mundo.

A Revolução Inglesa – a Idade Moderna, séculos XVII e XVIII – foi marcada por um período de profundas mudanças e inovações na história da humanidade. Período de transição do feudalismo ao capitalismo, uma nova visão de mundo foi instituída. A concepção teológica oriunda da Igreja Católica Romana foi colocada de lado assim como a sociedade hierarquizada fundada pelos princípios de nascença. A Reforma e o Renascimento oportunizaram uma ruptura no ritmo até então entendido como natural, na constituição de sociedade. O homem passou a ser o centro, o saber científico começou a ser mais valorizado e a descoberta das “verdades” tornou-se inerente à capacidade criativa do homem. A partir desse contexto de mudanças, desigualdades que eram justificadas como naturais passaram a ser questionadas. “A diferenciação natural existente entre os homens não implica a existência da desigualdade natural entre eles. [...] Essa historicidade da desigualdade servirá de pano de fundo para uma das mais importantes transformações levadas a cabo na trajetória da humanidade: a do cidadão/ súdito para o cidadão/ cidadão”.⁸⁰ Pertencer a uma cidade remete a possuir direitos e não só deveres. Conquista-se a Era dos Direitos. A evolução da cidadania na Europa centro-ocidental se dá através de conflitos, ficando assim dividida por três séculos: direitos civis, no século XVIII; direitos políticos, no século XIX e direitos sociais, no século XX.

O desenvolvimento dos direitos da cidadania ocorreu com a primeira revolução burguesa da história que foi a Revolução Inglesa. Com início em 1640 e término em 1688, a Revolução Inglesa deu origem ao primeiro país capitalista. Entende-se aqui revolução como ato de liberdade e o homem como sujeito da história. A transição ao capitalismo se deu de

⁷⁹ Hoornaert (2005, p. 94).

⁸⁰ Mondaini, Marco (2005, p.116).

forma mais acelerada em países como Inglaterra e França. Uma série de modificações na forma de organização da sociedade se evidenciaram. Tais experiências mostram que somente uma revolução política poderia abrir espaço para uma revolução industrial e assim as mudanças advindas de tal movimento: a agricultura é substituída em grande parte pela produção industrial. A crise entre a aristocracia e a burguesia ampliou suas divergências entre dois pólos. Assim, a Revolução Francesa de 1789 e a Revolução Industrial Inglesa propiciaram estabilidade política sob a direção da classe burguesa que toma o poder estatal, fortalecendo-o com outras nações e outras classes sociais. A Igreja até então também desempenhava papel preponderante na organização da ordem vigente, “a Igreja desenvolvia as teorias políticas em linguagem religiosa”.⁸¹ Quem pretendesse extinguir o estado feudal atacava também o grande domínio da Igreja, transformando conflitos sociais e políticos em religiosos. A Revolução Puritana foi um conflito por uma nova “totalidade social”: sócioeconômico e político-cultural.

Thomas Hobbes, em 1688, cria a figura do Leviatã. O Estado absoluto passa a ser entendido como um “contrato social” entre os indivíduos que, sem esse, viveriam em “estado de natureza”. Segundo esse contrato, todos os homens deveriam respeitar o “direito à vida” em troca da liberdade individual. O Estado-Leviatã passa a ter a obrigação de proteger os cidadãos. Hobbes preconiza uma ética separada dos preceitos teológicos. “O modelo individualista hobbesiano” apresenta o Estado como uma invenção do homem que se supera a partir de uma estrutura maior. Assim, o indivíduo representava o início de tudo. Havia a defesa da liberdade dos indivíduos, limitando politicamente os poderes estatais. Chegava à hora do liberalismo e sua defesa aos direitos civis. “Se para Hobbes o poder é absoluto, indivisível e irresistível, para Locke, ao contrário, o poder é limitado, divisível e resistível. Foi precisamente na ultrapassagem dessa fronteira que se constituíram os primeiros passos daquilo que chamamos comumente hoje de “direitos humanos”.⁸² Um Estado não mais regido por um poder absoluto, mas por uma carta de direitos. “Uma nova era descortina-se, então, para a humanidade – uma Era dos Direitos”.⁸³ O contrato social de Locke assegurava, além dos direitos naturais: vida e liberdade, o direito a bens, isso quer dizer, direitos relativos à propriedade. Locke defendeu a divisão do poder político estatal e também a luta por uma sociedade fundada nos ideais de civilidade. A alteridade, principalmente contida na opção religiosa, devia ser respeitada. No entanto, podemos observar que a cidadania liberal foi uma cidadania excludente, pois somente aqueles que possuíam bens materiais podiam exercer alguma influência política.

⁸¹ Idem, p.121.

⁸² Idem, p.129.

⁸³ Idem, Ibidem.

A Revolução Francesa marca de maneira expressiva a história do Ocidente. No século XVIII, acontecem muitos processos históricos que ainda hoje ecoam dada a importância na fundamentação de determinados conceitos: a Reforma, a Contra-Reforma e o processo de construção de um homem com direitos civis, que sonhava com a liberdade de forma coletiva.

É no século XVIII, com a Revolução Francesa (1789), Americana (1776) e a Revolução Industrial que o movimento por direitos civis aparece de forma veemente. Nesse século as tentativas de transformar as ciências naturais em ciências da razão e experimentação ganham impulso. A classe burguesa promove tais transformações sócio-políticas, econômicas e culturais. A idéia de felicidade surge como ideal a ser alcançado por todos, tendo a igualdade como suporte. “A idéia de felicidade assim concebida representou – como ainda representa – uma grande conquista humana, pois ainda hoje orienta todo o esforço do homem no sentido de uma sociedade mais justa e igualitária.”⁸⁴ De acordo com o autor, no século XVIII, uma sociedade justa é aquela em que as leis nascem juntamente com o homem. Consolida-se o direito natural em oposição ao direito histórico ou positivo, definido pelo Estado. Liberdade, igualdade e fraternidade são os direitos que vão consolidar o projeto de um novo cidadão. A Revolução Americana e a Francesa tiveram o seu apogeu com a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão que possuía os ideais de direito à vida, à liberdade, à felicidade e da igualdade entre os homens. A Revolução Francesa pretendia ser universal com a declaração dos direitos civis dos homens. O novo homem que surge a partir de tal Declaração é um cidadão, cuja liberdade⁸⁵ deve estar assegurada, tem a liberdade como “direito de fazer tudo desde que não prejudique os outros” (artigo 4).

A Declaração não se restringe a assegurar os direitos civis do cidadão, ela estabelece também seus limites. Se ao cidadão é assegurado o direito de falar e escrever, imprimir e publicar, não lhe cabe o direito de ofender ou desobedecer o que é normatizado por lei. E esta é, sem dúvida, uma restrição bastante ponderável, pois coloca a lei acima dos direitos de cidadania, tão recentemente alcançados.⁸⁶

Frente a esse longo, porém pertinente, recuo histórico é possível afirmar que quando se trata do conceito de Cidadania, ele nos remete a pensar em algo que teve sua origem em acontecimentos históricos e sua construção nos remete ao passado. Acontecimentos históricos como: Revolução Inglesa, Americana, Francesa e a Industrial

⁸⁴ Odalia (2005, p. 161).

⁸⁵ Liberdade aqui está sendo entendida no seu sentido mais usual, como um estado a ser atingido através do exercício da cidadania. Embora conheça as discussões do campo da filosofia e da sociologia sobre a questão da liberdade, não tenho como objetivo neste momento aprofundar esta discussão.

⁸⁶ Idem, p. 167.

marcaram o seu surgimento. Trazem à cena histórica novas classes sociais: a burguesia e o proletariado imbuído de força revolucionária. Assim, o conceito de cidadania nos inspira, à medida que percebemos que o seu sentido e o seu significado foram diferentes em cada momento, como resultado de lutas sociais.

O socialismo moderno foi um movimento que teve suas origens na Revolução Francesa. No século XIX, Marx e Engels mobilizaram a classe operária com suas idéias. “Os trabalhadores tomaram consciência do alcance universal da luta de classes”.⁸⁷ Esse movimento teve um alcance mundial e reverberou como representação de classe operária que necessitava libertar a classe representada por eles. Marx elaborou conceitos como ideologia, mais-valia, alienação, luta de classes e outros. Marx e Engels defendiam a idéia de que o movimento deveria centrar-se em torno de um movimento político, que os trabalhadores deveriam unir-se em torno de práticas, reivindicações e da revolução. O socialismo passou a marcar a vida política institucionalizada, à medida que o Estado necessitava ser mudado, sendo assim, desafiados a criar ações para o desenvolvimento e o aperfeiçoamento da cidadania criaram-se, os “sindicatos das massas”. Um número crescente de pessoas passou a pensar ou a questionar sobre a sociedade, favorecendo uma organização mais sólida dos direitos civis, políticos e sociais. O movimento preconizava o fortalecimento da cidadania por meio de transformações sociais em uma política de massas.

A história da cidadania é dinâmica porque envolveu a criação de direitos e deveres para o convívio dos indivíduos em sociedade. Esteve presente em movimentos políticos e fatos históricos em que homens procuravam defender seus interesses. Fizeram parte dela inúmeros personagens, entre eles: mulheres, índios, trabalhadores, minorias, tendo como ideais: liberdade de expressão e mais recentemente a preservação do meio ambiente, e os direitos do consumidor. Essa é uma história que continuará a ser escrita, em tempos de globalização, sob a égide Imperial, no qual o acesso aos bens de consumo não se configura para todos e que a vida sustentável do planeta pede atenção. Diversidade e desigualdades marcam esse tempo, que convoca a cidadania para o compromisso de que algo precisa ser pensado e praticado de forma diferente daquela praticada até então. Inúmeras são as dificuldades em uma realidade mundial marcada por desafios, quer sejam eles ambientais, de direitos humanos e outros. Nela, independentemente da atuação do Estado, iniciativas civis passam a surgir no campo social em busca de soluções a problemas que crescem de forma exponencial.

⁸⁷ Konder (2005, p. 179).

Com a discussão realizada até o momento, busquei pontuar alguns fatos históricos de acordo com a Obra citada no início desta seção: *A História da Cidadania*. Pretendo ainda incorporar a este capítulo a Obra *O Futuro da Democracia* e a Obra *A era dos Direitos* ambos do filósofo italiano Norberto Bobbio para ilustrar temas que se entrelaçam: democracia, direitos humanos, cidadania. Termos, palavras, sentidos que contribuíram para a construção do conceito de cidadania. Fiz estas leituras com o intuito de subsidiar simbolicamente um diálogo com o presente, pois cada época trouxe sua contribuição sobre o tema. E igualmente refletir a abrangência de temas como democracia. Pensar os desafios que se apresentam na Contemporaneidade e os efeitos da Ordem Imperial para o cidadão significa estar atento a impasses e discussões a respeito do que cerca certos conceitos como cidadania e seus efeitos discursivos.

“A democracia é atualmente um dos temas preferidos por todos aqueles que analisam a potencialidade e os limites da política como área de deliberação pública e que busca alternativas para a construção de uma sociedade mais equânime”⁸⁸. Frente a isso, penso que a abordagem que Bobbio apresenta traz contribuições no sentido de uma análise das contradições dos regimes democráticos, do postulado pela Modernidade como sendo democracia e de suas transformações, que em tempos Pós-Modernos nos faz pensar que democracia acolhe sentidos diversos e em muitos casos não aqueles sentidos preconizados por um tempo que deixamos para trás. Bobbio ressalta que democracia é um modo de governar, composto por um conjunto de regras para procedimentos que visam os interesses das maiorias individuais, ou seja, do coletivo, possuindo larga participação de todos os interessados, instituindo-se assim como um processo dinâmico. O autor assinala a diferença de uma democracia ideal preconizada na Modernidade, para uma democracia real, de promessas não cumpridas quando submetidas à vida cotidiana, ou seja, à prática. A prática cotidiana mesclada pela perda de referências, pela despolitização, pela burocratização, pelo corporativismo, pela razão técnica, e outros. “O ausente crescimento da educação para a cidadania, segundo a qual o cidadão investido do poder de eleger os próprios governantes acabaria por escolher os mais sábios, os mais honestos [...]”⁸⁹ são alguns dos motivos pelos quais a democracia real se constitui de promessas não cumpridas.

A democracia entendida como um conjunto de regras que estabelece quem poderá ter o direito a tomar decisões e os procedimentos a serem realizados, tornam a democracia um processo que se vincula a escolha, ou seja, o voto. A regra base que rege a democracia são as

⁸⁸ Pooli, João Paulo (p. 75). Tradução minha.

⁸⁹ Bobbio (2000 p.21).

decisões coletivas. Aqueles que forem escolhidos para a ação em nome dos cidadãos deverão garantir os direitos de liberdade, de opinião, de expressão,⁹⁰

os direitos à base dos quais nasceu o Estado liberal e foi construída a doutrina do Estado de direito em sentido forte, isto é, do Estado que não apenas exerce o poder *sub lege*, mas o exerce dentro de limites derivados do reconhecimento constitucional os direitos “invioláveis” do indivíduo.

O Estado liberal e Estado democrático são interdependentes, não podendo um excluir o outro para o funcionamento da democracia. A seguir, segundo o autor, algumas referências a promessas não cumpridas pela democracia.

A promessa Moderna de que antes da sociedade civil existia o Estado de natureza e que os indivíduos livres e iguais poderiam decidir pelo seu bem comum não se cumpriu. O que aconteceu nos Estados democráticos foi à valoração dos grupos, grandes organizações, partidos de diversas ideologias, e menos a vontade dos indivíduos. Isso resulta em uma coletividade dividida por grupos contrapostos e concorrentes.

A democracia moderna deveria ser caracterizada como representativa. A representação política se contrapõe à representação dos interesses individuais ou de grupos que se unem em detrimento de outros. A presença de elites no poder sobrepõe interesses de minorias, as oligarquias mantêm-se,

a democracia moderna nasceu como método de legitimação e de controle das decisões políticas em sentido estrito, ou de “governo” propriamente dito (seja ele nacional ou local), no qual o indivíduo é considerado em seu papel geral de cidadão e não na multiplicidade de seus papéis específicos de fiel de uma igreja, de trabalhador, de estudante, de soldado, de consumidor, de doente etc⁹¹.

A democracia representativa, direta, tem se transformado em uma democracia social, em que os espaços para debates e escolhas são ampliados. Assim outros espaços de debate políticos são criados a fim de valorizar o exercício ou a proclamação de certos direitos políticos, o que ocorreu com as declarações dos direitos do cidadão. A concessão dos direitos de liberdade é uma consequência natural do Estado liberal e do Estado democrático.

A emancipação da sociedade civil da sociedade política trouxe ao sistema democrático o ônus da “*ingovernabilidade*”⁹² da democracia. A sociedade civil tornou-se fonte de inesgotáveis demandas ao governo, fato que propiciou um formato diferente daquele previsto pelo democrático, que são: a liberdade de imprensa, a liberdade de associação e outros.

⁹⁰ Idem, p.32.

⁹¹ Bobbio (2000, p.40).

⁹² Entendendo *ingovernabilidade* como a dificuldade de governar um Estado.

Acompanhando o Estado democrático, a *ingovernabilidade* se deu também pelo sistema burocrático que se criou de maneira a dificultar as prerrogativas em atender de maneira democrática os cidadãos nas mais variadas áreas, como: educação, moradia, segurança e outros.

Uma das promessas não cumpridas da democracia na Contemporaneidade diz respeito à educação para a cidadania, e aqui destaco a importância desse tema que vem a ser a tônica desta dissertação. Segundo o autor, “a educação para a democracia surgiria no próprio exercício da prática democrática”.⁹³ O exercício da prática democrática sugere cidadãos ativos e não dóceis e facilmente manipuláveis. A participação eleitoral tem valor educativo e de participação, pois torna dinâmico o movimento democrático para a educação, que os cidadãos realmente participem dos processos de escolha de seus representantes. Mas o que o autor traz sobre a realidade é uma forte tendência à passividade, e de apatia política por uma parte expressiva daqueles cidadãos pertencentes a sistemas democráticos que tem acesso a educação escolarizada.

A cada contexto histórico novas regras democráticas aparecem, um conjunto de regras se desenrolam possibilitando o movimento político, e os procedimentos compatíveis ao consenso entre cidadãos que constituem o fundamento de legitimidade. As regras do jogo democrático constituem-se de regras reguladoras, que regulam comportamentos e regras constitutivas que são regras como as regras eleitorais. O movimento democrático, no que diz respeito a regras e comportamentos, variou de acordo com a contingência histórica, permitindo o aparecimento de novos atores, de novos grupos, e de novas maneiras de se conceber a democracia embora o sistema não tenha perdido a sua essência e sim resistido as demandas históricas. Os discursos democráticos instauram-se não apenas a interesses econômicos, mas instauram-se a partir de interesses relativos a condições de desenvolvimento de direitos a grupos sociais.

⁹³ Idem, p.43.

Refiro-me seja a movimentos sociais, como o movimento feminino, os diversos movimentos de jovens, os movimentos de homossexuais, seja a movimentos de opinião que visam à defesa e à promoção de direitos fundamentais, como as várias ligas dos direitos do homem e em defesa de minorias lingüísticas ou raciais, ou como a Anistia Internacional, que empreendeu entre outras uma campanha pela abolição da pena de morte no mundo. Estes movimentos são reconhecidos (e dentro de certos limites, variáveis de país para país, são bem tolerados) num sistema democrático com base nos dois princípios fundamentais da liberdade de associação e da liberdade de opinião.⁹⁴

A liberdade de associação e a liberdade de expressão são algumas condições para o funcionamento das regras do jogo democrático. A resistência do sistema democrático se dá na emergência dos movimentos políticos sociais, mas segundo o autor, não podemos desconsiderar a degradação de alguns modos de fazer política em que a corrupção, a ignorância, nos é ofertado por parte da classe política que representa os cidadãos. A busca por melhorias no sistema democrático é bem-vinda embora saibamos que tais mudanças assim como as sociais são lentas. Do sentimento de impotência frente ao sistema democrático que resiste, o refluxo segundo o autor, demonstra os motivos de fenômenos diversos. Três fenômenos são considerados como possíveis resultantes deste estado de coisas: separação da política, renúncia à política e recusa à política.

Separação da política, representada por: “*Nem tudo é política*”⁹⁵, separando o indivíduo do exercício político, segmentando formas de pensar e conviver dos cidadãos. Limitando a determinados espaços a atividade política. A renúncia política, definida por: “*a política não é para todos*”⁹⁶, refere-se ao limite que apenas alguns poderiam exercer a política democrática. “De fato a política não é onipresente, mas seria melhor se o fosse, ou de fato nem todos se ocupam da política, mas a sociedade ideal é aquela em que todos, por igualdade de títulos e com igual empenho, são cidadãos”.⁹⁷ A recusa diz respeito a que o indivíduo é perseguidor de interesses particulares e recusa a coisa pública. A proximidade espacial e relacional do governante e do governado permite ao sistema democrático a visibilidade e a clareza esperada por qualquer sistema que se queira adequado. A separação política, a renúncia e a recusa política permitem a invisibilidade uma vez que o processo democrático se dá sem a interferência e intervenção adequada de seus partícipes. Assim, representar é tornar visível alguém que se encontra invisível no processo, logo se não há participação efetiva dos cidadãos, a democracia torna-se instrumentos de poucos a serviço de poucos. O sistema democrático traz uma forma de poder

⁹⁴ Bobbio (2000, p.84).

⁹⁵ Bobbio (2000, p.88).

⁹⁶ Idem, p.90.

⁹⁷ Idem.

oculto, além da falta de representatividade, a este poder oculto designa-se formas de complôs, conspirações.

O processo democrático constitui-se de poder visível e invisível, dinâmico no processo real, marcado pela contingência, coloca em prática as regras de funcionamento do jogo político. Nesta trama de muitas variáveis institui-se como fundamental os Direitos do Homem, em que sua visibilidade nem sempre é clara e igual aos cidadãos. Os direitos humanos foram construídos historicamente preconizando a melhoria das relações políticas para a convivência coletiva. Bobbio destaca que os direitos humanos, passaram de direitos de súditos para direitos de cidadãos, postulando que tais direitos têm a participação dos indivíduos cidadãos.

“Pode haver direitos sem democracia, mas não há democracia sem direito, pois esta exige normas definidoras dos modos de aquisição e exercício de poder”.⁹⁸ Direitos do Homem, democracia e paz se interligam no processo democrático, nas palavras do autor, democracia é a sociedade de direitos dos cidadãos tendo a paz como possibilidade para os cidadãos tornarem-se cidadãos globais e não mais segmentados por fronteiras. Os direitos do Homem fazem parte de um processo histórico caracterizados por lutas em conquista de liberdade e em função das necessidades de convivência coletiva, como por exemplo, o movimento ecológico. “É promovendo e garantindo os direitos humanos - o direito à vida; os direitos à liberdades fundamentais; os direitos sociais que asseguram a sobrevivência – que se enfrentam as tensões que levam à guerra e ao terrorismo”.⁹⁹

Nas palavras de Bobbio, o espírito do tempo serve para interpretarmos o presente e lançarmos um olhar indiscreto, porém confiante ao futuro. A Contemporaneidade traz discursos que permeiam os mais variados cenários, discursos que falam de catástrofes atômicas, ecológicas e morais perpassando fronteiras mundiais. Desta maneira a pauta dos Direitos Humanos encontra-se assumida nos cenários mundiais fomentando uma realidade que necessita de uma gradual e efetiva proteção de direitos àqueles que são destituídos de tal. O reconhecimento e a proteção dos direitos do homem tornam condição essencial para o processo democrático garantir a paz.

Na era pós-moderna o progresso de tecnologias avança de forma exponencial, assim assegura ao momento histórico atual a necessidade de criação e proteção de outros direitos,

⁹⁸ Bobbio (2004, p.15).

⁹⁹ Bobbio (2004, p. 16).

ainda mais refinados que os já conhecidos. Desta maneira valho-me de uma longa, mas pertinente citação.

Os direitos da nova geração, como foram chamados, que vieram depois daqueles em que se encontraram as três correntes de idéias do nosso tempo, nascem todos do perigo à vida, à liberdade e à segurança, provenientes do aumento do progresso tecnológico. Bastam esses três exemplos centrais no debate atual: o direito de viver em um ambiente não poluído, do qual surgiram os movimentos ecológicos que abalaram a vida política tanto dentro dos próprios Estados quanto no sistema internacional; o direito à privacidade, que é colocado em sério risco pela possibilidade que os poderes públicos têm de memorizar todos os dados relativos à vida de uma pessoa e, com isso, controlar os seus comportamentos sem que ela perceba; o direito, o último da série, que está levantando debates nas organizações internacionais, e a respeito do qual provavelmente acontecerão conflitos mais ferrenhos entre duas visões opostas da natureza do homem: o direito à integridade do próprio material genético, que vai bem mais além do que o direito à integridade física, já afirmado nos artigos 2 e 3 da Convenção Européia dos Direitos do Homem¹⁰⁰.

À medida que a história do homem evolui: mantêm-se, modificam-se, e aprimoram-se direitos do homem a uma cidadania global. Um *ethos* mundial configura-se como regra a um jogo que busca por democracia, que busca primar pela cidadania, mas que está sujeito às armadilhas do real, por sua violação, por isso tão fundamental e primorosa à constituição destes direitos que buscam cobrir e proteger o homem no espaço e no tempo. O desenvolvimento global da civilização humana trouxe o paradoxo: potência e impotência. A potência de criar problemas como a guerra e a impotência de resolvê-los, como a fome mundial, a busca por direitos humanos adequados e eficazes em um tempo de armadilhas está na possibilidade, a meu ver, de uma potência outra que une forças além fronteiras. Que podem estar na articulação visível e invisível de práticas e conceitos de uma era de valores imateriais. Potência outra que articula formas variadas de movimentos democráticos que se estabelecem em rede, além fronteiras, e que permite ao cidadão que se pretenda do mundo conhecer e participar de forma invisível e virtual, mas que não deixa de ser real. Em suma: por sua ação, com esta Potência outra, estaremos tornando reais nossas intenções, em visíveis práticas democráticas. A Potência outra a meu ver constitui-se de uma possibilidade de articulação e de resolução de dificuldades, ou seja, formas criativas de possibilidades para o exercício de cidadania, através de uma ordem democrática que vêm se configurando no cotidiano através do trabalho imaterial em rede. Nesse cenário, as ONG aparecem como organizações que buscam imprimir a um contexto social sua legitimidade através de um trabalho de regulação e organização do que seria o voluntariado organizado. Contudo, as

¹⁰⁰ Bobbio (2004, p.230).

ONGs não estão isentas de corrupção e devem estar sujeitas a avaliações criteriosas por parte da sociedade.

4.2. Os “revolucionários” nômades: Organizações Não-Governamentais e a cidadania Global

Políticas neoliberais trouxeram o aumento do desemprego reduzindo a cobertura dos direitos sociais. A dificuldade do Estado em gerenciar a demanda da população e a corrupção aflorada em nossa sociedade, marcam uma realidade em que também cresce a sensação de insegurança em função do aumento considerável dos índices de criminalidade e violência. Organizações de desenvolvimento econômico-social e cooperativas espalham-se pelo mundo, mesmo em países como Estados Unidos, França, Alemanha, Suécia, que diversificam suas atividades de ajuda humanitária. “Associações surgiram principalmente na Europa e América do Norte em resposta às críticas à burocratização dos serviços públicos”.¹⁰¹ Na década de 90, associações sem fins lucrativos espalham-se e representam uma tendência atual. Tais iniciativas contemplam na maioria das vezes trabalhos de pessoas voluntárias. A difusão da “consciência cidadã” deu origem a um sentimento ou a um fenômeno que se espalha pelo mundo: a “cidadania global”. O cidadão do mundo faz parte de grandes redes vinculadas a temas como: ecologia, paz, direitos humanos, entre outros. Segundo Singer, economista brasileiro que desenvolve o tema da economia solidária, e desde 2003 assumiu a tarefa de implementar a *Secretaria Nacional de Economia Solidária* (SENAES), constituída pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no âmbito do *Ministério do Trabalho e Emprego*.¹⁰² no Brasil, a economia solidária aparece na década de 80, com os PACs (*Projetos Comunitários Alternativos*), patrocinados pela Cáritas, da Igreja Católica. Os projetos possibilitavam à população marginalizada a oportunidade de melhoria de vida. Milhares de projetos espalharam-se pelo Brasil, entre eles, muitas cooperativas.

A *Ação da Cidadania contra a Fome e a Miséria* de 1992, alavancou um dos maiores movimentos de massas do Brasil, surgindo a partir daí inúmeras outras iniciativas de fomento da economia solidária. Organizações Não-Governamentais, cooperativas, terceiro setor e outros passam a configurar espaços de possibilidade para o exercício da cidadania.

¹⁰¹ Singer (2005, p.258).

¹⁰² Informação obtida: http://pt.wikipedia.org/wiki/Paul_Singer Acesso em 26 de agosto de 2007.

No Brasil, a promoção da cidadania está fortemente vinculada ao poder estatal de implementar políticas públicas de saúde, educação, moradia, preservação do meio ambiente e outros, para que os brasileiros tenham seus direitos civis assegurados. Em consequência ao modelo econômico vigente, o princípio da soberania nacional cedeu espaço às corporações transnacionais. Segundo o autor, organizações multilaterais, como o FMI, Banco Mundial, Organizações das Nações Unidas (ONU), Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), passaram a impor novas formas de conduzir políticas públicas no que se refere: ao transporte, à saúde, à educação, e ao meio ambiente, tendo forças as sociais internas, perdido sua influência sobre o Estado. A “sociedade civil” organizada surge nesta aresta. “A crise de um Estado que é fraco para definir o rumo de uma nação e de seu povo também é, por identidade, a crise da representatividade pela qual o poder Estatal se define”.¹⁰³ Políticos e partidos políticos em grande parte perderam a credibilidade popular e a política deixou de ser o caminho para o exercício dos direitos da população. Configura-se aí, talvez, uma nova forma de mobilização política de massa, não mais partidária, mas vinculada a iniciativas de ação de direitos civis pelo exercício da cidadania.

A sociedade civil integra o terceiro setor que reúne entidades que se firmam sobre questões específicas da organização social. A tendência é que novas organizações venham a surgir e constituir o que se entende por sociedade civil. Integram o terceiro setor parte dessas organizações. Entidades que não pertencem ao Estado e não visam lucros.

Tendo em vista o neoliberalismo, a hegemonia capital que envolve o contexto atual, podemos observar duas tendências que marcam sobremaneira a razão do surgimento do terceiro setor, e conseqüentemente das campanhas enfatizando a cidadania. Com o Estado enfraquecido no atendimento dos interesses de bem-estar da sociedade, a miséria atinge mais pessoas e segmentos sociais. Contrapondo a isso, uma camada cada vez menor da população acumula a maior parte das riquezas. A expansão do exercício da cidadania pelo mundo se deu neste contexto em que a ordem Imperial cria excluídos, produzindo assim um sentimento que motiva uma rede que atua local e globalmente, em defesa de temas como: ecologia, justiça, democracia, entre outros. De acordo com Naves,¹⁰⁴ uma pesquisa nos Estados Unidos revelou que ONGs são supermarcas no planeta.

Essas entidades do terceiro setor e da sociedade civil têm origens diversas e são herdeiras do conceito de “filantropia”. Elas existem desde o Direito Romano. As Santas Casas

¹⁰³ Naves (2005, p. 564).

¹⁰⁴ (2005)

são exemplos. Nas décadas de 1970 e 1980, surgem as Organizações Não-Governamentais, ONGs, com o intuito de romper com o assistencialismo preconizado pela maioria das entidades filantrópicas. Na medida em que a utopia socialista não se confirmou, proliferaram associações voluntárias, fenômeno reconhecido mundialmente. “A contestação do discurso hegemônico começou a se dar no âmbito dos ‘direitos humanos’ universais, a luta social perdeu o enfoque capital-trabalho e vinculou-se às questões de cidadania”.¹⁰⁵ Os interesses públicos e coletivos passaram a ser interesses individuais. Embora nos Estados Unidos já se utilizasse a terminologia ONGs para indicar entidades representadas pela sociedade civil, apenas nos anos 80 é que efetivamente surgem no Brasil entidades voltadas para o atendimento de necessidades coletivas, capazes de criar projetos, executar e prestar contas de suas finanças. Nos anos 90 surgem no Brasil entidades com apoio financeiro externo. O valor das ONGs vem mais do que fazem e menos do que representam. Caracterizam a livre iniciativa, a agilidade, a eficiência, regendo recursos humanos a serviço de ações comunitárias. Recursos humanos aqui convertidos em voluntários, na maioria das vezes, que oportunizam atividades de acordo com sua formação, ou participam doando o seu tempo em projetos organizados de acordo com vários segmentos sejam eles ligados ao meio ambiente, cultura, paz, saúde e outros. Nos anos 90 a consciência solidária ganhou espaço e visibilidade, a partir de iniciativas como a Campanha *Ação da Cidadania Contra a Miséria e pela Vida* liderada pelo sociólogo Herbert de Souza, o Betinho. A partir dessa campanha, segundo o IBOPE, no ano de 2001, 18% da população brasileira estava engajada em alguma atividade dedicada à causa voluntária¹⁰⁶.

A responsabilidade social empresarial torna-se presença marcante junto à sociedade civil e ONGs, numa crescente onda de auxílio e parcerias. Na mesma direção está o aumento de ações voluntárias que se multiplicam em busca de minimizar os efeitos do avanço neoliberal, em uma cultura em que o marketing valoriza as empresas que participam de campanhas de cidadania, identificadas atualmente como responsabilidade social. Essa associação à idéia de responsabilidade social propicia benefícios que são agregados ao valor da marca desses produtos. Assim sua imagem passa a ser mais bem aceita socialmente, e esses produtos atraem os consumidores que estão atentos à preservação do meio ambiente e que demonstram atitudes consideradas como política e socialmente corretas. Além disso, essa atitude “responsável” atrai incentivos e isenção de impostos para as empresas “politicamente corretas”. Esta estratégia discursiva que envolve comunicação podemos denominar de

¹⁰⁵ Idem, p. 570.

¹⁰⁶ Naves (2005, p. 572).

marketing social. O *marketing social* exige, através dos programas de qualidade, que as partes interessadas na prestação de um serviço ou na fabricação de um bem estejam alinhadas com os princípios da cidadania. Participam desse movimento empresas que valorizam a produção artesanal e o desenvolvimento sustentável.

Em 18 de fevereiro de 1998, o Presidente Fernando Henrique Cardoso sancionou a Lei 9.608, que legitima o serviço voluntário, uma atividade não remunerada, prestada por pessoa física a entidade pública de qualquer natureza, ou à instituição privada de fins não lucrativos, que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência social, inclusive mutualidade.¹⁰⁷ Com essa lei torna-se oficial a existência desse tipo de atividade, pois regulamenta o serviço voluntário, não gera vínculo empregatício nem obrigação de natureza trabalhista previdenciária ou afim, mas compreende uma parceria entre o voluntário e a entidade. De acordo com Rejane Klein¹⁰⁸:

Nessa perspectiva, o voluntariado passa a ser entendido e divulgado por tais organismos como uma possibilidade de transformação dos problemas sociais, tanto pela possível superação do individualismo, quanto pela forma bem mais econômica de lidar com situações que exigiriam mais investimento financeiro do país em políticas sociais.

No ano de 1999, a Lei 9.790/99, denominada Marco Legal do Terceiro Setor, passa a vigorar disciplinando uma entidade sem fins lucrativos, para ser possível o recebimento de verbas tanto do Estado como de empresas interessadas e também do Governo Federal a qualificação de *Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip)*. Essa legislação delimita o perfil de entidades do terceiro setor. Segundo Naves, “ao indicar as atividades em que as entidades podem atuar, traz a possibilidade de as ONGs participarem do planejamento de projetos de interesse público. [...] a prática de boa governança, normas de controle, e prestação de contas, e auditoria externa”.¹⁰⁹ Embora a lei formalize as ações de uma entidade sem fins lucrativos e represente avanços nesta área, elas ainda são incipientes no Brasil e carecem de aperfeiçoamento. Ainda segundo Naves,¹¹⁰ “há uma superposição de leis na área: a Lei *Oscip* convive com as ‘leis de incentivo fiscais’, com os ‘atestados de utilidade pública’ e com os ‘certificados de fins filantrópicos’”.

A Lei 11.853, criada em 29 de novembro de 2002, promove e legitima a participação de empresas privadas em projetos sociais, através de parcerias. Pela lei, as empresas que beneficiam projetos sociais no Rio Grande do Sul, podem compensar, por meio

¹⁰⁷ Informação obtida: www.planalto.gov.br/civil/leis/l9608 Acesso em: 24 de agosto de 2007.

¹⁰⁸ Klein (2007, p. 154).

¹⁰⁹ Naves (2005, p. 578).

¹¹⁰ Idem.

de crédito fiscal presumido, até 75% do valor comprovadamente aplicado com ICMS a recolher.¹¹¹

Dessa forma interessa-me nomear as empresas, que de uma maneira direta, são responsáveis pela ONG *Parceiros Voluntários* e, conseqüentemente, pela *Ação Tribos nas Trilhas da Cidadania*, motivo deste estudo. De acordo com o *site Parceiros Voluntários*, que hospeda a ação *Tribos*, as empresas fundadoras e mantenedoras são: Bradesco, Brasken, Copesul, Gerdau, Farsul, Fecomércio, Federasul, FIERGS, Ipiranga, RGE, Wal Mart. Especificamente, as empresas mantenedoras da *Ação Tribos nas Trilhas da Cidadania* são: Banco Real, Gerdau, Instituto Unibanco, Refap. Tais empresas, ao participarem de projetos organizados pela ONG *PV*, recebem benefícios fiscais.

Ao acessar o *site Parceiros Voluntários*, que hospeda os vários segmentos de voluntariado que dispõem à rede *Parceiros Voluntários*, aparece uma imagem com meninos e meninas vestindo a camiseta das *Tribos*. Essa imagem é alternada com outra em que aparece um adulto com uma criança desenhando com giz em um quadro negro. Tais imagens remetem à ação *Tribos* e sua articulação com a escola e a educação vinculada com voluntariado; tem como base a solidariedade e a *Responsabilidade Social Individual*. Essas imagens sugerem o acesso ao *site*, ou à página que abriga o movimento realizado nas escolas, em que as empresas estão interessadas em colaborar. Talvez seja a ação *PV* que tenha encontrado mais adesões em um curto espaço de tempo.

Voluntariado e cidadania são articulados como possibilidade de criação de caminhos que surgem nesses tempos em que se busca por melhores práticas sociais. Em nome da cidadania, criam-se novos deveres e novos direitos a um cidadão que também é consumidor, que é desafiado a preservar o meio ambiente, que busca por saúde, moradia, educação, enfim que procura viver em um mundo eticamente sustentável. A clássica divisão que definia os direitos do cidadão em individuais, políticos e sociais não dão mais conta da complexa sociedade globalizada em que estamos imersos. O projeto de educação cívica da Modernidade parece ficar cada vez mais para trás quando analisamos a clássica divisão dos direitos do cidadão.

A globalização fortalecerá o crescimento de instituições do terceiro setor em uma articulação em rede voltada para os direitos humanos, para o social, através de políticas

¹¹¹ Informação obtida: www.senado.gov.br. Acesso em: 20 de setembro de 2007.

públicas alternativas. Quanto às entidades, essas tendem a aprimorar-se no que diz respeito à melhoria de sua gestão e redes de comunicação.

Feita essa discussão sobre a produção do conceito de cidadania e também sobre o espaço que entidades não-governamentais ganham no cenário contemporâneo, passo para o seguinte capítulo, no qual procuro colocar a discussão sobre cidadania na ordem do *Império*.

5. O *Império* e os cidadãos do *Império*

Estamos diante de uma modificação radical da função do tempo produtivo (e do tempo histórico). Será evidente, por exemplo, que se torna muito mais importante o tempo dos processos de formação do que o tempo de aplicação imediata à produção; tornar-se-á sempre mais importante o tempo das relações externas que alimentam o conhecimento e o empurram para atos de decisões mentais, mais do que a acumulação de pequenas quantidades temporais de trabalho que não constituem, como ocorria no passado, a condição de decolagem da realização capitalista do valor.¹¹²

Para entender as transformações sociais que nos acompanham cotidianamente e o papel que assumem as campanhas de voluntariado promovidas pelas ONGs, Hardt e Negri¹¹³, contribuem de forma significativa com suas teorizações, pois analisam essa nova organização social, à qual estamos sendo submetidos a partir da lógica do *Império*.

A obra de Hardt e Negri¹¹⁴ traz importantes contribuições que tratam das questões que envolvem o processo de globalização sobre o mundo contemporâneo e suas transformações. A transição da era Moderna de lógica Imperialista para a Pós-Moderna de lógica Imperial nos permite pensar que estamos vivendo uma outra configuração de tempo e

¹¹² Negri (2003, p. 93).

¹¹³ (2005).

¹¹⁴ (2005).

de espaço. Nessa lógica “não apenas o espaço e o tempo se ressignificam constantemente como, ainda, ambos se combinam e promovem uma aceleração da vida cotidiana e a sensação de constante de atraso e débito que assola o sujeito contemporâneo.”¹¹⁵

Essas mudanças radicais nas concepções de tempo, espaço, cultura, política e economia e a supremacia das relações econômicas sobre as políticas asseguram uma fase histórica de mudanças de paradigmas. É possível que tais mudanças não tenham se instalado em todos os lugares do mesmo modo, pois não são imediatas nem atingem a todos da mesma maneira. O estilo de vida pós-moderno é desenhado a cada dia, representado por novas criações, invenções, em coisas que deixam de ter valor ou passam a ter, em “coisas” que se tornam descartáveis e que caem em desuso.

A mão-de-obra industrial foi restringida em grande parte, abrindo espaço à mão-de-obra de comunicação, cooperativa e cordial. Na sociedade Imperial há uma valorização do virtual.

De fato, pode-se dizer que a soberania do *Império* ocorre, ela própria, nas margens, onde as fronteiras são flexíveis e as identidades são híbridas e fluidas. [...] Com efeito, centro e margem parecem estar constantemente trocando de posição, fugindo de qualquer localização determinada. Podemos até dizer que o processo, propriamente, é virtual e que seu poder reside no poder virtual. Pode-se, não obstante, objetar a esta altura que mesmo sendo virtual e agindo nas margens, o processo de construção da soberania imperial é, em muitos sentidos, bastante real!¹¹⁶

A mão-de-obra da comunicação pode ser ligada ao virtual, ou seja, aquilo que está latente e que necessita da atuação do indivíduo, mas que está contemplado na instância do real pela intervenção do sujeito. Hardt e Negri¹¹⁷ entendem o virtual como um conjunto de poderes que está na multidão. Segundo os mesmos autores, o conjunto virtual de poderes da multidão é constituído por lutas e consolidado em desejo. A transição do virtual para o real se representa no ato da criação em um caminho de possibilidades. O *Império* é configurado como uma “máquina de altíssima tecnologia”.¹¹⁸ É virtual para controlar, dominar e intervir, pois a característica virtual serve para reforçar seu aparelho, demonstra sua eficácia, exemplifica assim a lógica de controle.

Pela internet, o virtual ganha espaço, configura outras formas de interação em que o trabalho representa uma força social ativada pelos poderes do conhecimento, do afeto, da

¹¹⁵ Saraiva (2006, p. 3).

¹¹⁶ Hardt e Negri (2005, p. 58).

¹¹⁷ (2005).

¹¹⁸ Expressão utilizada por Hardt e Negri, p. 58.

ciência e da comunicação. Trata-se de um trabalho produtor de um conhecimento amplo e geral, fora de medida, como um poder de ação: singular e universal. Singular, porque é de domínio do cérebro e do corpo da multidão¹¹⁹; e universal na medida em que o desejo da multidão é manifestado pelo virtual e se torna uma “coisa” de todos. É do comum que surge a produção. “O poder de agir é constituído por trabalho, inteligência, paixão e afeto num lugar de todos”.¹²⁰ Compreende uma imensa rede global que faz grandes distâncias serem rastreadas em curto espaço de tempo. O global é representado por notícias de lugares longínquos que chegam com rapidez a nossos lares, da mesma forma como notícias de fatos que acontecem na esquina. A compressão tempo e espaço configura um cenário onde o tempo aniquila o espaço, minimiza distâncias e torna a comunicação instantânea. As ferramentas da comunicação encurtam as distâncias ao mesmo tempo em que colocam o tempo na ordem do acontecimento, algo que antes não podia ser imaginado, já que tanto o tempo quanto o espaço eram precisamente marcados e controlados, seja pelo relógio – no caso do tempo – seja pelas fronteiras – no caso do espaço.

Nesse mundo com fronteiras borradas, o homem mescla sua identidade com as mais variadas culturas que circulam e se misturam, em espaços com fronteiras imprecisas, e, assim, dentre tantos apelos, constrói sua identidade a partir desses estímulos que chegam cada vez com mais rapidez “A identidade torna-se uma ‘celebração móvel’: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam”.¹²¹ No *Império* as modificações dizem respeito ao próprio homem, na medida em que é constituído ou subjetivado e a pretensão de uma identidade fixa e homogênea fica cada vez mais distante.

Na teorização proposta por Hardt e Negri, é a perspectiva econômica e política que traz a distinção entre o Imperialismo, representado pela era moderna de dominação européia, e o *Império*¹²², representado na Contemporaneidade pela era pós-moderna. O *Império* sustentado pela multidão global é identificado por novas redes de comunicação, e novas formas de relações de poder das corporações transnacionais. Com a supremacia do *Império*, surge uma nova ordem global. Assim, “o *Império* é a substância política que, de fato, regula essas permutas globais, o poder supremo que governa o mundo”.¹²³ O comando Imperial se

¹¹⁹ O conceito de multidão será trabalhado mais adiante.

¹²⁰ Hardt e Negri (2005, p. 380).

¹²¹ Hall (2005, p. 3).

¹²² Atribui a *Império* o conceito como significado e não metáfora – vide Hardt e Negri (2005, p. 14).

¹²³ Hardt e Negri (2005, p. 11).

exerce por meio de políticas e aparatos jurídicos que têm por objetivo a ordem global para proteger a economia de mercado.

Com a supremacia das forças econômicas sobre as políticas, o poder político do Estado está com menos força. No que se refere a sua condição democrática de atender a população, perde muito de suas prerrogativas antes instituídas. Novas iniciativas surgem em um tempo de muitas demandas. Novas organizações se incumbem em atender a população, muitas vezes não amparadas pelo Estado, com as mais diversas formas de auxílio. Nesse contexto, as escolas aparecem como interessadas em prestar apoio, mas também, e em grande número, em receber ajuda, não só estruturalmente, mas também na elaboração do currículo, o que possibilita legitimar e naturalizar saberes. Na esteira das instituições que se dedicam a “auxiliar” aqueles que se consideram necessitados, a *Parceiros Voluntários* é conhecida como uma organização não-governamental “sem fins lucrativos, apartidária, criada em janeiro de 1997, por iniciativa do empresariado do Rio Grande do Sul, com a Missão de estimular, captar, qualificar e encaminhar voluntários à comunidade gaúcha, para promover a cultura do voluntariado organizado”.¹²⁴

As ONGs ganham corpo no cenário mundial, pois aparecem em auxílio aos desamparados, incentivadas por empresas e pessoas que se dedicam ao trabalho voluntário. Armado o cenário, o pano de fundo constitui-se de uma necessidade civil de ação, em que a desmedida insegurança e as incertezas tornam os indivíduos credenciados a procurar colaborar para amenizar essa realidade. É nesse contexto que as intervenções morais acontecem. A intervenção moral é representada pelas organizações não-governamentais, meios de comunicação, organizações religiosas e outras. Elas se dedicam a prestar socorro e proteção aos direitos humanos¹²⁵.

As ONGs são consideradas promotoras da paz, pois não usam armas. Segundo Hardt e Negri,¹²⁶ a intervenção moral prepara o palco para a intervenção militar. As intervenções dos poderes econômicos Imperiais, não se utilizam de métodos brutais ou letais, mas sim aparecem configurados por tais organizações, meios de comunicação, organizações religiosas, agindo de forma sutil, ou seja, através do éter¹²⁷. Todo esse movimento dos poderes econômicos imperiais são cada vez mais sutis e se abrigam sob o manto da cidadania. As ONGs humanitárias, que representam ajuda em várias situações de risco são, de acordo com

¹²⁴ Fonte: <<http://www.parceirosvoluntarios.org.br/>> Acesso em: 10 jan. 2007.

¹²⁵ Hardt e Negri (2005).

¹²⁶ (2005)

¹²⁷ O conceito de éter será trabalhado posteriormente, ainda neste capítulo.

os mesmos autores, as mais poderosas armas de paz da nova ordem mundial. São constituídas de pessoas que prestam, na maioria das vezes, serviço voluntário, baseado em uma formação específica, ou simplesmente na força de vontade, sensibilizada pelas grandes diferenças sociais. Essa condição é imposta pelo Capitalismo, que se reconfigura no *Império* que não só regula as coisas, mas institui as próprias “coisas”. “As instituições sociais Imperiais podem ser vistas, assim, num processo fluido de geração e corrupção de subjetividade.”¹²⁸

A ONG *Parceiros Voluntários* faz parte de uma rede que se estende por setenta e uma cidades gaúchas e desde sua criação expande as suas ações a vários segmentos da sociedade, bem como participa cada vez mais na rede de ONGs que se espalha pelo mundo. Em 2003 aconteceu o credenciamento da *Parceiros Voluntários* no DPI/NGO – Departamento de Informações Públicas / ONGs – ONU – Nova York, Estados Unidos. Também nesse ano, aconteceu a primeira edição da *Campanha Tribos nas Trilhas da Cidadania* destinada a jovens voluntários. Em 2005 aconteceu a Participação no Fórum Econômico de Davos, na Suíça, ocasião em que a *Schwab Foundation for Social Entrepreneurship* diplomou a *Parceiros Voluntários* como destaque de Empreendedorismo Social de 2005, e a incluiu em sua rede internacional. Em 2006, a participação no WEF – Fórum Econômico Mundial – América Latina, a convite da *Schwab Foundation*, por fazer parte de uma rede internacional. Em pouco tempo de existência, o *site* que corresponde a ONG em questão traz dados de sua inserção na rede mundial, conquistando assim legitimidade e reconhecimento pelo seu trabalho.

À medida em que atua, e que recebe reconhecimento internacional a *Parceiros Voluntários* “apodera-se” de saber; conquista, assim, a parceria e a credibilidade de empresas reconhecidas. A Ação *Tribos nas Trilhas da Cidadania* tem como parceria empresas de grande porte que apóiam as ações de cidadania voluntária. Mantém uma relação aberta com o setor econômico de nosso Estado; desenvolve a organização, a qualificação e a cultura do voluntariado. Destacam-se nessa parceria marcas de empresas fundadoras e mantenedoras, como: GERDAU, Banco Real, Instituto Unibanco, REFAP, e de empresas de apoio: Rede Bandeirantes de Televisão, Aracruz, Planalto, RBS, Sinepe, Grupo Sinos, O Sul, Rede Pampa, Sistema Guaíba, Correio do Povo, Jornal O Comércio.

De fato, as ONGs, como organizações humanitárias, estão representadas de forma relevante na ordem global contemporânea, a exemplo dos grupos pacifistas, de direitos humanos, as agências de socorro que combatem as doenças e a fome. Segundo Hardt e Negri, “sua ação política fundamenta-se num chamado moral universal - o que está em jogo é a

¹²⁸ Hardt e Negri (2005, p. 217).

própria vida.”¹²⁹ Dessa forma as campanhas passam a envolver as instituições de ensino, e a fazer parte de uma educação escolar, que oportuniza aos estudantes atividades que passam a ser naturalizadas por discursos que levam à participação na comunidade.

O Programa Jovens Voluntários é um grande guarda-chuva, que engloba várias formas de envolvimento da comunidade escolar com sua comunidade. O programa estimula que o jovem atue em seu contexto social, visando a sua formação como agente mobilizador, articulador frente a desafios cotidianos e sua integração à comunidade, com base na solidariedade e na Responsabilidade Social Individual.¹³⁰

Especificamente com relação à campanha que vou investigar *Tribos nas Trilhas da Cidadania*, o *site*¹³¹ informa que esta:

é uma Ação de mobilização entre os jovens, que busca estimular e desenvolver a cultura de voluntariado organizado no Rio Grande do Sul. Quando escolas, jovens, famílias e comunidade se unem, é mais fácil identificar quais são as principais necessidades da região e desenvolver propostas que ajudem a solucioná-las. Todos passam a se sentir parte das ações; agentes de transformação social.

Há também um regulamento disposto em capítulos que versa sobre: o propósito, a organização, a inscrição, a realização das atividades nas *Trilhas*, a execução das atividades, dos *Fóruns Tribais Municipais*, do *Conselho Tribal Municipal*, *Diário da Tribo*, da celebração das *Tribos* e considerações finais. Quando se fala em voluntariado organizado, é em decorrência das orientações que o *site* tem de como devem ser as etapas de realização das atividades. Há um ordenamento quanto a conteúdo, data, comportamento, modo de refletir e pensar.

Além disso, existe um registro das Escolas que participam da campanha, bem como da cidade onde estão situadas. Ao *clicar* sobre o nome da escola abre-se a possibilidade de contato com as unidades. Esse contato se estabelece através da troca de informações, como: nome da *Tribo*, trilha escolhida¹³², e-mail da *Tribo*, aluno líder, nome da escola, e-mail da escola, nome do diretor, nome do professor orientador, e quais as outras iniciativas ou projetos sociais dos quais a escola participa.

Através dessa troca de informações, os participantes da campanha passam a conhecer seus “parceiros voluntários”. Nessa medida, a atuação das *Tribos* permite que aquilo que foi instituído virtualmente ganhe um *status* real, através da atuação do voluntariado organizado. As ONGs se sustentam e se fortalecem por uma lógica racional de saberes que a

¹²⁹ Hardt e Negri (2005, p. 334).

¹³⁰ Fonte: <<http://www.parceirosvoluntarios.org.br/>> Acesso em: 10 jan. 2007.

¹³¹ Fonte: <<http://www.tribosparceiros.org.br/>> Acesso em: 10 jan. 2007.

¹³² Trilha quer dizer que as ações de cidadania podem ser desenvolvidas a partir de três eixos, cultura, meio ambiente e paz.

justificam pelo seu dever moral, tornando suas ações e métodos em invenções que passam a ser naturalizadas e aceitas.

Ainda de acordo com Hardt e Negri,¹³³ na pós-modernidade a economia global e a produção de riqueza tendem cada vez mais ao que chamaremos de produção biopolítica, a produção da própria vida social, na qual o econômico, o político e o cultural cada vez mais se sobrepõem e se completam um ao outro. O biopoder, no sentido que Foucault deu a essa palavra, age sobre a vida humana, para garantir a sobrevivência da espécie, não apenas regula as relações humanas como visa a garantir a manutenção da espécie humana. A vida representa o objeto de poder que atua sobre a população, um corpo composto por muitos que deve ser mensurável, quantificado através de estatísticas.

De acordo com a teorização foucaultiana, entende-se por biopoder a modalidade de poder que regula a vida social. É no final do século XVIII que a tecnologia do biopoder ganha forças a partir do enfraquecimento das instituições disciplinares. Porém, essa nova forma de poder não dispensa o poder disciplinar, mas sim, se utiliza dele como condição de possibilidade para seu surgimento. Embora o biopoder também seja constituído de práticas disciplinares e de vigilância, é a disciplina que atua na produção e no alcance de objetivos, na inteligibilidade e nas relações interativas. O biopoder é exercido sobre a população, promove à saúde, o controle da natalidade, a segurança, entre outros. É o biopoder que possibilita o controle da população através de um investimento que passa pelo sujeito, mas que tem como objetivo atingir a coletividade, ou seja, passa de um processo de individuação para um processo e massificação.

Sobre o biopoder, Foucault¹³⁴ diz que:

durante a segunda metade do século XVIII, [...] se vê aparecer algo de novo, que é uma outra tecnologia de poder, não disciplinar dessa feita. Uma tecnologia de poder que não exclui a primeira, que não exclui a técnica disciplinar, mas que a embute, que a integra, que a modifica parcialmente e que, sobretudo, vai utilizá-la implantando-se de certo modo nela, e incrustando-se efetivamente graças a essa técnica disciplinar prévia. Essa nova técnica não suprime a técnica disciplinar simplesmente porque é de outro nível, está noutra escala, tem outra superfície de suporte e é auxiliada por instrumentos totalmente diferentes.

A biopolítica pode ser compreendida como “um conjunto de medidas no plano discursivo e não-discursivo cuja racionalidade está voltada para a aplicação mais econômica do

¹³³ (2005)

¹³⁴ Foucault (2005, p. 289).

biopoder”.¹³⁵ A biopolítica encarrega-se de “fazer render” e efetivar através de discursos e enunciados os objetivos do biopoder, ou seja, a *governamentalidade*.

No contexto histórico onde a população se constitui como um “problema”, o termo biopolítica implica o controle das estratégias que os indivíduos utilizam em relação a si mesmos e aos outros, na sua liberdade. Em suma: Foucault chama de governamentalidade o encontro entre as técnicas de dominação sobre os outros e sobre si mesmo. Esse encontro de técnicas permite colocar em ação o biopoder (poder sobre a vida) através da biopolítica (conservação da espécie) tendo como alvo o indivíduo e como objetivo a população. Ao trazer para essa discussão o conceito de governamentalidade, considero pertinente estabelecer uma leitura a partir do primeiro entendimento que o próprio filósofo coloca para o termo. Em suas palavras:

O conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer esta forma bastante específica e complexa de poder, que tem por alvo a população, por forma principal de saber a economia política e por instrumentos técnicos essenciais os dispositivos de segurança.¹³⁶

Os dispositivos de biopolítica, uma vez que se referem à massa, à coletividade, além de fornecerem estatísticas, sugerem ações que podem ser implantadas e que não têm como objetivo exclusivamente a ação sobre o indivíduo, mas sim, uma ação sobre o todo, sobre a população. Além disso, a biopolítica interfere em fenômenos gerais e produz efeitos que otimizam um *estado de vida*, que pode ser o exercício da cidadania, e a inclusão de campanhas que favoreçam o *fazer viver e o deixar morrer* em uma sociedade que procura por regulamentação devido aos muitos contrastes. As campanhas de voluntariado e cidadania, em minha opinião, podem ser consideradas como uma tecnologia a serviço de biopoder, que agindo sobre o indivíduo, atingem a população, através de processos de regulamentação que são instituídos como regras ou passos a serem efetuados na execução de um ciclo de campanha. Assim os sujeitos são convocados a atuarem em prol da coletividade, nos mais diversos campos, no caso das *Tribos*, pelas *Trilhas* da cultura, paz e meio ambiente. A indústria da comunicação está incluída fortemente na ordem Imperial porque possibilita o funcionamento da biopolítica, colocando-a em movimento, pois integra o imaginário e o simbólico dentro do tecido biopolítico.

Seguindo essa discussão, penso que o conceito de norma passa a ser importante neste momento. Dessa forma, me refiro a ele em duas instâncias: corpo e população, que

¹³⁵ Veiga-Neto (2005, p. 25-51).

¹³⁶ Foucault (1979, p.291,292).

passam a atuar pela disciplina e pela regulamentação; a norma surge aí como padrão de controle. “A norma é o que pode tanto se aplicar a um corpo que se quer disciplinar quanto a uma população que se quer regulamentar.”¹³⁷ A sociedade da normalização compreende normas de disciplina e normas de regulamentação. Assim passamos a incorporar como normais uma série de discursos que também disciplinam o que e como pensar; e induzem a respondermos aos apelos que “normalmente” são veiculados pela mídia de uma forma muito particular.

Diante disso, podemos ver que os conceitos são modificados com o passar do tempo, a exemplo da palavra cidadania, que atualmente recebe espaço cada vez maior nos meios de comunicação. A participação em campanhas que visam o exercício da cidadania e o voluntariado organizado parece ter atingido seu auge, está na “ordem do dia”. É “normal” falar e proceder como um cidadão que se preocupa com o mundo que se apresenta. Ser normal, nesse caso, significa estar no fluxo do *Império*. Quanto mais elaborada e profunda a análise no campo da biopolítica mais intensa e fundamental é a construção de relações interativas. As redes de informação e comunicação desempenham com sutileza sentidos através de interconexões: expressam, organizam e estruturam o movimento de informações advindas da globalização. “Eles concentram nossa atenção claramente na substância ontológica da produção social. Máquinas produzem. O constante funcionamento das máquinas sociais em seus diversos aparelhos e montagens produz o mundo juntamente com os sujeitos e objetos que os constituem”.¹³⁸

As campanhas de voluntariado e ações que desenvolvem a cidadania estão na pauta, seguidamente somos interpelados por várias chamadas entre as programações televisivas tratando dessa questão. Não só representadas em chamadas, mas também constituindo-se como tema de eventos e programas, como no caso da Campanha *Criança Esperança*, divulgada pela Rede Globo de Televisão. Assim o *Agenda-Setting*¹³⁹, ou o agendamento, traz à circulação temas e assuntos de interesse político, econômico, bem como aquilo que faz a informação se desdobrar em outras notícias. A mídia determina a pauta para a opinião pública ao destacar alguns temas e ignorar outros.

O agendamento – um conceito vinculado ao campo das comunicações – fornece o tema dos meios de comunicação e estabelece a agenda temática que cria as condições de

¹³⁷ Idem (1999, p. 302).

¹³⁸ Hardt e Negri (2005, p. 47).

¹³⁹ A teoria do Agendamento ou *Agenda-setting* é uma teoria da Comunicação formulada por Maxwell Mc Combs e Donald Shaw na década de 1970. Fonte: < <http://pt.wikipedia.org/wiki/Agendamento>. Acesso: 3 de setembro de 2007.

possibilidade para que determinados temas virem pauta de notícia, informação, consumo. O *Agenda-Setting* representa uma modalidade de investigação que parte da constatação do poder através da sua capacidade simbólica. São os meios de comunicação de massa que se utilizam de relações de poder para influenciar e determinar o grau de atenção que o público dedica a determinados temas expostos à atenção e ao interesse coletivo, bem como os efeitos dessa comunicação no meio público. Segundo Enric Saperas, na maior parte das vezes, a imprensa não tem êxito em dizer para as pessoas como devem pensar; mas tem êxito em dizer sobre o que devem pensar. As relações sociais são envolvidas pelo o que acontece no cenário da mídia, sendo ordenado pelo *Agenda-Setting*. Tal agendamento possibilita que a partir de tais informações que se encadeiam; que a partir da indústria cultural¹⁴⁰, os sujeitos passem a ter uma determinada visão de mundo. Nesse contexto de análise, a cidadania está em pauta, como um pano de fundo para várias iniciativas que se derivam das demandas do *Império*. Pensar sobre cidadania e desdobrar os conceitos trazidos pela história como uma comunicação que representa importante papel na legitimação do *Império*. Em suma:

a síntese política de espaço social é fixada no espaço de comunicação. É por isso que as indústrias de comunicação assumiram posição tão central. Elas não apenas organizam a produção numa nova escala e impõem uma nova estrutura adequada ao espaço global, mas também tornam imanente sua justificação. O poder, enquanto produz, organiza; enquanto organiza, fala e se expressa com autoridade. A linguagem, à medida que comunica, produz mercadorias, mas, além disso, cria subjetividades, põe umas em relação às outras, e ordena-as. As indústrias de comunicações integram o imaginário e o simbólico dentro do tecido biopolítico, não simplesmente colocando-o a serviço do poder, mas integrando-os, de fato, em seu próprio funcionamento.¹⁴¹

Uma vez instituída uma organização, que preconiza a ajuda solidária e possibilita a integração de sujeitos através de uma rede de trocas e informações, instituem-se, estratégias de poder que fomentam sua ação e seus objetivos, constituindo-se em um lugar de formação de saberes. A expressão da multidão em rede, configurada atualmente por 90.000 alunos em cooperação nas *Tribos*, traduz a potência em ação, a força de mobilização da campanha que ao aderir coopera também com informações pessoais que podem servir as empresas parceiras para a venda de seus produtos.

A ação de saberes torna-se contingente, gerando um movimento de respostas e possibilidades às novas invenções, como é o caso do *site* das *Tribos*, no *link*: “ao mestre com

¹⁴⁰ Entendendo indústria cultural como constituída por rádio, cinema, publicidade, televisão. É percebida como um sistema, seja, em seu funcionamento operativo (enredo, sons, imagens), seja na diversidade de meios e gêneros.

¹⁴¹ Hardt e Negri (2005, p. 52).

carinho”. A relação poder-saber se estabelece pela necessidade de conhecer para governar. Desse modo, “o poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou bem. O poder funciona e se exerce em rede”.¹⁴²

O movimento voluntário para o qual volto meu olhar nesta Dissertação está fundamentado na relação, ou seja, é relacional à medida que se potencializa o trabalho coletivo. Esse trabalho em equipe não se restringe apenas a um único lugar, a uma única escola, já que as informações sobre ações realizadas localizadamente são enviadas diretamente para a *Parceiros Voluntários*, que dessa forma, pode controlar cada uma e todas as *tribos* ao mesmo tempo. Esse controle, que se dá através do resultado, serve também como uma forma de construir outras modalidades de participação, visando sempre o manter o voluntariado organizado. Podemos aqui fazer uma analogia com o texto de Varela e Alvarez-Uría¹⁴³ que coloca que na Modernidade a escola foi sendo desenhada a partir de informações, de observações e de respostas que a prática concedia. Agora parece repetir essa lógica, na proporção em que também informamos dados e somos convocados a participar de avaliações para o bom andamento da campanha.

Nesse sentido, é interessante observar a área de formação da ONG *Parceiros Voluntários*.¹⁴⁴

que tem por objetivo aportar conhecimento, metodologias e recursos sobre o Voluntariado Organizado à Rede PV¹⁴⁵ e às comunidades, através da produção, sistematização e disseminação de seus principais conceitos – Voluntariado Organizado, Responsabilidade Social Individual (RSI) e redes de cooperação – contribuindo, assim, para a melhoria da qualidade de vida dos gaúchos. As atividades da Formação estão diretamente relacionadas à ampliação do Movimento de Voluntariado, por intermédio do fortalecimento da Rede PV, buscando articular, mobilizar e apoiar as comunidades envolvidas, através da capacitação, seminários, formação de consultores sociais, execução de Programas de Desenvolvimento do Terceiro Setor e reuniões estaduais de sua Rede.

Igualmente, há informações referentes a capacitações oferecidas pela *Parceiros Voluntários* que são dirigidas a pessoas que participam das ações voluntárias com o objetivo de potencializar o *Programa de Voluntariado Organizado*. O ordenamento de tal organização preconiza a disciplina e a força intelectual, através da oferta de cursos de capacitação. No entanto, observa-se acentuado controle quando se distingue que esse voluntariado é

¹⁴² Foucault (2005, p. 183).

¹⁴³ (1992)

¹⁴⁴ Fonte: <<http://www.tribosparceiros.org.br/>> acesso em: 10 jan. 2007.

¹⁴⁵ PV significa Parceiros Voluntários.

organizado. À medida que a ONG *Parceiros Voluntários* oportuniza capacitações e seminários, ela passa a também desempenhar a tarefa, mesmo que parcialmente, da escola formal, que seria oferecer a construção do conhecimento e a formação do sujeito. A construção discursiva que surge com o voluntariado e com o exercício da cidadania direciona uma rede discursiva que coloca o sujeito como produtor e produzido por ela.

O espaço que na Modernidade e na sociedade disciplinar era ocupado pelo trabalho de mão-de-obra, na Pós-Modernidade ou na sociedade de controle é ocupado pela força intelectual, imaterial e comunicativa. A subjetivação do indivíduo, resultado dessa configuração estimula uma forma de controle mais sutil sobre os sujeitos. A lógica disciplinar se desloca para a lógica do controle. As campanhas, as redes de informação passam a ser agentes do biopoder, o poder que, agindo sobre os sujeitos, tem o objetivo de “controlá-los.” As campanhas de voluntariado nas escolas estão nesse âmbito. É o poder sobre a população, sobre a vida das pessoas de forma coletiva, que forma e integra redes, que atua por um objetivo, por uma causa que pode ser de consumo ou de outra natureza. Dessa forma, a partir do voluntariado e da cidadania, uma rede de informações passa a configurar um campo que ao mesmo tempo é de todos e de ninguém e que escapam a qualquer possibilidade de aprisionamento. Pode-se pensar em uma organização comum, sem a pretensão da neutralidade, já que atende as grandes corporações. Mas sem dúvida presta valor a quem de fato governa e, por que não dizer, através dessa tecnologia de biopoder dá sentido à ordem do discurso. Ao participarmos do projeto, dispomos de dados pessoais dos integrantes das tribos, bem como de dados da escola e dos professores envolvidos. Essa troca de informações que vai além do trabalho educativo. É claro que

o que o trabalho afetivo produz são redes, formas comunitárias, biopoder. Aqui pode-se reconhecer mais uma vez que a ação instrumental da produção econômica foi unida à ação comunicativa das relações humanas; neste caso, entretanto, a comunicação não ficou empobrecida, mas a produção foi enriquecida até o nível de complexidade da interação humana.¹⁴⁶

Vale salientar que nos *sites* da campanha há um espaço de troca entre os alunos, afetivo e intelectual, um espaço de interlocução entre as tribos, entre as cidades, entre as escolas. Abre-se espaço para um amplo cenário virtual, porém real e agregador, que se percebe também por identificações e por manifestações de apoio. O espaço de troca, que além de servir para a articulação das tribos, propicia o trabalho imaterial.

¹⁴⁶ Hardt e Negri (2005, p. 314).

Assim, o trabalho material está sendo superado pela forma de trabalho imaterial, o trabalho que depende das capacidades afetivas, comunicativas e intelectuais, que por sua vez dependem das relações que se estabelecem com os demais, pelos movimentos sociais que conduzem à produção, e não tanto da capacidade de produzir bens materiais. O computador é um canal, veículo, uma ferramenta mundial, universal, que pode atender a toda e qualquer atividade econômica, possibilitando esse intercâmbio entre as pessoas. O trabalho imaterial corresponde ao trabalho afetivo, de interação. A indústria da diversão está ligada ao trabalho imaterial porque produz um resultado que leva à satisfação e ao bem-estar.

Ao acessarmos o *site* das *Tribos*¹⁴⁷, logo identificamos uma fila de ícones com informações, oferecendo a sensação de diversão e de bem-estar, uma vez que é composta por figuras desenhadas que lembram revistas em quadrinhos. Sigo a nomenclatura estabelecida: *o que tá rolando*: são as notícias que as *Tribos* podem encaminhar ao *site* sobre o que está acontecendo; *o projeto*: explica o que é o projeto, objetivo, a quem se destina; *o cronograma*: é uma delimitação de data para o ano, que vai desde a inscrição, período de execução das tarefas, os fóruns e envio dos diários tribais bem como relatórios, com o cronograma os participantes têm condições de planejar a sua atuação durante o ano; *bússola*: explica o que é *Tribos*, e o que representa ou como se deve interpretar cada palavra constante no nome *Tribos nas trilhas da Cidadania*; *ao educador*: destina-se ao professor que acompanha as ações nas escolas, ali está explicitado o guia do professor, no entanto esse guia contém textos sobre jovens e cidadania e pensamentos de Paulo Freire; *memória*: é a história da campanha desde 2003, com dados de participação de escolas e alunos até 2006; *o mapa do site*: é um mapa que orienta a utilização dos vários ícones, representados pelas figuras, do que se trata cada um. Quanto ao projeto realizado pelas escolas, cada *Tribo* deve cumprir, dentro de um prazo determinado as atividades escolhidas de acordo com a temática ou trilha. O projeto deve originar um relatório com os registros das atividades que são divididas em quatro ações. Esse relatório é encaminhado com as evidências a *Parceiros Voluntários* para avaliação. É esse registro oficial das ações que irá materializar o controle que a ONG possui, não somente sobre as ações das *Tribos*, mas também, indiretamente, sobre as escolas e o que está acontecendo em seu interior.

Ao colocar suas ações na ordem do trabalho imaterial, é possível perceber uma identificação da campanha com o que o *Império* estabelece. As mudanças advindas com a pós-modernidade deflagram transformações nas formas de trabalho. “A forma desmaterializada na

¹⁴⁷ Fonte: <<http://www.tribosparceiros.org.br/>> Acesso em: 10 jan. 2007

qual agimos para produzir mercadorias e para construir o mundo”¹⁴⁸ revelam que tanto o valor de uso da mercadoria como o valor de troca da perspectiva histórica mudaram. Cada vez mais a informação e a capacidade de conhecer farão a diferença em um mundo que se regula pelo o trabalho imaterial, e assim o acesso à produção e às relações inter-pessoais e sociais forjam subjetividades. Essa forma de trabalho se divide em três tipos: o primeiro envolve o setor de serviços numa produção industrial, que incorporou as tecnologias de informação, o segundo é o trabalho imaterial que incorporou tarefas analíticas e simbólicas, e o terceiro se trata da produção imaterial de afetos. Diante disso, pode-se localizar a cooperação, o voluntariado e a parceria como partes do trabalho imaterial e das interações sociais.

O trabalho imaterial, devido ao seu caráter relacional, traz conseqüências ao campo econômico. Entre elas, a dificuldade de usar o tempo como medida de valor de trabalho e a dificuldade de determinar o critério para quantificar o valor do trabalho individual. O trabalhador se apresenta cada vez mais ao mercado de trabalho como portador de habilidades imateriais de produção, sendo seu principal instrumento sua capacidade intelectual. Segundo Negri¹⁴⁹,

Se, antes, para produzir uma mercadoria, era necessário um certo número de horas de trabalho simples [...] para produzir um número maior de mercadorias era necessário um aumento da massa de trabalho, hoje, observamos, ao contrário, que cada aumento da produção nasce da expressão de atividades intelectuais, da força produtiva da descoberta científica e sobretudo da estreita aplicação da ciência e da tecnologia à elaboração da atividade de transformação da matéria.

O valor da produção poderá ser determinado pelo indivíduo social e coletivo, mediado pelas formas de organizações comunicativas. A produção dependerá do trabalho cooperativo e das relações que constituem o trabalho intelectual e lingüístico. Desse formato resultará o indivíduo coletivo, ou seja, o conceito de multidão.

Deriva-se daí a diferenciação antes atribuída a povo: em que a sociedade forjada pelo capitalismo de fato organizou uma pluralidade na unidade povo, constituindo um corpo social. Agora, por multidão se designa esse movimento que desafia a representação porque é diverso, uma multidão de corpos singulares, indefinida sendo o sujeito também produto de práticas coletivas, em busca de relação. A multidão tem o poder de ação cooperativa torna sua produção à hegemonia da força imaterial de trabalho. “A ‘multidão’ se torna poderosa graças à sua capacidade de circulação, de ‘navegação’, de contaminação”¹⁵⁰. Da mesma forma, as

¹⁴⁸ Negri (2003, p.91).

¹⁴⁹ Idem, p.93.

¹⁵⁰ Idem, p.46.

relações afetivas, as trocas sociais e culturais e as ações do trabalho “voluntário” tornam os sujeitos suscetíveis à interpelação da cultura e a diferenças. Dessa forma é relevante o que afirmam Hardt e Negri¹⁵¹:

o comando Imperial é, antes, o resultado de uma erupção social que subverteu as antigas relações que constituem a soberania. O comando Imperial já não é exercido por meio de modalidades disciplinares do Estado moderno, mas de preferência, por meio das modalidades do controle biopolítico. Essas modalidades têm como base e objetivo uma multidão produtiva que não pode ser arregimentada e normalizada, mas precisa, apesar disso, ser governada, mesmo em sua autonomia.

É oportuno questionar sobre o poder de articulação dessa campanha de voluntariado e cidadania são mantidos e tem o apoio de grandes empresas no Rio Grande do Sul. É nesse quadro de transição econômica, cultural, e política que se engendra uma nova lógica de dominação, agora em âmbito planetário, denominada *Império*, por Hardt e Negri¹⁵².

Ainda segundo Hardt e Negri, o imperativo de comando do *Império* divide-se em três fenômenos: inclusivo, diferencial e o gerencial. O inclusivo refere-se a que todos são bem-vindos ao *Império*, independentemente de cor, raça, gênero etc. Assim todos são bem-vindos às campanhas de voluntariado, tão bem simbolizados nos *Fóruns Tribais*, nos quais todo o universo de escolas que participam da campanha misturam-se em eventos de integração, sendo o “passe”, ou ingresso, uma camiseta preta com desenhos e enunciados sobre as *Tribos*. Então, resulta que todos estão incluídos e considerados iguais perante a causa, mesmo unindo escolas particulares e escolas públicas.

O diferencial refere-se às diferenças culturais que são valorizadas no *Império*. “São diferenças não conflituosas.”¹⁵³ Notadamente em eventos de integração percebem-se as diferenças culturais que passam a ser irrelevantes quando envolvidas pelo “som que agrada a galera”. Todos unidos em grandes rodas, em danças de trezinho, ou apenas balançando os braços. “O Império prospera nos circuitos de movimento e mistura”.¹⁵⁴ O diferencial refere-se ao comando gerencial que se destina a organizar, administrar as diferenças culturais numa economia geral.

O interesse gerencial de comando favorece as diferenças culturais embora administradas e hierarquizadas as diferenças para uma economia de comando e estabilização das forças de trabalho. “Antagonismos e divisões entre operários nas diversas linhas de etnias

¹⁵¹ Hardt e Negri (2005, p. 365).

¹⁵² Hardt e Negri (2005, p. 366).

¹⁵³ Hardt e Negri (2005, p. 218).

¹⁵⁴ Idem, p. 219.

e identificação resultaram em aumento dos lucros e facilitaram o controle”¹⁵⁵, visto que, com diferenças de convicções, fica mais difícil à conciliação, a unidade, a luta por uma causa. Ainda conforme os autores acima, na busca pelo consenso, o *Império* precisa agir com o objetivo de formatar nossas mentes, dando a impressão de termos controle sobre nossa liberdade e sermos soberanos de nossas escolhas e decisões, de forma a fazer-nos acolhê-lo.¹⁵⁶ Dessa forma,

o que o comando Imperial procura substancialmente investir e proteger, e o que ele garante para o desenvolvimento capitalista, são, antes, os equilíbrios gerais do sistema global. O controle Imperial opera por três meios globais e absolutos: a bomba, o dinheiro e o éter.¹⁵⁷

Esses três meios globais também denominados por fluxos identificam simbolicamente a bomba, que representa a possibilidade de destruição da própria vida, uma operação de violência extrema e absoluta. Novas tecnologias nucleares, a ameaça suprema da bomba Imperial reduziu as guerras a conflitos limitados, a guerras civis. Isso fez e faz de cada guerra um poder exclusivamente político e administrativo.

O dinheiro passa a ser o segundo meio global de controle absoluto. Pode-se dizer que nada escapa ao dinheiro. Hardt e Negri¹⁵⁸ reafirmam isso quando dizem que:

o dinheiro é o árbitro Imperial, mas como no caso da ameaça nuclear Imperial, esse árbitro não tem localização determinada nem status transcendente. Assim como a ameaça nuclear autoriza o poder generalizado da polícia, da mesma forma o árbitro monetário está continuamente articulado em relação às funções produtivas, medidas de valor e alocações de riquezas que constituem o mercado mundial. Mecanismos monetários são os meios primários para controlar o mercado.¹⁵⁹

O dinheiro, que oportuniza o consumo desenfreado e representa o poder pelo mundo, dita regras no que tange à produtividade e às riquezas.

O éter, o terceiro meio de controle Imperial, representa as comunicações, a estrutura dos sistemas educacionais e a cultura, que aparecem hoje como determinantes instrumentos a favor da constituição do *Império*. Assim a soberania parece estar subordinada às comunicações e

impõe uma contínua e complexa circulação de sinais. A desterritorialização é a força primária e a circulação a forma pela qual a comunicação social se manifesta. Dessa forma e neste éter, as línguas tornam-se funcionais para a

¹⁵⁵ Hardt e Negri (2005, p. 220).

¹⁵⁶ Veiga-Neto (2005, p. 25-51).

¹⁵⁷ Hardt e Negri (2005, p. 366).

¹⁵⁸ (2005).

¹⁵⁹ Idem, p. 367.

circulação e dissolvem toda a relação soberana. Educação e cultura também não podem deixar de submeter-se à sociedade circulante (*sic*) do espetáculo. Aqui chegamos a um limite extremo do processo da dissolução das relações entre ordem e espaço.¹⁶⁰

A comunicação, representada pelas redes que se formam no movimento da globalização, modifica a configuração espaço-temporal. A informação tornou-se instantânea prevalecendo à sensação de liberdade em participarmos dessa grande rede que cresce em importância e abrangência. Atropela e revoluciona o que se pensava saber sobre a educação, comportamento e escolarização. Educação e Cultura aproximam-se fomentando a *sociedade circulante do espetáculo*. A Internet nos favorece um mundo de vantagens, de comodidades e compactua com a indústria cultural, nos leva a pensar que estamos no fluxo, e talvez por isso nos tornemos cidadãos do *Império*. Livres, porém controlados. Livres, porém formatados. Não podemos conceber e problematizar a educação sem levar em conta a condição de imanência em que se configurou a comunicação e a internet como mídia no mundo contemporâneo.

Esses três meios de controle nos levam às três camadas da pirâmide do poder Imperial. A bomba é o poder monárquico; o dinheiro, o poder aristocrático; e o éter, o poder democrático.¹⁶¹

Assim sendo, as campanhas fazem parte do poder de comando denominado simbolicamente de éter, que, segundo Hardt e Negri¹⁶², representam o poder dos meios de comunicação da mídia, dos sistemas educacionais. Apropriada à analogia de uma substância com propriedades voláteis, como o éter, fluido sutil que permite o deslizamento por todos os lugares, sendo assim um meio de controle.

Dizer que o Império é bom em si mesmo, entretanto, não significa que ele seja bom por si mesmo. Embora o Império possa ter desempenhado um papel na eliminação do colonialismo e do imperialismo, ele constrói, não obstante, suas próprias relações de poder com base na exploração, em muitos sentidos mais brutais do que aquelas que ele destruiu. O fim da dialética da modernidade não resultou no fim da dialética da exploração. Hoje quase toda a humanidade é, em certa medida, absorvida pelas redes de exploração capitalista a elas subordinada. Vemos agora uma separação ainda mais extrema entre uma pequena minoria que controla riquezas fabulosas e multidões que vivem na pobreza, nos limites da impotência. As linhas geográficas e raciais de opressão e exploração estabelecidas durante a era do colonialismo e do imperialismo em muitos sentidos não declinaram, pelo contrário, aumentaram exponencialmente.¹⁶³

¹⁶⁰ Idem, p. 368.

¹⁶¹ Idem, Ibidem.

¹⁶² (2005)

¹⁶³ Hardt e Negri (2005, p. 62).

Mesmo sem esgotar a discussão a qual me propus aqui, penso que seja possível tomar a discussão realizada até o momento como ponto inicial das análises que farei no capítulo que segue.

Capítulo VI

Em tempo, mais alguns desdobramentos e análises...

A Contemporaneidade tem oferecido aos cidadãos a possibilidade de viver em um mundo de mudança de paradigmas, no que se refere ao tempo e ao espaço, em um contexto marcado por um ritmo vertiginoso, no que se refere ao tempo e a fronteiras borradas, flexíveis no que se refere ao espaço. Mudanças também percebidas em tudo o que foi na Modernidade produzido como um objeto real, palpável, e agora nos escapam cada vez com mais facilidade. A mão de obra da comunicação produzindo o trabalho imaterial, nos coloca em uma instância do intangível e do fluido. Exemplo disso, o que aconteceu no momento em que busquei as evidências desta dissertação no site que compôs meu *corpus* de análise: elas não estavam mais “no ar”. Quero dizer que essa experiência de não ter mais acesso às informações, aos depoimentos, às imagens que havia planejado, causaram-me uma sensação de que estou realmente em rede e que as mudanças nessa rede escapam não só à minha necessidade de pesquisa, mas também à minha vontade. Tudo está disponível para todos, e ao mesmo tempo impossível de manter “a salvo” em um só lugar. Assim como o tempo social nos escapa, se comprime, o tempo das informações também é instantâneo, fluido e escapa à minha possibilidade de controle. Ao me deparar com essa efemeridade das informações, percebi o quanto o sujeito contemporâneo precisa, antes de mais nada, estar flexível, aberto a contingência do presente, adaptando-se às situações mais diversas e principalmente, tomando-as como um combustível para novas produções, novas criações, novos caminhos seja de pesquisa, seja de vida, etc...Essa mudança inesperada, ocorreu em função de que existe um

sujeito que é produzido e que ao mesmo tempo é produtor de uma realidade em rede, gerando um movimento de respostas e novas invenções. O novo *site* das *Tribos* possibilita agora uma nova visibilidade da campanha e também das intenções educativas que ela comporta.

Tudo isso serve para comprovar que o fenômeno da globalização, onde trocas culturais e econômicas são exercidas em rede, permitem novos circuitos globais de produção. Conceitos e significados são modificados à medida que as necessidades e os sentidos da sociedade global são resultados das demandas que surgem a partir de múltiplas mudanças que este movimento traz. E porque não dizer, ainda em busca de respostas prometidas pela Modernidade. De uma lógica disciplinar para uma lógica de controle, determinam-se novas formas de comando e de poder.

Paradoxos de um tempo que faz descobertas intrigantes nas ciências contraporem a impotência do homem em resolver problemas como à fome mundial, que em muitos lugares, destitui o ser humano de seu direito à vida. As redes de comunicação possibilitam à conexão virtual estabelecer-se de forma real por ação do homem. Nesta instância está situada a pesquisa que procurei destacar nesta dissertação. A comunicação fomentando o trabalho imaterial, em redes de informação, as interações afetivas estabelecidas por uma forma de comando do *Império* descrita por Hardt e Negri como o éter. Os fluxos globais são acompanhados por novos processos produtivos em que a mão-de-obra industrial tem cedido lugar à comunicação e a produção biopolítica. Na sociedade global a produção de riquezas é resultado de uma economia que visa à produção da vida social, onde o econômico, o cultural, o político, o educacional envolvem-se cada vez mais através de dispositivos, de tecnologias de biopoder. Um tempo de supremacia de ordens econômicas, de lógicas imperiais que se evidenciam sobre as políticas, um tempo em que democracia e direitos humanos estão constantemente sendo aprimoradas e reinventadas para sustentar as demandas de seus cidadãos. De acordo com Hardt e Negri o conceito de *Império* caracteriza-se pela ausência de fronteiras, seu poder não tem limites. Não só administra o território como também regula as interações humanas de sua população e cria o próprio mundo que o habita.

A transição para o *Império* e seus processos de globalização oferece novas possibilidades para as forças de libertação. A globalização, é claro, não é uma coisa única, e os múltiplos processos que chamamos de globalização não são unificados nem unívocos. Nosso desafio político, tentaremos demonstrar, não consiste simplesmente em resistir a esses processos mas em reorganizá-los e canalizá-los para novos objetivos. As forças criadoras da multidão que sustenta o *Império* são capazes também de construir, independentemente, um *Contra-Império*, uma organização política alternativa de fluxos e intercâmbios globais. Os esforços para contestar e subverter o *Império*, e para construir uma alternativa real, terão lugar no próprio terreno

imperial – na realidade, essa nova luta já começou. Mediante tais esforços, e muitos outros da mesma natureza, a multidão terá de inventar novas formas democráticas e novos poderes constituintes que um dia nos conduzirão através e além do *Império*.¹⁶⁴

Através da rede global é que poderemos “inventar novas formas democráticas e novos poderes que nos conduzirão através e além do *Império*”. As ONGs poderão representar um dos canais por onde circularão as mais variados saberes e intenções no que se refere ao cidadão do *Império* e a constituição de sua cidadania. A relação saber-poder derivada desse movimento poderá fundamentar uma nova constituição mundial em que as informações e as redes de intervenção de direitos humanos assumirá novos patamares frente à lógica atual. Assim como o *Império* possibilitou o movimento de Organizações não-governamentais crescerem e se disseminarem como uma modalidade de atuação social, esse mesmo movimento poderá oferecer lógicas que superem as econômicas preconizadas pelo *Império*.

Diante desse cenário que procurei desenhar através de recortes do material empírico e também das teorizações de autores contemporâneos que se dedicam a pesquisar sobre a história do presente e a constituição social atual, especialmente no que diz respeito aos discursos que tratam da articulação entre educação, voluntariado e cidadania, transformo meu material empírico em *corpus* de análise por meio da organização de categorias, aqui, enunciados de análise. Ao organizar as categorias o fiz inspirada pela idéia de enunciado proposta por Michel Foucault, quando diz que um discurso designa, “em geral um conjunto de enunciados que podem pertencer a campos diferentes, mas que obedecem, apesar de tudo, a regras de funcionamento em comum”¹⁶⁵. Assim, ao tomar o discurso da campanha, elenco alguns enunciados que compõe esse discurso e o colocam em funcionamento, organizados da seguinte forma: *Enunciado 1: individual X coletivo, Enunciado 2: agendamento, Enunciado 3: da fluidez das informações.*

¹⁶⁴ Hardt e Negri (2005, p. 15).

¹⁶⁵ Revel (2005, p.37).

ENUNCIADO 1: INDIVIDUAL X COLETIVO

Quanto mais cresce o individualismo, mais cresce a busca pelo comunitarismo.¹⁶⁶

Esse enunciado problematiza aquilo que alguns autores têm referido como paradoxos ou contradições dos tempos pós-modernos, ou como alguns preferem chamar, hipermodernos. Essa aparente contradição diz respeito às palavras de Lipovetsky que utilizo como epígrafe neste enunciado: o individualismo ganhando maior evidência do que o comunitarismo, ou o que prefiro chamar de coletividade. Essa evidência que o individualismo recebe na Contemporaneidade pode ser visualizada através do comportamento dos jovens em salas de aula e escolas. Cada vez é maior o número de alunos usando aparelhos eletrônicos como telefones celulares, MP3, jogos eletrônicos e computadores conectados a internet.

Todos esses instrumentos parecem individualizar as relações, aprisionando-as no próprio indivíduo, limitando suas relações interpessoais, pelo menos, presencialmente. O contato com o outro acaba por acontecer apenas de forma virtual, quando cada um deles, mesmo ocupando um espaço em comum, mantêm-se reservados naquilo que os interessa individualmente. Ao mesmo tempo, nesse ambiente aparentemente “hiperindividual”, o interesse desses jovens em participar de ações voluntárias que beneficiem o outro, amplia-se de forma exponencial.

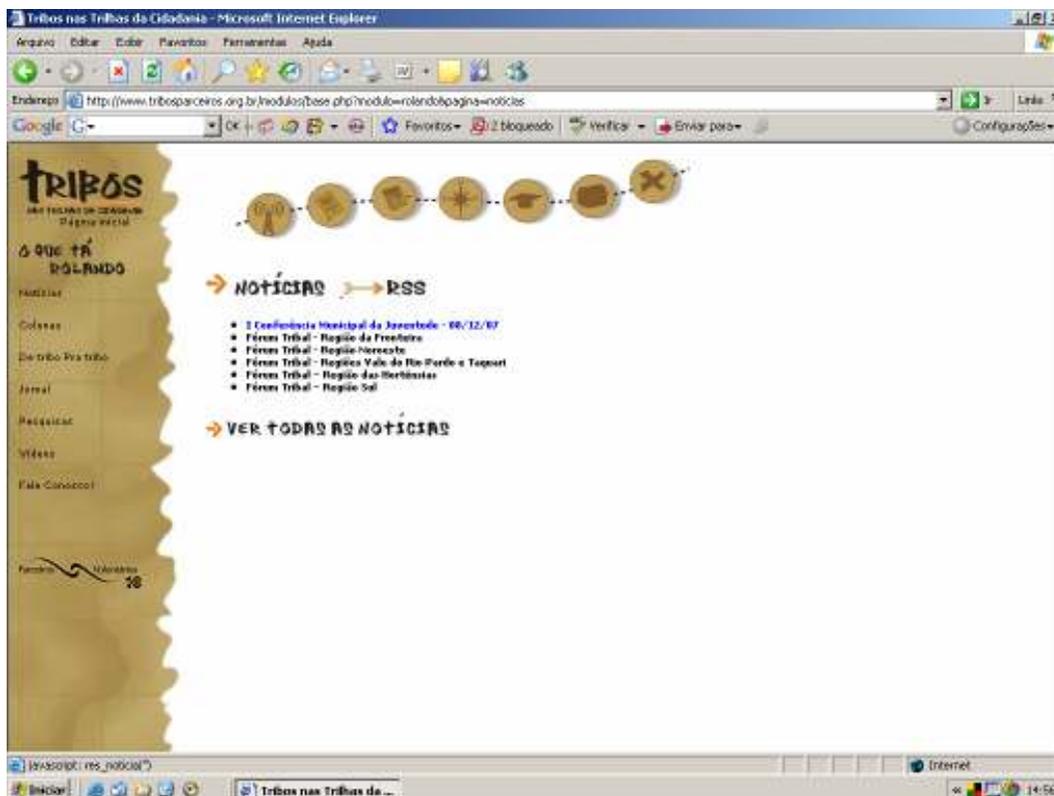
A campanha que analiso nesta dissertação mostra isso de forma interessante, quando anuncia seus dados estatísticos. Conforme já citei em outro momento, atualmente mais de 90.000 jovens participam dessa campanha que tem como objetivo a cidadania. Seria isso um paradoxo?

Acredito que não. Penso que a partir do material empírico que analisei, seja possível colocar as instâncias, tanto do individual, quanto do coletivo, como duas faces de uma mesma moeda. Uma não existe sem a outra, ambas se produzem mutuamente e estão imbricadas. Por isso, afirmar que essa questão trata-se de um paradoxo seria assumir uma postura um tanto quanto radical – o que não é meu objetivo. Olhando para essas questões, penso que esse comportamento, ora mais centrado no individual, ora no coletivo, seja uma resposta às configurações sociais do nosso tempo. Os indivíduos contemporâneos assumem inúmeras

¹⁶⁶ Lipovetsky (2007).

posições de sujeitos nessa trama social, adequando-se, moldando-se àquilo que lhes é exigido em um determinado momento.

Uma possibilidade de materializar essa discussão a que estou me referindo encontra-se na imagem que segue, pois ao trazer notícias sobre os *Fóruns Tribais Regionais*, as ações individuais de cada jovem voluntário conectam-se a uma rede. Nesse momento de troca de experiências, o indivíduo passa a assumir outra posição em um movimento coletivo.



Acesso em 06.01.08

Os *Fóruns Tribais* são eventos de integração em que as escolas que participam da campanha de uma determinada região podem apresentar suas ações. As apresentações dessas atividades realizadas nas escolas, fazem parte de uma programação que possui também atividades recreativas, shows, informações sobre cidadania, experiências e também uma oportunidade de integração entre os jovens voluntários. Nesse momento não há distinção entre escolas públicas ou privadas, ambas possuem o mesmo espaço e tem seu acesso garantido por uma camiseta que uniformiza “a galera”. Essa uniformização reflete, em minha opinião, um enaltecimento dos voluntários enquanto indivíduos que participando da *Tribo* exercem, segundo a ONG, seu papel de cidadão.

Eventos como esses, onde são reunidos interesses em comum, possibilitam a formação de redes, ou seja, o coletivo. Uma rede interessada, que visa à produção de diferentes saberes e conseqüentemente, poder. A relação poder-saber se estabelece pela necessidade de conhecer para governar. Reunir todas as *Tribos* em um *Fórum* não estaria a favor dessa questão? Identificadas as *Tribos* oriundas das várias regiões do Estado, características próprias serão percebidas. Ao identificar as diferentes maneiras pelas quais as tecnologias de poder atuam na prática, é possível definir perfis por regiões, e através desse conhecimento possibilitar a difusão de um formato de idéia. Aqui, fica clara a idéia do exercício da cidadania representado pelo voluntariado organizado.

Práticas que a pós-modernidade oferece ao indivíduo sobre si mesmo, de uma ação de alguém sobre si mesmo como o uso de uma infinidade de aparelhos como MP3, como uma onda centrada em si. Ao mesmo tempo, práticas que levam ao coletivo são cada vez mais visíveis ao que Hardt e Negri descreveram como a “*sociedade circundante do espetáculo*”, aqui exemplificadas com os *Fóruns Tribais*.

Isso é possível, graças a um conjunto de técnicas, metodologias, e saberes que se refinam no processo andarilho de cada ciclo de campanha. Técnicas refinadas que caracterizadas pela “disciplinaridade como um conjunto de disposições, ações e representações que combinam, entre si, atividades de produção (material e simbólica), de comunicação e governo.”¹⁶⁷ A disciplinaridade constitui uma estratégia de como dividir, unir, individualizar e agrupar conforme o caso. “Elas cortam e recortam, agrupam e separam, dizem o que pode e o que não pode ser feito, pensado e dito.”¹⁶⁸ De acordo com Foucault, podemos dizer que as disciplinas são técnicas que asseguram a ordenação da multiplicidade coletiva. De acordo com Veiga-Neto, as disciplinas, seja no eixo do corpo, seja no eixo dos saberes, funcionam como um código, que possibilitam um entendimento de mundo, seja sobre as atividades que nos *fóruns* possibilitam movimentar o corpo, seja nos discursos, seja nas construções simbólicas construídas, jamais um evento será neutro. Ao contrário, um evento, como o *fórum*, ou uma campanha, traduzirá em seu desenrolar uma forma de constituir, uma forma de subjetivar. “É bem por isso, que as disciplinas estão imanentemente articuladas com regimes de verdade.”¹⁶⁹ A campanha *Tribos* apresenta-se em constante refinamento de seus instrumentos, quer seja o *site*, material de divulgação, e outros. O refinamento se dá a partir de avaliações realizadas com aqueles que se identificam com a causa: professores, alunos, pais,

¹⁶⁷ Veiga-Neto (2006, p.25.).

¹⁶⁸ Idem.

¹⁶⁹ Veiga-Neto (2006, p.26.).

comunidade em geral. Nota-se que a denominação dos conceitos se desloca de tempos em tempos mas o ordenamento disciplinar parece instituir-se cada vez mais sutilmente.

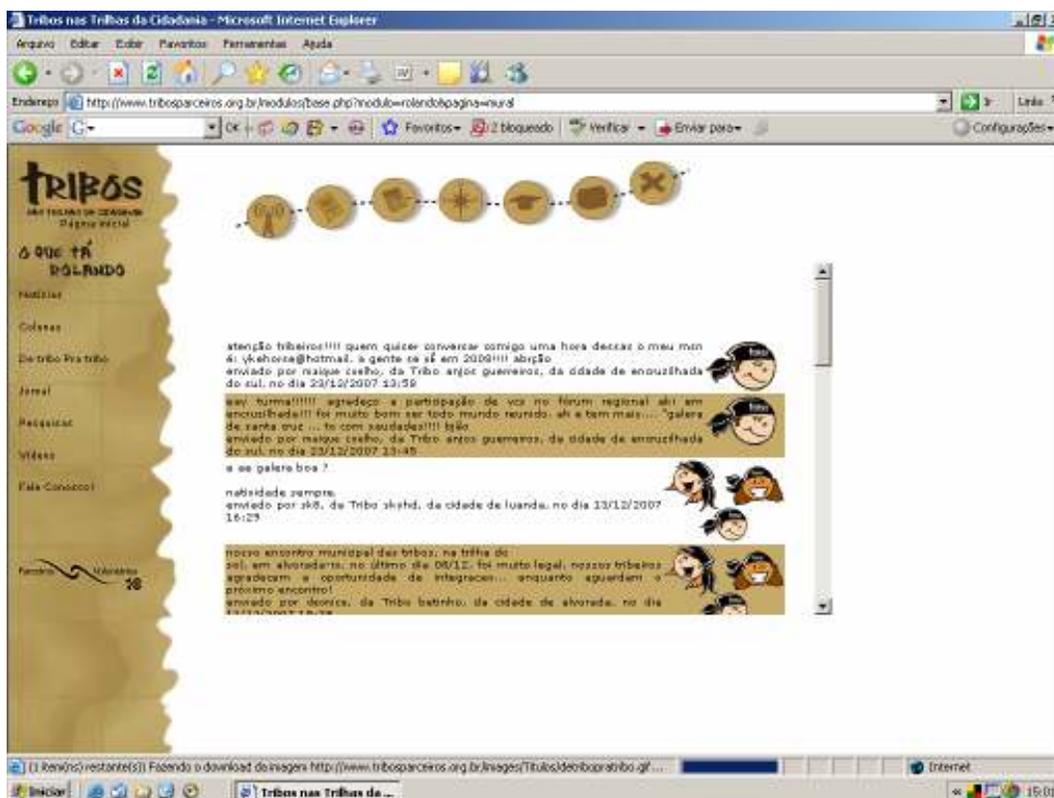
Assim, podemos relacionar Individual e Coletivo, com objetivação e subjetivação em relação ao indivíduo. A constituição do indivíduo frente a mecanismos disciplinares de subjetivação é que produzirão o sujeito. Entendendo aqui, a campanha como esse mecanismo que produz sujeitos identificados, não só para o exercício da cidadania, mas identificados com músicas, estilos, discursos, agendamentos, formatos inovadores de pertencimento a um grupo. Somos sujeitos quando construímos relações. A imagem abaixo traz um depoimento que representa de forma interessante a articulação um projeto em grupo, em rede.



Acesso em 06.01.08

A pertinência de discutirmos a relação indivíduo e sujeito está na questão do pertencimento do indivíduo a grupos identitários. O deslocamento indivíduo/sujeito está na construção discursiva e simbólica da produção coletiva. Embora indivíduo e sujeito estejam aqui representados no enunciado como “individual”, são as duas faces da mesma moeda. A discussão que se refere ao “coletivo”, relaciona-se ao movimento de grupo, propriamente dito. O processo de invenção de um sujeito terá como resultado uma criação do poder que o gerou.

A campanha *Tribos* organiza o voluntariado organizado que objetiva, portanto, o indivíduo aluno, estudante da escola básica gaúcha, possibilitando a criação de uma identidade determinada, através de um processo de subjetivação, constituindo o sujeito. O *site* é o lócus contínuo que amarra a rede, como espaço que possibilita a interação dos jovens aceitando características próprias de suas diversas faixa identitárias e etárias. Jovens, indivíduos, sujeitos que se produzem a partir da ONG, mas ao mesmo tempo subsidiam a mesma ONG ao informar seus desejos, preferências. Assim, fica claro que o poder aí instituído está em movimento como num jogo de perguntas e respostas. Valiosa e rica é esta relação quando pensamos em Educação nos moldes atuais, ainda em muitas vezes, conservadora e presa em paradigmas inflexíveis. Uma Educação que deve com urgência levar em conta a visibilidade da cultura, o que é emergente, o que mobiliza, para conhecedores desses dispositivos, podermos pensar nossas práticas e metodologias. A imagem que segue apresenta o que de certa forma apenas conhecemos, pois em muitos casos não aprendemos a decifrar os códigos de uma linguagem específica. O Internetês. Anteriormente mencionei o *site* como o lócus, o lugar em que é possível a liberdade de expressão, porém uma liberdade que está condicionada a uma determinada ordem do discurso. O internetês pode exemplificar, representar, um processo de subjetivação do grupo. Aqui, analisando que a campanha possibilita muitas subjetivações, na amplitude em que se estabelece.



A ordem de discurso aqui representada fala do “que está rolando com os tribeiros”, de suas ações, de suas tribos, de seus afetos, de suas saudades. A essas manifestações, podemos relacionar o que Hardt e Negri descrevem como os três feixes de controle do *Império*: o do dinheiro, o da bomba, e do éter. Aqui, o éter está representado como sendo o feixe que converge à comunicação, os afetos, as cordialidades, as trocas. Nesse feixe também estão localizados a educação, as ONGs, a cultura e outros. Nesse âmbito circulam as comunicações que endereçam seus enunciados tanto ao individual como ao coletivo. É através de enunciados que se promove a disciplina e a disciplinaridade.

Foucault denominou de biopoder, o poder que se exerce em favor da vida, transformando uma multidão em uma população, como um corpo não mais individualizado, mas sim coletivo. O biopoder mesmo quando age sobre o individual tem como alvo o coletivo. Dessa forma o poder disciplinar, coloca o biopoder em movimento, favorecendo a biopolítica. Assim, ao analisar o enunciado individual e coletivo o faço pensando a campanha como um dispositivo de biopoder, que atingindo o indivíduo, o subjetiva colocando em funcionamento a biopolítica. Através do poder disciplinar e do biopoder há uma economia de esforços no sentido de ordenar uma cidadania que está sendo gerada na contingência de uma cultura.

ENUNCIADO 2: AGENDAMENTO

Esse enunciado problematiza a questão dos agendamentos realizados pela ONG *Parceiros Voluntários* aos participantes dos ciclos anuais de campanha. Quando problematizo esta questão me refiro a relevância de seu domínio, sendo uma questão, em minha opinião, de igual valor a questão do voluntariado. O agendamento ressignifica um formato de voluntariado, produzindo um deslocamento na sua prática, além de pertencer à rede de trabalhos imateriais, configurada pelo *Império*, remete ao que teorizei no Capítulo 5. O *Agenda-Setting*, ou o agendamento se referem à circulação de temas de interesse político, econômico, social que muitas vezes podem se desdobrar em outras notícias. Aqui, problematizo o agendamento estabelecido pela ONG, como um cronograma, uma ordem discursiva regulada pelo calendário. E também, um agendamento que se refere à divulgação e convites a uma infinita agenda cultural. Os eventos são organizados de modo que todos possam ter o

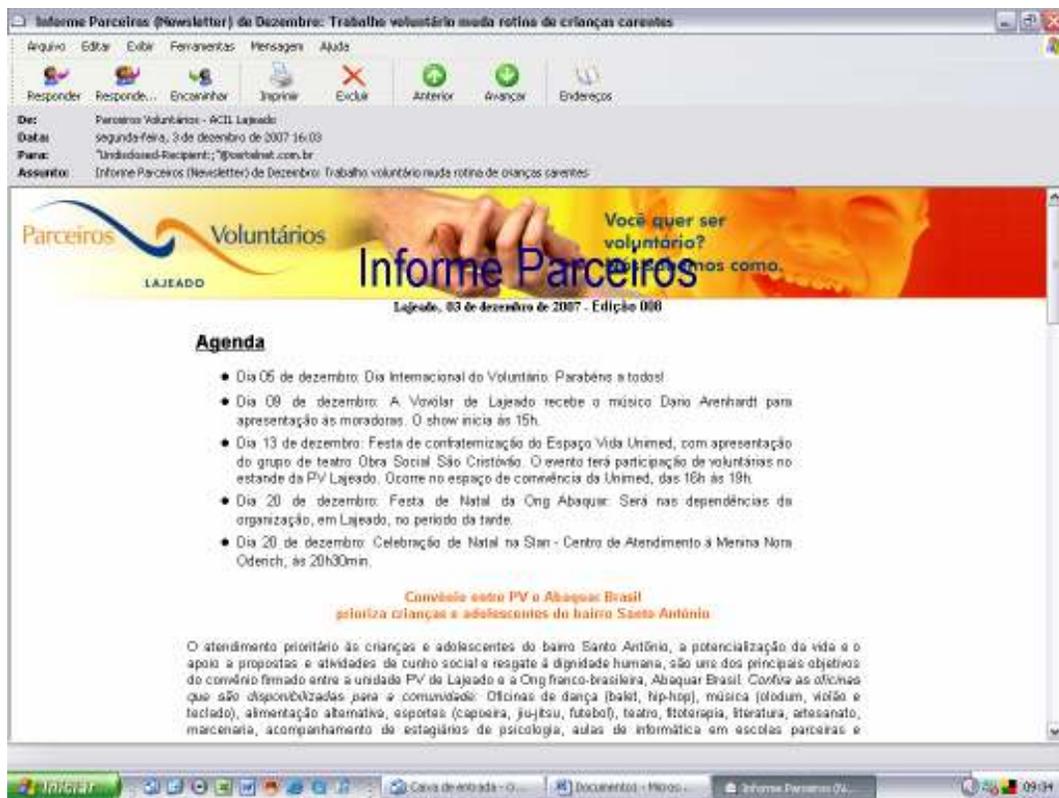
conhecimento das atividades previstas pela ONG. Nas palavras de Hardt e Negri,¹⁷⁰ “a lei de indiferença neutra inclusiva é um fundamento universal no sentido de que se aplica igualmente a todos os indivíduos que existem e podem existir debaixo da autoridade imperial.” Nesse sentido, todos são bem-vindos ao movimento de voluntariado organizado fazendo parte da rede de trabalho imaterial que se alastra pelo *Império*.

A Organização Não-Governamental *Parceiros Voluntários* está situada em Porto Alegre, e representada no interior do Estado junto as Associações Comerciais e Industriais dos municípios que desenvolvem ações vinculadas a ela. Na região do Vale do Taquari, a cidade pólo de Lajeado sedia a maioria dos agendamentos, mesmo que a *PV* esteja também representada em outros municípios da região, como é o caso de Teutônia. O IECEG¹⁷¹, quando realiza suas ações envia os relatórios a CIC¹⁷² de Teutônia, que divulga e agenda eventos que dizem respeito a cidadania e ao voluntariado. Vale explicar, porque esta organização nos remete a pensar na abrangência do movimento de voluntariado desenvolvido pela ONG. Em rede, como uma teia a organização diz respeito não só a ações e agendamentos, mas também a pertencimento, ou a parcerias com instituições como ACIEs, escolas e outros. Na imagem abaixo podemos dispor de agendamento enviados aos mails particulares dos *tribeiros*. Quando nos inscrevemos num ciclo de campanha informamos dados pessoais, como e-mail. Na imagem abaixo podemos identificar o cronograma do mês de dezembro. As ações organizadas representam um convite à participação dos integrantes *Tribos* em outros eventos e em parceria com outras ONGs, como o caso da Abaquar.

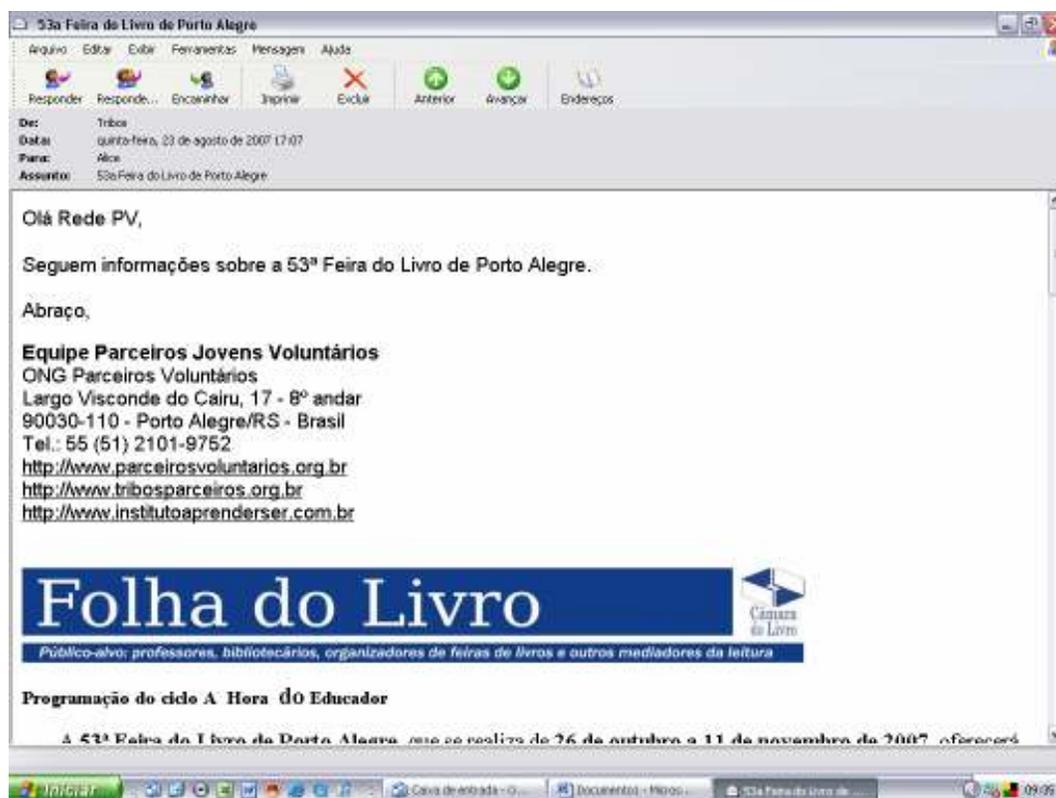
¹⁷⁰ Hardt e Negri (2005, p. 218).

¹⁷¹ IECEG - Instituto de Educação Cencista General Canabarro, escola em que realizo as ações *Tribos* com os alunos.

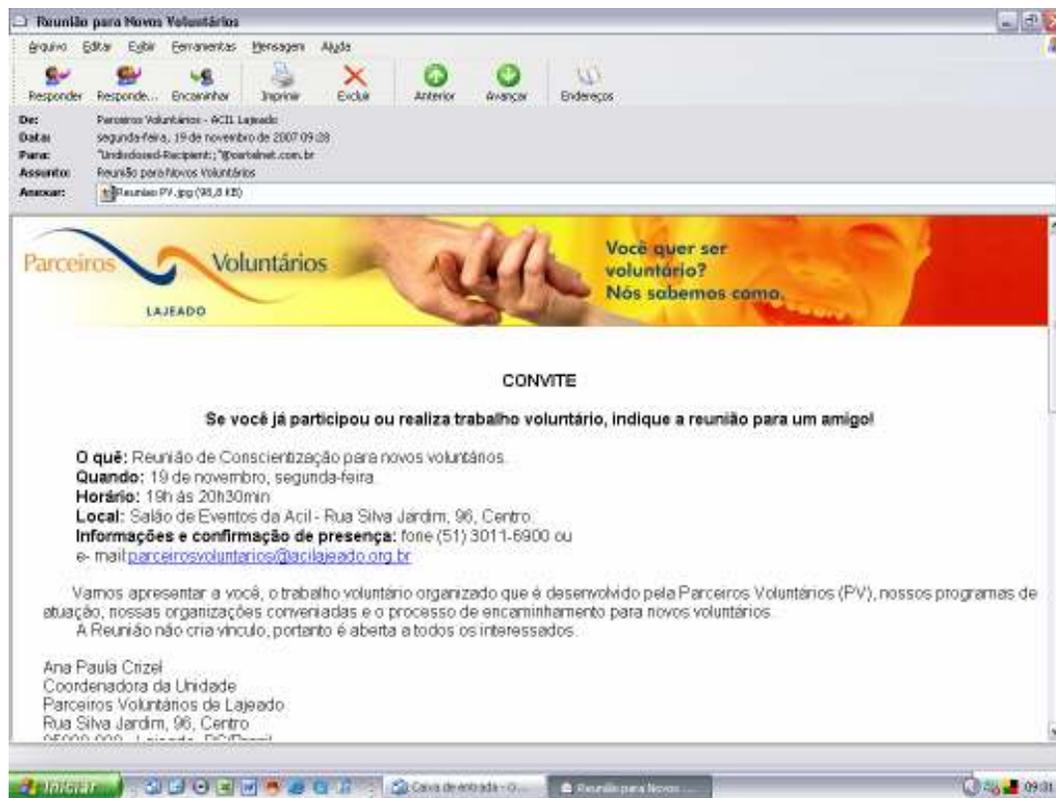
¹⁷² CIC – Representa a sigla da Associação Comercial e Industrial de Teutônia.



Além do cronograma e do agendamento das ações, visualizamos a imagem das mãos que também falam, refere à idéia de ajuda solidária, iluminadas pela cor alaranjada da luz do sol. O sorriso da criança, a idéia de satisfação. A frase que acompanha a imagem das mãos diz: “Você quer ser voluntário, nós sabemos como.” Referindo a legitimidade da ONG, em ter o poder de saber como ser um voluntário organizado e assim desempenhar o “correto exercício da cidadania.” Abaixo as notícias que falam de convênios com outras instituições que oferecem atividades culturais no formato de oficinas. Na verdade, podemos visualizar e entender que ao pertencer a *Tribos*, estamos vinculados a uma agenda cultural que é dinâmica. O suporte está localizado nas interações virtuais e fundamentado nas ações realizadas. Os agendamentos organizam o exercício da cidadania conforme uma nova escala e impõem um novo formato de articulação ao espaço global tornando imanente a justificação do voluntariado organizado. A dinamicidade se dá pela forma como agrega, além de agendamentos outros instrumentos, que favorecem farto menu cultural, e a diversidade sugerida em cada região. Um exemplo disso está na próxima imagem que traz um convite da *Parceiros Jovens Voluntários* para a participação na Feira do Livro de Porto Alegre. Esse formato de agendamento refere a um evento sobre a 53ª Feira Do Livro de Porto Alegre.



A imagem que segue traz um convite para expansão da rede, na expressão: “indique a reunião um amigo!” Nesse sentido podemos observar um chamamento, um agendamento, para os vários programas desenvolvidos pela ONG. A indústria da comunicação projetada por uma mídia diferente aqui aliada ao trabalho imaterial de voluntariado. Essa indústria organiza a produção em uma nova escala, quando organiza, seleciona eventos para o agendamento. Tal instrumento, oferece aos internautas uma economia de esforço em pesquisar o que acontece em outras agendas, este instrumento se refina a cada ciclo de campanha, sendo possível denominá-lo como um dispositivo de biopoder, que agindo sobre o indivíduo particular tem o seu foco na organização da população, no coletivo. Reforço aqui que a relação entre individual e coletivo, estão imbricadas, uma depende da outra e o êxito da campanha depende de ambas. Todos os agendamentos realizados por e-mail recebem espaço para divulgação de suas ações, em diversos *links*, oferecidos pelo *Site Tribos*. Essa divulgação traz o texto e muitas vezes imagens como evidência



A dinamicidade em rede, nos oferece a noção de um tempo produtivo que resulta em ações que são fortalecidas pelo próprio movimento das ações.

Diante disso me questiono: e a escola onde fica? Seria um porto seguro dessas muitas ancoragens possíveis? Voltarei a essa questão ao longo das considerações finais.

ENUNCIADO 3: DA FLUIDEZ DAS INFORMAÇÕES

Vivemos um tempo onde às mudanças são cada vez mais velozes. As informações mudam nesse mesmo ritmo. Aquilo que está disponível hoje, amanhã pode estar “fora do ar”. Essa fluidez das informações, apresentada na imagem que segue, justifica a construção desse terceiro enunciado. A nova “cara” do *site* das *Tribos nas Trilhas da Cidadania* passou a vigorar na segunda quinzena do mês de fevereiro deste ano, sem aviso prévio e fez com que eu tivesse que rever as análises desta dissertação. A resignificação parece produtiva porque é resultado da dinamicidade, e dos deslocamentos que o *site* apresenta em capturar idéias que os jovens esperam desse canal que se fortalece na medida em que os jovens avaliam, e que suas

aspirações são atendidas. Os agendamentos culturais representam aqui um deslocamento de um canal que atendia somente o voluntariado para que fosse organizado. Agora esse canal se amplia, se revitaliza não só no sentido que atribuímos ao voluntariado, mas aos vários *links* de interatividades que são oferecidos, bem como a agendamentos, e a possibilidade de trocas no que se refere a gostos musicais, formas discursivas, sentimentos, gostos e desejos. Agora o *site* demonstra a crescente imaterialidade do trabalho em rede, uma economia coletiva que leva a potência outra. Entendo potência outra aqui, como o poder que move, que no caso dessa pesquisa, pode dar conta tanto a mudanças no próprio *site*, quanto do poder que articula formas variadas de ação que se estabelecem em rede.

Está-se diante de uma nova espacialização em que os espaços – materiais ou simbólicos, tanto faz, - não são mais lisos, bem fronteirizados e estáveis; eles são cada vez mais sulcados, isso é, atravessados por linhas de força, móveis, instáveis, flexíveis e, por isso mesmo altamente adaptativas. Essas linhas de força rompem as tradicionais e rígidas fronteiras modernas, sejam elas fronteiras culturais, religiosas, étnicas etc.¹⁷³

Essas linhas de forças podem fazer analogia ao que Hardt e Negri chamam de éter, ou melhor, o que está diluído nele, como meio de controle Imperial, que compreende a administração das comunicações, a estruturação dos sistemas educacionais e a regulamentação da cultura. Aos deslocamentos que o éter representa e institui, podemos relacionar à *Globalização* que vem a ser essas novas configurações que se apresentam cotidianamente. Configurações que implicam em saberes que se redimensionam, tencionados por novos formatos que são colocados em circulação. A imagem a seguir, mostra o *site Tribos* atual, agora não mais infantilizado, mas com um caráter dinâmico que o jovem imprime em sua conduta.

¹⁷³ Veiga-Neto (2006, p.18).



Acesso em 20.02.08

Contrariando toda a descrição que faço anteriormente, ao longo da Dissertação, as imagens do *site* hoje apresentam fotografias de jovens em ação, trazendo um linguajar mais refinado. Exemplo dessa mudança está retratado na capa da dissertação em que a primeira imagem representa o *site* antigo e a segunda o *site* atual. Mesmo trazendo a maioria das informações anteriores, o *site* atual oferece um outro formato, reciclando e refinando conceitos atribuídos como necessários pelo próprio *site*. Ao trazer os conceitos reformulados, o novo *site* parece também ressignificar o próprio discurso que sustenta a campanha, passando de uma lógica mais infantilizada quando apresentava ícones com imagens de desenhos em quadrinhos ou animados, para uma lógica mais adolescente, quando começa a trazer fotografias de jovens tendo o mundo em suas mãos. Essa imagem conforme retratada acima, parece colocar nos jovens voluntários a responsabilidade pela construção de um mundo melhor.

Na imagem seguinte, fica clara a ressignificação que o novo *site* traz para os conceitos-chaves da campanha. As palavras-chave que dão nome a própria campanha, tribos, trilhas e cidadania, são tratadas de novas e diferentes formas, simplificando o entendimento e sendo apresentados em uma figura que mostra uma folha de caderno rasgada, lembrando um rascunho, um lembrete escrito à mão. Essa forma de apresentação dos conceitos faz com que

os jovens se identifiquem ainda mais, pois visualizam algo que lhes é familiar, algo presente em seus cadernos. A folha de caderno rasgada, manuscrita em caneta azul, apresenta setas coloridas que levam para as palavras: *tribos*, *trilhas* e *cidadania*. Tais palavras formam o título da campanha apresentando algo que faz parte do cotidiano escolar desses jovens que participam dessa campanha.



Acesso em 20.02.08

Nessa nova configuração do *site*, *tribos* que antes queria dizer “um monte de gente reunida com vontade de agir em sua comunidade”, agora passa a ser “jovens agindo comunitariamente”. A idéia de comunitarismo permanece, porém ganha outra representação. *Trilhas*, que antes eram “os caminhos que as tribos fazem para mudar o mundo”, agora trazem a idéia de “percorrendo caminhos de novas formas”. A “responsabilidade” de mudar o mundo, agora está presente nas imagens, e não mais dita de forma explícita no texto. E a cidadania, que antes era tratada como o objetivo da campanha, agora passa a ser representada como a “a convivência em sociedade”. Essa mudança é extremamente relevante, já que agora a ONG passa a atribuir um significado específico para a palavra cidadania, que antes era tida como algo presente na cultura. Agora tem o seu significado expresso, porém relativizado. Já não reside mais na participação na campanha à possibilidade de ser um cidadão, essa

possibilidade passa a residir na convivência social que agora é mais um objetivo do voluntariado organizado. Visualiza-se o conceito de cidadania como a convivência em sociedade e as ações de voluntariado contribuem para isso. A próxima imagem apresenta a mão que representa aqui a capacidade de plantar e de cuidar do meio ambiente e também, o regulamento disposto em artigos. Mesmo com a mudança da imagem, o regulamento é apresentado com um caráter formal.



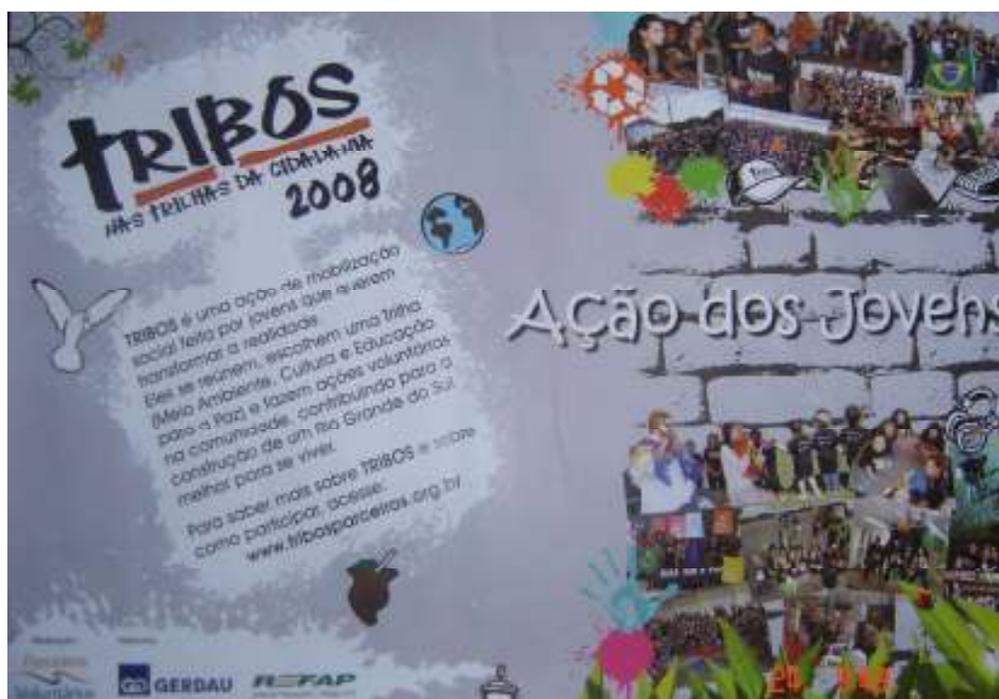
Acesso em 20.02.08

A próxima imagem representa a organização do cronograma oferecido para a participação na campanha *Tribos*. Inicia com o período de inscrições, a execução das ações, os *Fóruns Tribais*, e o período de finalização das atividades e avaliação que compreende o *Diário Tribal*. O ciclo de campanha estende-se por todo o ano letivo e com o cronograma podemos organizar as ações de voluntariado nas escolas. Além do regulamento proposto, a organização do cronograma favorecem a ordem, a disciplina e o controle. Impõe ao educador parceiro, que representa a instituição escolar junto com os jovens a responsabilidade pelo trabalho.

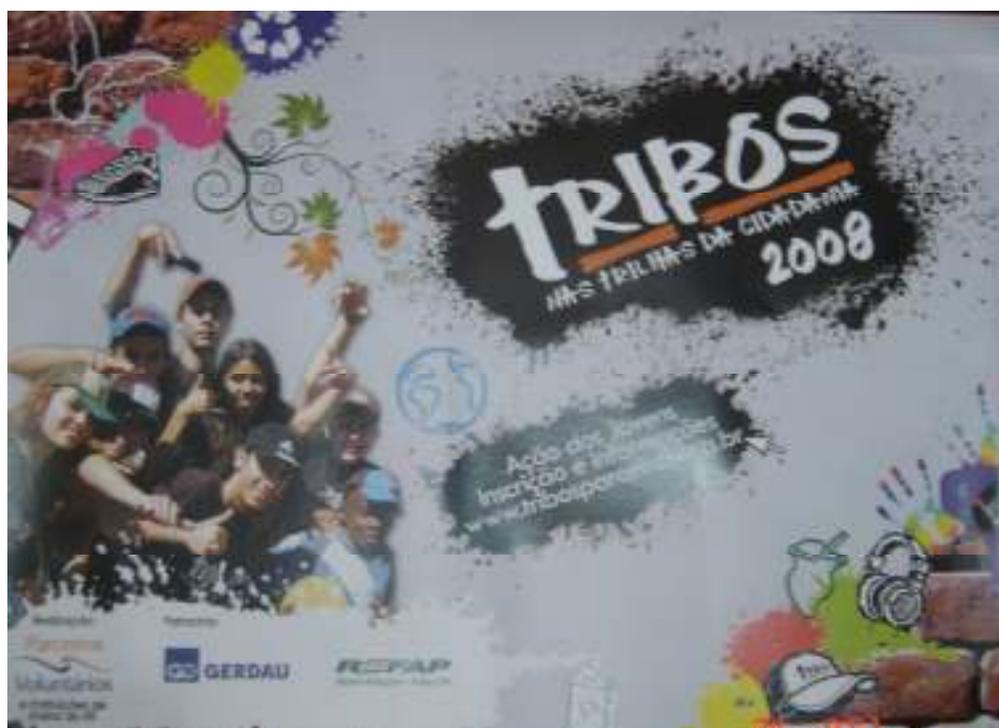


Acesso em 20.02.08

A imagem do *site* identifica a nova linha de folders e materiais de divulgação que chega às escolas para a abertura do ciclo de campanha. A seguir, imagem do material que chega pelo correio.



Cartaz de divulgação enviado às escolas no ano de 2008.



Folder (frente) de divulgação enviado às escolas no ano de 2008.



Folder (verso) de divulgação enviado às escolas no ano de 2008.

O material enviado pelo correio apresenta e identifica a mesma mudança de discurso e de imagem ocorrida no *site*. O cartaz anuncia o nome da campanha *Tribos na Trilhas da Cidadania* como um novo ciclo para o ano de 2008. Visualiza-se imagens das crianças e jovens envolvidas em ações, bem como, o endereço eletrônico e as trilhas da paz, meio ambiente e cultura. Inicia-se aí um grande movimento em rede que irá envolver o Rio Grande do Sul em um movimento jovem de exercício da cidadania.

Considerações Finais

A partir do século XVII a escola constituiu-se como a mais eficiente maquinaria encarregada de fabricar as subjetividades. Conclui-se de tudo isso que boa parte da subjetivação operada na e pela escola - uma subjetivação durante muito tempo realizada preponderantemente pelo poder e pelas práticas disciplinares – ou se deslocou para o espaço social mais amplo ou, mesmo ainda ocorrendo no espaço escolar, deixou de contar com aquele tipo de poder e com aquelas práticas (como tecnologias) para a fabricação de sujeitos.¹⁷⁴

Na Contemporaneidade, a escola tem sua função ressignificada e deslocada para uma modalidade que muda sua função. Na modernidade se ocupava da educação de crianças e jovens. Atualmente serve de porto seguro para diversas ancoragens que estando em sua parceria, tem seus objetivos alcançados com legitimidade. A fabricação de subjetividades não acontece apenas por uma lógica, mas por vários dispositivos e tecnologias que penetram pelo sulcamento de suas fronteiras. Disciplina e controle são lógicas que permanecem, a contingência oferece o tom de quanto uma se curva a outra, a essas lógicas outras aparecem sem que nesse momento possamos nomeá-las. Talvez, virtualidade da ação. A percepção se dá na medida em que recebemos essa multidão de jovens em nossas instituições, imbuídos daquilo que anteriormente nomeei de potência outra. O que fazer, senão procurarmos respostas a esse movimento que acontece a revelia de metodologias e de pedagogias que não comportam o real e que flutuam no éter?. A articulação entre as três palavras-chaves dessa dissertação: educação, voluntariado e cidadania podem exemplificar o que estou dizendo. Na

¹⁷⁴ Veiga-Neto (2006, p.34).

medida em que elas estão imbricadas, novos sentidos, novos significados são atribuídos não só a discursos, mas também a atitudes, às formas de ver o mundo. Assim o educador em seu fazer será submetido a essa nova onda, estando ele atento a suas práticas ou não. À revelia de sua formação, o processo de *globalização* Imperial acontece. A diferença será a sua atitude diante de mudanças contínuas.

Foi assim que Foucault descobriu um corpo social produzido pelo investimento produtivo de uma complexa rede de micropoderes disciplinares que atuavam de maneira a gerir e administrar a vida humana, tendo em vista tornar possível a utilização dos corpos e a exploração otimizada de suas capacidades e potencialidades.¹⁷⁵

Os alunos e alunas de nossas escolas pertencem ao espaço social, e estão representados em uma complexa rede de micropoderes disciplinares controlados pelo *Império*, que visando o indivíduo tem seu objetivo na administração da população. A utilização dos corpos e a exploração e ordenação otimizada de suas capacidades e potencialidades que estão na ordem do discurso da globalização. A informação, a comunicação está fixada em uma medida de valor *além da medida*, a atividade produtiva comunicacional em rede, oportuniza uma atividade subjetiva, que de acordo com Hardt e Negri, cria e recria o mundo em sua totalidade.

Além da medida se refere à vitalidade do contexto produtivo, à expressão do trabalho como desejo, e à sua capacidade de constituir tecido biopolítico do *Império* de baixo para cima. *Além da medida* se refere ao *novo lugar, no não-lugar*, o lugar definido pela atividade produtiva que é autônoma em relação a qualquer regime externo de medida. *Além da medida* se refere à *virtualidade* que investe todo o tecido biopolítico da globalização Imperial.¹⁷⁶

Assim, no título *Os “revolucionários” nômades: Organizações Não-Governamentais e a cidadania Global*, busco representar os alunos e as alunas de nossas escolas, que em rede participam de ações revolucionárias, que nômades trilham o mundo através de Organizações como as ONGs em busca de uma cidadania global, agora entendida de forma ampla, composta por gostos, protestos, inteligência, política, democracia, subversão, desejos, sentimentos, voluntariado, educação, cultura e outros.

Ao finalizar meu projeto de pesquisa, na qualificação, tinha como intenção, assim como em uma aquarela, delinear os primeiros traços, as primeiras aguadas, para, no movimento translúcido da água com a cor, criar a forma, uma imagem que pudesse simbolicamente representar o que havia pensado e investigado em estudos de pesquisa. Na aquarela, as primeiras aguadas permanecem como um esteio; mesmo que incertas e

¹⁷⁵ Duarte (2006, p.48).

¹⁷⁶ Hardt e Negri (2005, p.379).

translúcidas fundamentam a imagem final, como andaimes. Tais andaimes são formados com as cores que se misturam pelo movimento fluido e líquido da água. Assim, não tinha o controle sobre o efeito de minhas pinceladas, o que tinha eram manchas, marcas de possíveis imagens que no devir poderiam simbolizar, significar algo que fizesse sentido e cativasse o olhar.

Ao finalizar esta Dissertação, posso dizer que, assim como as pinceladas na aquarela, os estudos de pesquisa em educação não oferecem o controle de uma obra acabada. O processo é dinâmico e possibilita os respiros. Respiros na aquarela, são as partes de papel que não tonalizam, permitindo a leveza, respiros aqui, representam a possibilidade de inspiração a outros estudos e a outras propostas de pesquisa no campo da educação. Simbolizam arestas, escapes, frestas pelas quais poderemos enxergar o processo educativo de modo diferente para transgredir, subverter uma ordem dada e assim criar outros caminhos e possibilidades. Com essa intenção não quero dizer aqui que os caminhos escolhidos por mim sejam os melhores, tenho apenas a intenção de dividir com os leitores minhas primeiras aguadas, primeiros traços, primeiras descobertas de uma experiência de pesquisa que se iniciou com o mestrado. Mas que não tenho a intenção de encerrar com ele. O que pretendo deixar neste quadro, nessa imagem de uma aquarela é o registro do percurso de estudos realizados até aqui e que para mim representaram uma marca, um esteio para que novos andaimes sejam armados com outros materiais, em outras pesquisas que pretendo construir. É a contingência de um período de dois anos de estudo sobre o voluntariado na escola, mediado pelo grau das lentes que usei que vão estar nesse enquadramento.

Ao ter que traçar nesse momento as considerações que encerram esta pesquisa, sinto-me apreensiva, pois são tantas as coisas que parecem ter ficado por dizer, por escrever, por analisar. A imagem da aquarela ainda, para mim mostra-se difusa. Mas se tenho que colocar aqui um ponto final, que esse sirva como ponto de partida para todas as arestas que este estudo deixa em aberto. A aquarela agora transforma-se em quadro, o enquadramento representa o período de dois anos de trilhas. E se, talvez, a imagem não fosse difusa não seria uma aquarela.

Referências Bibliográficas

ACORSI, Roberta. Tudo no seu tempo; a infância sob controle. Canoas: ULBRA, 2006. Proposta de Dissertação de Mestrado.

ACORSI, Roberta. (Des)encaixes: espaço e tempo na escola contemporânea. Canoas: ULBRA, 2007. Dissertação de Mestrado.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BAUMAN, Zygmunt. *Em busca da política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

BOBBIO, Norberto. *O futuro da democracia*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BUJES, Maria Isabel Edelweiss. *Infância e Maquinarias*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

CHARAUDEAU, Patrick. *Discursos das Mídias*. São Paulo: Contexto, 2006.

COSTA, Marisa V. *Estudos Culturais em Educação: mídia, arquitetura, brinquedo, biologia, Literatura, cinema...* Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.

DELEUZE, Gilles. *Crítica e clínica*. São Paulo: Ed. 34, 1997.

DELEUZE, Gilles. *Conversações*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2000.

DUARTE, André. Biopolítica e resistência: o legado de Michel Foucault. In: RAGO, Margareth; VEIGA-NETO, Alfredo. (Org.). *Figuras de Foucault*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

FABRIS, Elí T. Henn. Representações de espaço e tempo no olhar de Hollywood sobre a escola. Porto Alegre: UFRGS, 1999. Dissertação de Mestrado.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes, 1997.

FOUCAULT, Michel. Poder e saber. In: FOUCAULT, Michel. Coleção Ditos e Escritos IV. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2005.

FOUCAULT, Michel. A governamentalidade. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2005.

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FUNARI, Paulo Pedro. *A cidadania entre os romanos*. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla B. (Org.). *História da cidadania*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 49-79.

GALLO, Sílvio D.; VEIGA-NETO, Alfredo. *Ensaio para uma Filosofia da Educação. Educação*. São Paulo: Segmento. n.3 (Especial Foucault Pensa a Educação), mar., 2007. p.16-25. ISSN : 1415-5486.

GORE, Jennifer M. Foucault e Educação: Fascinantes desafios. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *O sujeito da Educação*. 2002. p. 9-20.

GUARESCHI, Pedrinho A.; BIZ, Osvaldo. *Mídia, Educação e Cidadania*. Rio de Janeiro : Vozes, 2005.

HALL, Stuart. *Representation: cultural representations and signifying practices*. London : Sage, 1997.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HARDT, Michel; NEGRI, Antonio. *Império*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

HOORNAERT, Eduardo. *As comunidades cristãs dos primeiros séculos*. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla B. (Org.). *História da cidadania*. São Paulo: Contexto, 2005. p.81-95

HOHLFELDT, Antonio; MARTINO, Luiz C.; FRANÇA, Vera Veiga. (Org.). *Teorias da Comunicação*. Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

KONDER, Leandro. Idéias que romperam fronteiras. In: PINSKY, Jaime & PINSKY, Carla B. (Org.). *História da cidadania*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 171-189

KLEIN, Rejane. Educação & Voluntariado: uma parceria produtiva. São Leopoldo: Unisinos, 2005. Dissertação de Mestrado.

KLEIN, Rejane. *Voluntariado e os processos de in/ exclusão na escola*. In: Lopes, Maura Corcini; Dal'Igna, Maria Cláudia. (Org.). *In/ exclusão nas tramas da escola*. Canoas: Ulbra, 2007. p.153-172

LARROSA, Jorge. *Notas sobre a experiência e o saber da experiência*. In: Revista Brasileira de Educação, jan/fev/mar/abr 2002. p. 19-28.

LIPOVETSKY, Gilles. O futuro da autonomia em tempos hipermodernos. Palestra ministrada no Simpósio o Futuro da Autonomia: uma sociedade de indivíduos. UNISINOS, 2007.

MONDAINI, Marco. O respeito aos direitos do indivíduo. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla B. (Org.). *História da cidadania*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 115-133

NARADOWSKI, Mariano. *Comenius e a Educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

NAVES, Rubens. *Novas possibilidades para o exercício de cidadania*. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla B. (Org.), *História da Cidadania*. São Paulo: Contexto, 2005.p.563-583.

NEGRI, Antonio. *Cinco lições sobre o Império*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

ODALIA, Nilo. *A liberdade como meta coletiva*. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla B. (Org.). *História da cidadania*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 159-169.

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla B. (Org.). *História da cidadania*. São Paulo: Contexto, 2005.

PINSKY, Jaime. Os profetas sociais e o deus da cidadania. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla B. (Org.). *História da cidadania*. São Paulo: Contexto, 2005.

POOLI, João Paulo. Los desafios de la democracia directa y el protagonismo ciudadano: breve análisis y crítica del Orçamento Participativo de Porto Alegre. *Revista de Estudos Sociais y de Sociologia Aplicada*. Número. 139.

- POPKEWITZ, Thomas S. História do Currículo, regulação social e poder. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *O sujeito da Educação*. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 173-210.
- RAGO, Margareth; VEIGA-NETO, Alfredo. (Org.). *Figuras de Foucault*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- REVEL, Judith. *Foucault: conceitos essenciais*. São Carlos: Claraluz, 2005.
- RIBA, Lúcia Maria. *Para uma mulher muito ocupada*. São Paulo: Vergara e Riba, 2003.
- SARAIVA, Karla. *Outros tempos, outros espaços: internet e educação*. 2006. Texto apresentado durante a sessão de defesa de Tese de Doutorado.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. *Documentos de identidade. Uma introdução às teorias do currículo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.). *O sujeito da Educação*. Petrópolis:Vozes, 2002.
- SINGER, Paul. A cidadania para todos. In: Pinsky, Jaime & Pinsky, Carla B. (Org.). *História da cidadania*. 3.ed. São Paulo: Contexto, 2005.
- SPANIOL, Walter. Filosofia e Método no Segundo Wittgenstein: uma luta contra o enfeitiçamento do nosso entendimento. São Paulo: Loyola, 1989.
- STEINBERG, Shirley. Kindercultura: a construção da infância pelas grandes corporações. In: SILVA, Luiz Heron et alii. (orgs.) *Identidade social e a construção do conhecimento*. Porto Alegre: Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1997. p. 98 – 145.
- STEINBERG, Shirley; KINCHELOE, Joe. L. (orgs.) *Cultura Infantil – a construção corporativa da infância*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- VARELA, Júlia; ALVAREZ-URIA, Fernando. *A maquinaria escolar*. In: Teoria & Educação, Porto Alegre, n.6 p. 68-96, 1992.
- VARELA, Julia. O estatuto do Saber Pedagógico. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *O sujeito da Educação*. Petrópolis: Vozes, 2002. p.87-96.
- VEIGA-NETO, Alfredo. *Foucault & a educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- VEIGA-NETO, Alfredo. Currículo e conflitos. In: MORAES, Vera Regina Pires (org.). *Melhoria do Ensino e Capacitação Docente*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS. 1996.

VEIGA-NETO, Alfredo. Princípios norteadores para um novo paradigma curricular: interdisciplinaridade, contextualização e flexibilidade em tempos de Império. In: VEIGA, Ilma P. A. & NAVES, Marisa Lomônaco. *Currículo e avaliação na Educação Superior*. Araraquara: Junqueira & Marin, 2005. p. 25-51.

VEIGA-NETO, Alfredo. Globalização, (des)igualdade e conhecimento escolar: as armadilhas para a inclusão.VII Colóquio sobre questões Curriculares e III Colóquio Luso- Brasileiro Sobre Questões Curriculares. *Livro de resumos*. Braga: Universidade do Minho (Portugal), 2006.

VEIGA-NETO, Alfredo. Dominação, violência, poder e educação escolar em tempos de Império. In: RAGO, Margareth; VEIGA-NETO, Alfredo. (Org.). *Figuras de Foucault*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p.13-43

VEIGA-NETO, Alfredo. Uma vila voltada para trás. In: GALLO, Sílvio (Org.). *A vila: fundamentalismo e educação*. Canoas: ULBRA, 2007. (no prelo).

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Anotações sobre as cores*. Lisboa: Edições Setenta, 1987.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)